

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A**5.3. MEIO SOCIOECONOMICO****5.3.1. Introdução**

A análise socioeconômica apresentada nesse Estudo Prévio de Impacto Ambiental faz parte do processo de licenciamento para a implantação da PCH Confluência.

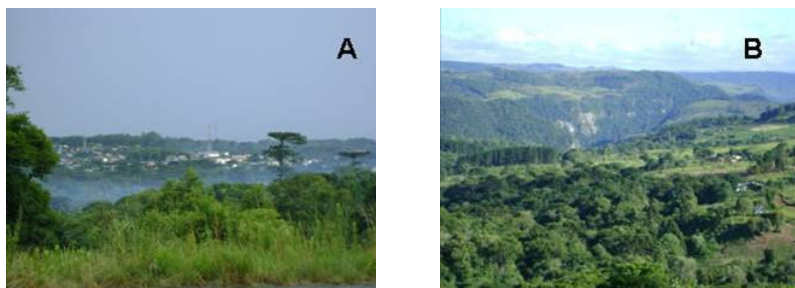
A primeira parte do relatório é composta pelo diagnóstico socioeconômico. Inicialmente é apresentada a metodologia utilizada para a obtenção dos dados primários e secundários sobre a região do empreendimento. A seguir, estão apresentadas as informações sobre aspectos demográficos, saúde, saneamento básico, educação, uso e ocupação do solo e atividades econômicas da Área de Influência Indireta. Como estabelecido na área de influência do meio socioeconômico, a Área de Influência Indireta do empreendimento é composta pelos municípios de Turvo (Figura 5.21 A) e Prudentópolis.

No diagnóstico também são apresentadas informações sobre a Área de Influência Direta, que é formada pelas comunidades localizadas no entorno do empreendimento: Cachoeira do Mendes, Vila da Ibema, Projeto de Assentamento Marrecas (Figura 5.21 B), Vila Araucária, Faxinal da Boa Vista e Faxinal de Baixo.

A segunda parte apresenta o prognóstico socioambiental. Nele estão indicados os impactos previstos com a implantação do empreendimento, assim como as medidas que possibilitam a minimização desses impactos. Por último são elencados os Programas Sociais a serem implantados.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Figura 5.21: A - Sede do município de Turvo; **B** - Projeto de Assentamento Marrecas



Fonte: Moraes, 2009

5.3.2. Metodologia

A primeira fase de pesquisa para a elaboração desse estudo foi constituída pela coleta de dados secundários. Esta coleta, em sua fase inicial, teve como principal fonte de pesquisa as diversas instituições governamentais federais, estaduais e municipais, responsáveis pela geração de informações e de indicadores socioeconômicos. Foram consideradas, como fonte de pesquisa, somente as instituições que apresentassem critérios adequados de validade, cobertura e confiabilidade de informações.

Além da obtenção de dados secundários, na primeira fase foi possível estabelecer alguns parâmetros para a organização da segunda fase: a pesquisa de campo.

A pesquisa de campo teve como finalidade compilar os dados mais específicos sobre as comunidades localizadas nas proximidades do empreendimento. A pesquisa de campo – coleta de dados primários – foi realizada no mês de dezembro de 2008.

5.3.3. Demografia

De acordo com a classificação territorial do IBGE, o município de Prudentópolis faz parte da Mesorregião Sudeste Paranaense. Essa região possui 21 municípios, os quais estão agrupados em quatro microrregiões:

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

- **Irati:** Irati, Mallet, Rebouças e Rio Azul.
- **São Mateus do Sul:** Antônio Olinto, São João do Triunfo, São Mateus do Sul.
- **União da Vitória:** Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória e União da Vitória.
- **Prudentópolis:** Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Prudentópolis e Teixeira Soares.

O município de Prudentópolis pertence à Microrregião do mesmo nome, sendo uma cidade polarizadora na microrregião. A localização da Mesorregião e das Microrregiões que a formam está apresentada na Figura 5.22.

Figura 5.22: Localização da Mesorregião Sudeste Paranaense e das Microrregiões de Prudentópolis, Irati, São Mateus do Sul e União da Vitória



Fonte: Portal do Estado do Paraná (www.oparana.com)

Já o município de Turvo pertence à Mesorregião Centro Sul Paranaense, que possui 29 municípios agrupados nas seguintes microrregiões:

- **Guarapuava:** Campina do Simão, Cândói, Cantagalo, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guarapuava, Inácio Martins, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Turvo e Virmond.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

- **Palmas:** Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Mangueirinha e Palmas.
- **Pitanga:** Boa Ventura de São Roque, Laranjal, Mato Rico, Palmital, Pitanga e Santa Maria do Oeste.

Turvo está localizado na Microrregião de Guarapuava, que é a cidade pólo da Micro e da Macrorregião, as quais estão apresentadas na Figura 5.23.

Figura 5.23.: Localização da Mesorregião Centro Sul Paranaense e das Microrregiões de Pitanga, Guarapuava e Palmas



Fonte: Portal do Estado do Paraná (www.oparana.com)

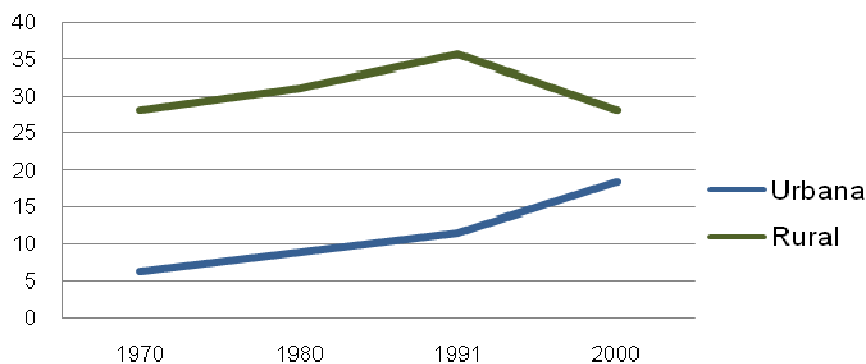
De acordo com a última contagem populacional realizada pelo IBGE em 2007, a população do município de Prudentópolis era de 48.708 de pessoas. A densidade populacional do município é baixa: 21,41 habitantes por quilômetro quadrado. Entre 1970 e 2007, houve um incremento de 14.394 pessoas (41,95% de aumento). O maior crescimento foi observado durante a década de 1980: 7.291 pessoas. No entanto, a população de Prudentópolis diminuiu entre os dois últimos períodos intercensitários. A Tabela 5.8 mostra a evolução da população do estado nas últimas quatro décadas:

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A
Tabela 5.8. Prudentópolis, PR: população residente por situação de domicílio (1970-2000)

	1970	1980	1991	2000
Urbana	6.196 18,06%	8.738 22,00%	11.392 24,23%	18.276 39,43%
Rural	28.118 81,94%	30.985 78,00%	35.622 75,77%	28.070 60,57%
Total	34.314	39.723	47.014	46.346

Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Contagens Populacionais

Os dados dos censos do IBGE demonstram que a população do município mantém-se majoritariamente rural. No entanto, na década de 90 houve uma inflexão e observa-se o início de acentuada tendência de urbanização, como se pode observar no gráfico 5.1.

Gráfico 5.1.: Prudentópolis, PR: evolução da população residente por situação de domicílio (1970 - 2000)


Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Contagens Populacionais

De acordo com a última contagem populacional realizada pelo IBGE em 2007, a população do município de Turvo era de 14.025 habitantes. Nas últimas duas décadas, a população do município manteve-se estável, com uma redução de 121 habitantes entre 1991 e 2007. Esse padrão para cidades pequenas (estabilidade da população ao invés de migração para cidades maiores e mais urbanizadas) indica

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

que no município há pelo menos uma fonte de emprego e renda. No caso de Turvo, a IBEMA – Companhia Brasileira de Papel (Figura 5.24) - realiza esse papel, sendo o principal fator para a estabilidade do número de habitantes em Turvo.

Figura 5.24.: Sede da IBEMA em Turvo, PR



Fonte: Moraes, 2009

Entre 1991 e 2000 houve um aumento populacional de 2,71%, enquanto entre 2000 e 2007 houve uma diminuição de 3,47% da população. A Tabela 5.9 mostra a evolução da população do município, por situação de domicílio.

Tabela 5.9. Turvo - PR: população residente por situação de domicílio (1991 - 2000)

	1991	2000
Urbana	2.844 20,10%	4.179 28,76%
Rural	11.302 79,90%	10.351 71,24%
Total	14.146	14.530

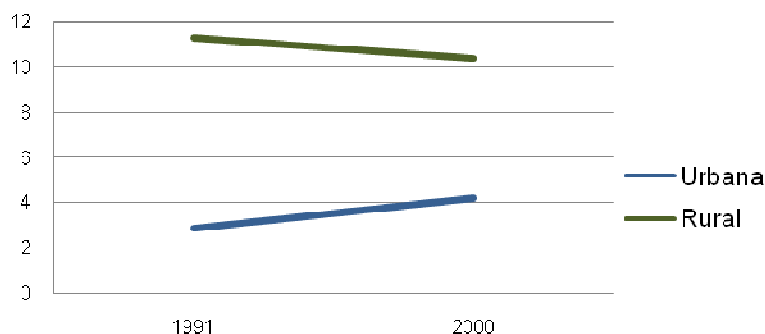
Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Contagens Populacionais

A densidade populacional de Turvo é baixa: 15,38 habitantes por quilômetro quadrado em 2007. Em 2000, a maior parte da população (71,24%) concentrava-se na área rural. É possível verificar uma tímida tendência de urbanização no município

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

entre os censos de 1991 e 2000. No entanto, ainda havia predominância de habitantes na área rural em 2000, conforme demonstra o gráfico 5.2.

Gráfico 5.2.: Turvo - PR: evolução da população residente por situação de domicílio (1991 - 2000)



Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Contagens Populacionais

As altas taxas de fecundidade e uma população predominantemente composta por crianças e jovens podem estar associadas a um contexto socioeconômico de extrema carência. Nos países com melhores condições de vida, a proporção de adultos e idosos é superior à dos jovens.

No Brasil, até a década de 1970, a população jovem era predominante e muitos autores apontam que o início da inversão demográfica, a partir da qual a população de jovens tornou-se inferior a de adultos, ocorreu na década de 1980. O declínio das taxas de fecundidade é um dos elementos mais importantes no processo de transição demográfica, ou “envelhecimento da população”. Essa transição ocorre de maneira desigual e em diferentes intensidades nas diferentes regiões do país.

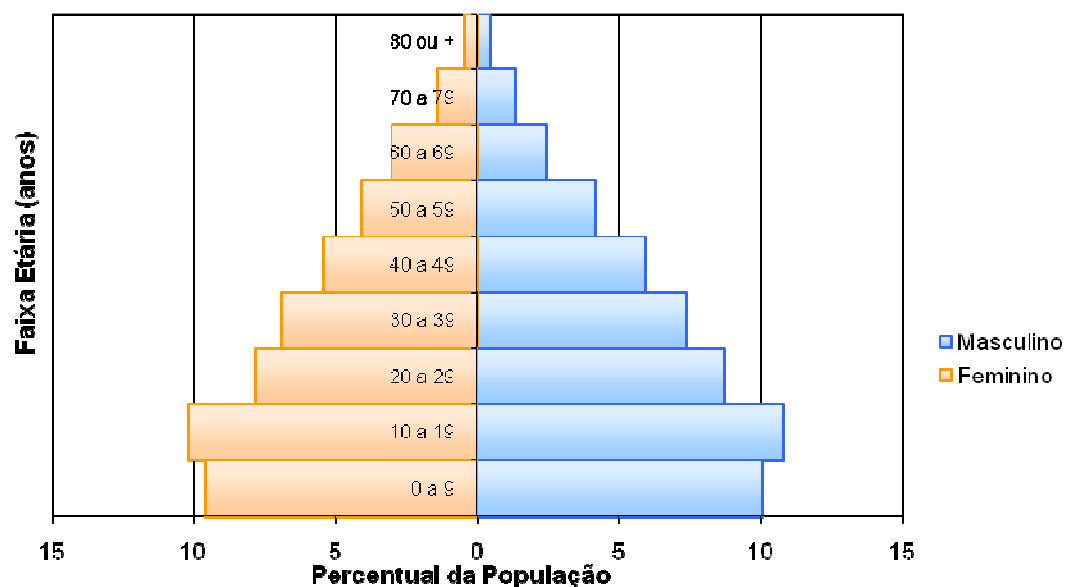
A população de Prudentópolis é majoritariamente jovem: 49,38% das pessoas têm até 24 anos de idade. A faixa etária de 10 a 19 anos é a mais representativa – são 20,92% da população do município. A Tabela 5.10 relaciona a população de Prudentópolis por faixa etária e sexo.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A**Tabela 5.10.** Prudentópolis: população por faixa etária e sexo (2000)

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
0 a 9	9.101	19,64	4.668	10,07	4.433	9,56
10 a 19	9.695	20,92	4.990	10,77	4.705	10,15
20 a 29	7.645	16,50	4.038	8,71	3.607	7,78
30 a 39	6.609	14,26	3.406	7,35	3.203	6,91
40 a 49	5.258	11,34	2.739	5,91	2.519	5,44
50 a 59	3.805	8,21	1.925	4,15	1.880	4,06
60 a 69	2.526	5,45	1.135	2,45	1.391	3,00
70 a 79	1.290	2,78	643	1,39	647	1,40
80 ou +	418	0,90	205	0,44	213	0,46
Total	46.347	100,00	23.749	51,24	22.598	48,76

Fonte: IBGE – Censo demográfico

A população de Prudentópolis, embora majoritariamente jovem, já apresenta tendência de envelhecimento. As faixas etárias de 0 a 9 anos reúnem número menor de pessoas do que as faixas subseqüentes, revelando a queda do índice de natalidade. A distribuição entre homens e mulheres é ligeiramente superior para o sexo masculino, conforme pode ser observado na pirâmide etária da população do município (Gráfico 5.3).

Gráfico 5.3: Prudentópolis: pirâmide etária (2000)

Fonte: IBGE – Censo demográfico

Assim como observado no município de Prudentópolis, a maior parte da população do município de Turvo é jovem: 54,17% têm até 24 anos de idade, sendo que a faixa etária de 0 a 9 anos é a que reúne o maior número de habitantes (3.433 habitantes ou 23,63% do total). A tabela 5.11 mostra a distribuição da população de Turvo por faixas etárias e sexo.

Tabela 5.11. Turvo: população por faixa etária e sexo (2000)

Idade	Total	%	Homens	%	Mulheres	%
0 a 9	3.433	23,63	1.804	12,42	1.629	11,21
10 a 19	3.188	21,94	1.630	11,22	1.558	10,72
20 a 29	2.320	15,97	1.178	8,11	1.142	7,86
30 a 39	2.060	14,18	1.028	7,08	1.032	7,10
40 a 49	1.470	10,12	777	5,35	693	4,77
50 a 59	1.048	7,21	549	3,78	499	3,43
60 a 69	595	4,10	299	2,06	296	2,04

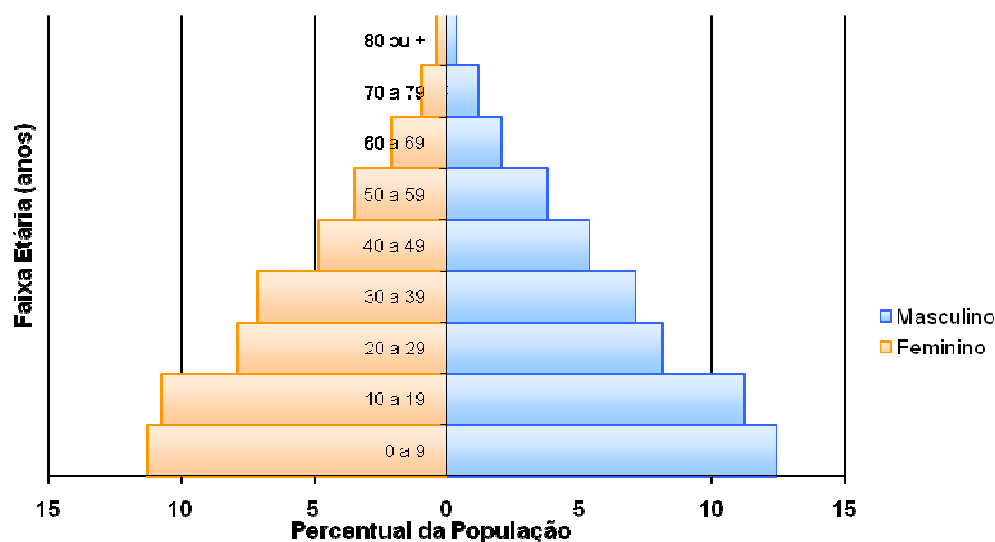
CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

70 a 79	311	2,14	175	1,20	136	0,94
80 ou +	104	0,72	50	0,34	54	0,37
Total	14.529	100,00	7.490	51,55	7.039	48,45

Fonte: IBGE – Censo demográfico

A pirâmide etária do município de Turvo apresenta base mais larga que o topo, demonstrando a predominância de população jovem (Gráfico 5.4):

Gráfico 5.4.: Turvo: pirâmide etária (2000)



Fonte: IBGE – Censo demográfico

A predominância de população jovem nos municípios analisados – como na maioria dos municípios que possuem essa situação – acaba por exercer pressão nos equipamentos de infra-estrutura social, notadamente nas áreas de educação e saúde.

Essa situação também costuma gerar desequilíbrio na oferta de trabalho e a conseqüente migração da população jovem – especialmente os homens – para cidades maiores em busca de trabalho ou para dar continuidade aos estudos. Entretanto, essa não parece ser a realidade em Turvo – não houve diminuição ou aumento populacional significativo nos últimos anos.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Em Prudentópolis, a situação é diferente. O estado do Paraná possui 399 municípios. Destes, 164, ou 41% possuem população inferior a 30 mil habitantes e a maior parte possui taxa de crescimento populacional negativa. Os únicos municípios no estado que apresentam população maior que 30 mil habitantes e taxa de crescimento negativa são Pitanga e Prudentópolis. Os demais municípios com mais de 30.000 possuem taxa de crescimento positiva.

Os dados indicam que os municípios pequenos estão sofrendo um processo de esvaziamento populacional. Na década de 70 a migração populacional no Paraná tinha por característica o deslocamento para os grandes centros, inclusive de outros estados. Atualmente, a tendência é a migração da população de cidades pequenas para cidades de porte médio e núcleos regionais de desenvolvimento. Prudentópolis, todavia, não acompanha essa tendência estadual e não parece representar local de destino de migração. Um fator que pode explicar a situação *sui generis* de Prudentópolis é a proximidade com Guarapuava – regional – que acaba por atrair a população de migrantes.

A grande maioria da população (97,76%) residente no município de Prudentópolis em 2000 era proveniente do estado do Paraná. Dos habitantes provenientes de outros estados, a maior parte era nascida no Rio Grande do Sul. A tabela 5.12 mostra a população do município, em 2000, por local de origem.

Tabela 5.12. Prudentópolis - PR: população residente por local de nascimento (2000)

Local de nascimento	hab.	%
Pará	16	0,03
Bahia	12	0,03
Minas Gerais	11	0,02
Espírito Santo	16	0,04
Rio de Janeiro	10	0,02
São Paulo	129	0,28
Paraná	45.306	97,76

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Santa Catarina	184	0,40
Rio Grande do Sul	617	1,33
Mato Grosso do Sul	10	0,02
Goiás	14	0,03
País estrangeiro	22	0,05

Fonte: IBGE - Censo demográfico

Em 1996, o IBGE também levantou o número de habitantes do estado que haviam migrado para Prudentópolis durante os últimos cinco anos (Tabela 5.13): do total de 912 pessoas, a maioria (78,84%) eram provenientes do Paraná.

Tabela 5.13. Prudentópolis - PR: pessoas não residentes no município antes de 1991

Procedência	hab	%
Outra unidade da federação	157	17,21
Mesma unidade da federação	719	78,84
País estrangeiro	16	1,75
Ignorado	20	2,19
Total	912	100

Fonte: IBGE – Contagem da população (1996)

Assim como no município de Prudentópolis, a grande maioria (96,25%) da população de Turvo era originária do Estado do Paraná. Dos habitantes não-naturais do Paraná, a maioria era proveniente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, conforme a Tabela 5.14 demonstra.

Tabela 5.14. Turvo - PR: população residente por local de nascimento (2000)

Local de nascimento	hab.	%
Ceará	6	0,04
Rio Grande do Norte	5	0,03
Minas Gerais	9	0,06
Espírito Santo	5	0,03
Rio de Janeiro	4	0,03
São Paulo	41	0,28

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Paraná	13.985	96,25
Santa Catarina	166	1,14
Rio Grande do Sul	302	2,08
Mato Grosso	4	0,03
Goiás	3	0,02

Fonte: IBGE - Censo demográfico

Em 1996, 86,91% das pessoas que residiam no município de Turvo há menos de 5 anos eram provenientes do Estado do Paraná. A tabela 5.15 mostra a população residente em Turvo, em 1996, que havia migrado para o município nos últimos 5 anos.

Tabela 5.15. Turvo - PR: pessoas não residentes no município em 1991

Procedência	hab	%
Outra unidade da federação	43	11,26
Mesma unidade da federação	332	86,91
País estrangeiro	6	1,57
Ignorado	1	0,26
Total	382	100

Fonte: IBGE – Contagem da população (1996)

5.3.4. Saneamento

Os indicadores de saneamento básico são compostos pelos serviços de abastecimento de água, coleta e destinação final de esgoto sanitário e de resíduos sólidos. Estes indicadores são de fundamental importância para a determinação da qualidade de vida da população, uma vez que a ausência de rede e tratamento de água e esgoto e a disposição inadequada de lixo trazem riscos para a saúde da população, além de contribuírem para a degradação ambiental.

Os problemas de saúde pública são uma das consequências negativas advindas da falta deste tipo de infraestrutura e resulta diretamente no aumento de doenças e, paralelamente, no aumento nos gastos dos serviços de atendimento à saúde.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

A PNAD de 2006 (IBGE, 2006) apontou que no Brasil a média de domicílios atendidos por rede de esgoto era de 66,2%. A média nacional de domicílios atendidos pela rede pública de abastecimento de água foi de 92,5% no mesmo ano, o que representa uma grande evolução da infra-estrutura nos últimos 7 anos: pois em 1999 aproximadamente 1/4 da população brasileira não possuía acesso à água tratada.

No que diz respeito ao abastecimento de água, o IBGE estabelece os seguintes conceitos:

- **Rede geral** - quando o domicílio for servido de água proveniente de rede pública de distribuição (havendo ou não canalização interna).
- **Poço ou nascente** – quando o domicílio utilizar água para consumo humano proveniente de poço ou nascente.
- **Outra forma** - quando o domicílio for servido de água de poços ou nascentes, ou ainda através de reservatórios pluviais, carro-pipa, bicas, etc. (havendo ou não canalização interna).

De acordo com o IBGE, a proporção de moradores do município de Prudentópolis residindo em domicílios com abastecimento de água pela rede geral de distribuição subiu de 25,7% para 46,9% entre 1991 e 2000. A título de comparação, a média estadual desse tipo de abastecimento, obtida na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2007, foi de 87,05%.

Portanto o abastecimento de água pela rede em Prudentópolis, apesar do aumento significativo, ainda pode ser considerada insatisfatória. A tabela 5.16 traz as proporções de habitantes por tipo de abastecimento de água no município.

Tabela 5.16. Proporção de moradores em Prudentópolis por tipo de abastecimento de água (1991 e 2000)

	1991	2000
Rede geral	25,7	46,9

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Poço ou nascente	72,3	51,5
Outra forma	2,0	1,6

Fonte: IBGE – censos demográficos

Turvo apresentou uma situação ainda menos favorável com relação ao abastecimento de água: em 1991, 20,7% dos habitantes residiam em domicílios atendidos pela rede geral de distribuição de água. Em 2000, esse índice passou para 40,3%, bem abaixo da média estadual para o mesmo período (82,6%). Quase um terço dos moradores da cidade ainda captava água através de poços ou nascentes em 2000, conforme pode ser observado na tabela 5.17.

Tabela 5.17. Proporção de moradores em Turvo por tipo de abastecimento de água (1991 e 2000)

	1991	2000
Rede geral	20,7	40,3
Poço ou nascente	79,1	59,2
Outra forma	0,2	0,5

Fonte: IBGE – censos demográficos

Os conceitos do IBGE relativos à coleta de esgoto sanitário são:

- **Rede geral** – quando a instalação sanitária está ligada a uma rede de coleta, inclusive pluvial;
- **Fossa séptica** – quando a instalação sanitária for ligada a uma fossa fechada, podendo esta última estar conectada à rede de águas pluviais;
- **Fossa rudimentar** - quando a instalação sanitária estiver ligada a uma fossa rústica, aberta (poço, buraco, etc.);
- **Vala** - quando a instalação sanitária estiver ligada a um escoadouro de águas pluviais a céu aberto;
- **Rio, lago ou mar** - quando a instalação sanitária está ligada a um corpo hídrico receptor;

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

- **Outros escoadouros** - quando a instalação sanitária utilizar como escoadouro córregos, rios, mar ou quaisquer outras formas não citadas anteriormente;
- **Não tem instalação sanitária** - quando o domicílio não possuir qualquer tipo de instalação sanitária.

Com relação à coleta de esgoto, não havia dados relativos ao percentual de moradores atendidos pela rede geral em 1991 para o município de Prudentópolis, o que leva a crer que não havia instalação de rede coletora de esgoto doméstico nessa época. Dados de 2000 mostram que 14,4% dos moradores eram atendidos pela rede geral de coleta de esgoto, índice bem abaixo da média estadual para o mesmo período, que era de 35,9%. No entanto, entre 1991 e 2000 houve diminuição no número de moradores que não possuíam instalação sanitária, de 15,5% para 4,7%.

A Tabela 5.18 traz as proporções de habitantes de Prudentópolis, por tipo de coleta de esgoto sanitário.

Tabela 5.18. Proporção de moradores em Prudentópolis por tipo de esgoto sanitário (1991 e 2000)

	1991	2000
Rede geral de esgoto ou rede pluvial	-	14,4
Fossa séptica	20,2	15,3
Fossa rudimentar	63,9	62,6
Vala	0,1	2,6
Rio, lago ou mar	-	0,2
Outro escoadouro	0,2	0,1
Não tem instalação sanitária	15,5	4,7

Fonte: IBGE – censos demográficos

Assim como em Prudentópolis, a situação da coleta de esgoto sanitário no município de Turvo ficava bem abaixo da média estadual. Em 2000, apenas 7,1% dos habitantes de Turvo residiam em domicílios com instalações sanitárias ligadas à

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

rede geral de coleta de esgoto, e mais de 76% dos habitantes residiam em domicílios cujas instalações sanitárias eram ligadas a fossas rudimentares, conforme pode ser visualizado na Tabela 5.19.

Tabela 5.19. Proporção de moradores em Turvo por tipo de esgoto sanitário (1991 e 2000)

	1991	2000
Rede geral de esgoto ou rede pluvial	-	7,1
Fossa séptica	0,4	3,9
Fossa rudimentar	76,1	76,1
Vala	5,2	5,7
Rio, lago ou mar	-	2,1
Outro escoadouro	0,2	-
Não tem instalação sanitária	18,1	5,1

Fonte: IBGE – censos demográficos

Ainda que a situação dos municípios esteja abaixo da média estadual, dois fatores positivos devem ser considerados em relação à captação de esgoto domiciliar: a implantação de rede coletora e a diminuição expressiva de domicílios sem instalação sanitária. A inexistência de instalação sanitária é um dos principais indicadores socioeconômicos de uma região e para ambos os município esse item pode ser considerado satisfatório num panorama regional.

Em 2000, o percentual de coleta de lixo em Prudentópolis foi de 41,4%, enquanto a média estadual foi de 82,1%. Apesar disso, houve grande evolução no percentual de lixo coletado no município entre 1991 e 2000, conforme se pode observar na Tabela 5.20.

Tabela 5.20. Proporção de moradores em Prudentópolis por tipo de coleta de lixo (1991 e 2000)

	1991	2000
Coletado	18,8	41,4
Queimado na propriedade	53,2	47,6
Enterrado na propriedade	4,7	4,6
Jogado	19,5	5,4

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Outra destinação	3,7	1,0
------------------	-----	-----

Fonte: IBGE – censos demográficos

Turvo registrou em 2000 um percentual de habitantes residindo em domicílios atendidos por coleta de lixo inferior ao de Prudentópolis e também à média estadual. Entretanto, entre 1991 e 2000 foi observado um sensível crescimento da proporção desse tipo de destinação do lixo (de 14,7% para 34,3%).

Outras formas de disposição, embora reduzidas neste período, continuam sendo mais elevadas do que no município vizinho: 15,3% dos moradores ainda afirmavam queimar o lixo em suas propriedades. A Tabela 5.21 traz as proporções de moradores por tipo de coleta de lixo em Turvo.

Tabela 5.21. Proporção de moradores em Turvo por tipo de coleta de lixo (1991 e 2000)

	1991	2000
Coletado	14,7	34,3
Queimado na propriedade	57,8	49,7
Enterrado na propriedade	11,0	6,5
Jogado	5,0	8,6
Outra destinação	11,5	1,0

Fonte: IBGE – censos demográficos

Os indicadores de saneamento básico de Prudentópolis e Turvo estão abaixo da média estadual, ainda que apresentado significativa melhoria nos períodos intercensitários. Essa melhoria pode indicar uma tendência de superação das falhas na demanda por serviços dessa ordem, que terá repercussão na qualidade de vida da população, especialmente na área da saúde coletiva.

5.3.5. Saúde

Ocorreram importantes mudanças nos últimos 50 anos no país, a despeito das condições políticas e socioeconômicas existentes, tais como, : inversão da situação de moradia da maioria da população e conseqüente urbanização, diminuição do número de filhos/mulher e redução da mortalidade infantil. De maneira geral, essa

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

situação teve como consequência uma reestruturação nos padrões de consumo e de alimentação, assim como de acesso a serviços básicos de infra-estrutura e saneamento. Esse processo resultou em modificações nas questões relativas aos padrões de saúde/doença. No entanto, o quadro de mudanças apresentado registra ainda expressivas diferenças regionais.

Os dados e os indicadores municipais e estaduais associados à saúde da população serão aqui subdivididos nos seguintes itens: estrutura de atendimento à saúde, natalidade, morbidade e mortalidade. A maior parte das informações foi coletada através do banco de dados do Ministério da Saúde (DATASUS), o qual agrega o Sistema de Informações Hospitalares (SIH), o Sistema de Informações sobre Atenção Básica (SIAB), Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), o Sistema de Informações de Nascimentos (SINASC), entre outros. Em 1975 o Ministério da Saúde criou o SIM – Sistema de Informações sobre Mortalidade, com o intuito de regular os dados referentes à mortalidade, de forma a nortear as ações na área da saúde.

Esse sistema permite a produção de estatísticas de mortalidade, bem como a demonstração dos principais indicadores de saúde, possibilitando estudos estatísticos epidemiológicos e sócio-demográficos. O SINASC – Sistema de Nascidos Vivos foi implantado oficialmente em 1990, com o objetivo de obter informações sobre nascimentos, a partir de um documento básico e padrão em todo o país (Declaração de Nascidos Vivos – DN), emitido nos hospitais e em outras instituições de saúde que realizem partos (para os partos hospitalares) e nos Cartórios de Registro Civil (para os partos ocorridos em domicílio).

O Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB teve início em 1998 e agrega informações sobre condições de moradia e de saneamento, além, é claro, da situação de saúde da população. O SIAB funciona como um instrumento de monitoramento das ações realizadas pelo Programa Saúde da Família – PSF.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

O SUS – Sistema Único de Saúde foi historicamente precedido pelo sanitarismo campanhista (início do século XX até 1965), passando pelo modelo médico-assistencial até chegar ao modelo vigente. Os modelos anteriores de atendimento de saúde eram reflexo da determinação econômica e da concepção de saúde da sociedade. O sanitarismo campanhista, por exemplo, era vigente enquanto o modelo agroexportador demandava uma política de erradicação e controle de doenças nas regiões de circulação de mercadorias (MENDES, 1996). As mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas a partir dos anos 80 foram o pano de fundo para o processo de transição das políticas nacionais de saúde, com a implantação de um novo modelo descentralizador. Ao SUS compete atender a população brasileira, sendo composto pelos serviços prestados pela União, estados, municípios e estabelecimentos privados que possuam ligação com o governo (MENDES, 1996).

As informações sobre mortalidade e morbidade hospitalar estão intensamente relacionadas com o nível de desenvolvimento socioeconômico de uma região. A mortalidade geral está aqui expressa em proporções de mortalidade, de acordo com os capítulos da CID 10. Os dados concernentes à morbidade referem-se a 2006 e sobre mortalidade a 2005. A análise dos aspectos da mortalidade geral permite revelar as diferentes proporções de óbitos por causa. Esse fator é extremamente importante, uma vez que os dados de mortalidade (e por consequência de natalidade e morbidade) contribuem decisivamente nos processos de gestão, avaliação e planejamento do sistema público de saúde, bem como nos processos de controle social, através dos Conselhos de Saúde.

As informações do Anuário Estatístico de Saúde do Brasil (Ministério da Saúde, 2001) revelam que, em 1999, a cobertura estimada para os registros de óbitos no país através do Sistema de Informações de Mortalidade – SIM era de 82%, considerando as diferenças regionais de coleta e interpretação dos dados. Os dados obtidos através do Anuário demonstram que ocorre um aumento gradual nessa porcentagem nos últimos anos, resultando numa cobertura mais efetiva. Outro problema associado aos registros de óbitos é a grande proporção de mortes

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

atribuídas a causas mal definidas, que indicam deficiência no preenchimento dos atestados de óbito e na assistência médica. No Brasil, essa foi a causa apontada para 15% da totalidade de óbitos ocorridos em 1999. Mais uma vez, devem ser consideradas as diferenças regionais dos registros. Ainda assim, os dados aqui utilizados, disponibilizados pelo Ministério da Saúde, são referenciais para a atual situação da mortalidade na região estudada e dizem respeito aos registros hospitalares, que refletem muito pouco o problema dos sub-registros.

De acordo com o Anuário Estatístico, estão ocorrendo mudanças no perfil da mortalidade da população brasileira: redução dos índices de mortalidade infantil, queda dos óbitos causados por doenças infecciosas e o aumento das mortes por doenças crônico-degenerativas. Em todas as regiões brasileiras, as doenças do aparelho circulatório são a principal causa de óbitos, seguidas pelas causas externas e neoplasias. Entre 1980 e 1999, observou-se aumento na proporção destas causas e diminuição das doenças infecciosas e parasitárias (de 9% para 6%) e das afecções originadas no período perinatal (de 7% para 5%). As neoplasias malignas, genericamente chamadas de câncer, vêm aumentando à medida que ocorre o controle progressivo de outras doenças e o conseqüente envelhecimento populacional. Em 1999, a taxa de mortalidade por estas causas foi de 70 óbitos por 100 mil habitantes, com maior incidência nas Regiões Sul e Sudeste, que registraram 89 e 102 óbitos por 100 mil habitantes, respectivamente. Em relação a 1980, houve crescimento nas taxas padronizadas de neoplasias de mama, de próstata, de pulmão, de traquéia e brônquios.

O envelhecimento da população tem ainda como efeito o aumento da mortalidade por diabetes melito, que, em 1999, apresentou uma taxa de 19,3 óbitos por 100 mil habitantes, com valores maiores para as mulheres (22,1) do que para os homens (16,4). A mortalidade masculina por Aids (9,3 óbitos por 100 mil homens) é quase três vezes maior do que a feminina (3,6). A Aids assumiu importância entre as causas de morte nos anos 90, no entanto, após a adoção da terapia de medicamentos antiretrovirais, com distribuição gratuita, tem-se observado tendência

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

de redução nesse tipo de mortalidade. Em 1999, ocorreram 6,4 óbitos por 100 mil habitantes, com taxas mais elevadas nas Regiões Sul (8,0) e Sudeste (9,7).

De acordo com dados de 2008, Prudentópolis possui 66 estabelecimentos (Figura 5.25), sendo 19 municipais, e 47 privados, conforme disposto na Tabela 5.22.

Tabela 5.22. Prudentópolis: estabelecimentos de saúde (2008)

Tipo de estabelecimento	Municipal	Privada	Total
Centro de saúde/unidade básica de saúde	5	-	5
Clinica especializada/ambulatório especializado	-	3	3
Consultório isolado	-	38	38
Hospital geral	-	2	2
Posto de saúde	14	-	14
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	-	4	4
Total	19	47	66

Fonte: Ministério da Saúde - datasus

Figura 5.25: **A** - Centro de Saúde Municipal – Prudentópolis; **B** - Posto de Saúde Geraldo R. N. de Carvalho - Prudentópolis



Fonte: Moraes, 2009

Ainda de acordo com o DATASUS, Prudentópolis possui 140 leitos hospitalares, dos quais 115 (82,14%) são conveniados ao Sistema Único de Saúde – SUS. Os leitos são distribuídos por especialidade de acordo com a Tabela 5.23.

Tabela 5.23. Prudentópolis: leitos hospitalares por especialidade (2008)

Especialidade	Qtd. Existente	Qtd. SUS
PCH CONFLUÊNCIA	EPIA – Estudo Prévio de Impacto Ambiental	

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A		
Cirúrgicos	13	11
Clínicos	67	53
Complementares	5	5
Obstétrico	28	23
Pediátrico	27	23
Total	140	115

Fonte: Ministério da Saúde - datasus

Turvo possui uma rede assistencial de saúde consideravelmente menor, composta por 23 estabelecimento (Figura 5.26), dos quais cinco são privados, e 18 são públicos. A tabela 5.24 relaciona os estabelecimentos pelo seu tipo.

Tabela 5.24. Turvo: estabelecimentos de saúde (2008)

Tipo de estabelecimento	Municipal	Privada	Total
Centro de saúde/unidade básica de saúde	4	-	4
Clinica especializada/ambulatório especializado	2	1	3
Consultório isolado	-	1	1
Hospital geral	-	1	1
Posto de saúde	12	-	12
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	-	2	2
Total	18	5	23

Fonte: Ministério da Saúde – datasus

Figuras 5.26: **A** - Hospital Bom Pastor – Turvo; **B** - Centro de Saúde Iraci Aparecida de Campos - Turvo



Fonte: Morais, 2009

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Em Turvo há 53 leitos hospitalares, conforme dados do Ministério da Saúde, de 2008. Todos os leitos são conveniados ao SUS e distribuem-se por especialidade da seguinte forma.

Tabela 5.25. Turvo: leitos hospitalares por especialidade (2008)

Especialidade	Qtd. Existente	Qtd. SUS
Cirúrgicos	2	2
Clínicos	33	33
Obstétrico	8	8
Pediátrico	10	10
Total	53	53

Fonte: Ministério da Saúde - datasus

Em Prudentópolis, as principais causas de internação de recém-nascidos são doenças do aparelho respiratório e afecções do período perinatal. Entre as crianças, figuram novamente as doenças do aparelho respiratório e doenças infecciosas e parasitárias, que geralmente estão associadas a contextos de carência social, uma vez que são facilmente evitáveis através da melhoria das condições de saneamento. Entre os adultos jovens, as principais causas de internação estão relacionadas à gravidez. A partir dos 50 anos, as principais causas são doenças dos aparelhos circulatório, respiratório e digestivo. A Tabela 5.26 relaciona as proporções das causas das internações, por grupos de idade.

Tabela 5.26. Prudentópolis: morbidade hospitalar proporcional por faixas etárias (2006)

	0 a 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e +	Todas
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	15,3	16,2	9,0	14,8	3,9	2,7	4,0	3,6	5,1
Neoplasias (tumores)	0,0	9,1	0,0	2,3	5,3	3,8	5,4	3,6	4,2
Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	2,0	0,0	0,6	0,0	2,1	0,6	1,0	0,4	0,8
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	6,7	9,1	7,1	5,7	0,7	2,2	6,3	4,4	4,0

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Transtornos mentais e comportamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	5,8	2,3	0,6	3,1
Doenças do sistema nervoso	1,3	2,1	1,9	0,0	0,7	1,3	3,5	2,7	1,9
Doenças do olho e anexos	0,0	0,0	1,3	0,0	0,0	0,6	0,3	0,0	0,4
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0,7	0,4	1,3	1,1	0,4	0,0	0,0	0,0	0,2
Doenças do aparelho circulatório	0,7	0,0	1,9	2,3	0,4	6,7	26,2	32,6	12,0
Doenças do aparelho respiratório	36,0	44,0	27,7	18,2	4,6	7,4	21,0	33,1	17,9
Doenças do aparelho digestivo	6,7	6,2	12,9	9,1	2,8	7,2	11,5	9,3	8,1
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0,7	0,4	0,6	1,1	0,4	0,4	0,5	0,6	0,5
Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	0,0	0,8	6,5	3,4	3,5	5,1	7,5	2,3	4,5
Doenças do aparelho geniturinário	0,7	3,3	3,9	3,4	7,1	7,2	6,3	2,9	5,6
Gravidez parto e puerpério	0,0	0,0	0,0	6,8	51,4	37,7	0,0	0,0	20,9
Algumas afec originadas no período perinatal	25,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1
Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	2,0	0,8	1,9	2,3	0,7	0,1	0,0	0,0	0,4
Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	1,3	0,8	1,3	0,0	0,4	0,3	0,5	0,4	0,5
Lesões enven e alg out conseq causas externas	0,7	5,8	19,4	28,4	13,8	10,6	3,3	3,6	8,8
Causas externas de morbidade e mortalidade	0,0	0,0	1,3	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Contatos com serviços de saúde	0,0	0,8	1,3	0,0	0,4	0,2	0,2	0,0	0,2

Fonte: Ministério da Saúde - datasus

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Com relação às causas de mortalidade em Prudentópolis, os principais fatores são as causas externas (entre a população jovem) e as doenças do aparelho circulatório (principalmente na população a partir de 50 anos de idade). As doenças do aparelho circulatório são a principal causa de mortalidade, quando consideradas todas as idades. As proporções de causas de morte por grupos de idade são relacionadas na Tabela 5.27.

Tabela 5.27. Prudentópolis: percentual das causas de mortalidade (2005)

	0 a 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e +	Todas
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	20,0	50,0	0,0	0,0	0,0	2,1	4,6	2,3	3,6
Neoplasias (tumores)	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	17,0	30,8	13,6	17,3
Doenças do aparelho circulatório	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,8	36,9	59,1	43,8
Doenças do aparelho respiratório	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	6,4	9,2	12,5	10,5
Algumas afec originadas no período perinatal	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6
Causas externas de morbidade e mortalidade	10,0	0,0	0,0	50,0	75,0	44,7	6,2	1,7	10,8
Demais causas definidas	20,0	50,0	0,0	0,0	0,0	17,0	12,3	10,8	12,4

Fonte: Ministério da Saúde - datasus

Turvo apresenta um quadro de causas de internação bastante semelhante ao de Prudentópolis. As proporções são mostradas na Tabela 5.28.

Tabela 5.28. Turvo: morbidade hospitalar proporcional por faixas etárias (2006)

	0 a 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e +	Toda
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	14,3	21,5	23,5	14,3	0,0	3,5	3,0	4,0	8,2
Neoplasias (tumores)	3,9	5,2	2,0	5,7	5,8	4,5	7,9	5,3	5,0

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	1,0	0,0	0,3
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	2,6	6,7	0,0	0,0	0,0	0,5	3,0	4,0	2,0
Transtornos mentais e comportamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,3	4,0	0,0	2,7
Doenças do sistema nervoso	2,6	1,5	2,0	0,0	13,0	0,8	2,0	1,3	2,1
Doenças do olho e anexos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,1
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0,0	0,0	2,0	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
Doenças do aparelho circulatório	0,0	0,0	3,9	0,0	2,9	5,3	27,7	30,7	8,1
Doenças do aparelho respiratório	58,4	48,1	37,3	17,1	1,4	9,3	28,7	37,3	24,4
Doenças do aparelho digestivo	2,6	8,9	7,8	17,1	1,4	10,0	6,9	10,7	8,5
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0	5,9	0,0	0,7
Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	2,5	2,0	1,3	1,5
Doenças do aparelho geniturinário	1,3	3,7	11,8	14,3	2,9	10,5	4,0	2,7	7,1
Gravidez parto e puerpério	0,0	0,0	0,0	2,9	63,8	41,8	0,0	0,0	22,5
Algumas afec originadas no período perinatal	13,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2
Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	1,3	1,5	5,9	5,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8
Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,1
Lesões enven e alg out conseq causas externas	0,0	2,2	3,9	20,0	4,3	5,5	1,0	2,7	4,2

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Causas externas de morbidade e mortalidade	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contatos com serviços de saúde	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	0,3	1,0	0,0	0,3

Fonte: Ministério da Saúde - datasus

Assim como no caso das internações, as proporções de causa de mortalidade em Turvo são bastante semelhantes às de Prudentópolis. Novamente as doenças do aparelho circulatório são a principal causa, quando consideradas todas as idades. A Tabela 5.29 relaciona os indicadores de mortalidade proporcional no município.

Tabela 5.29. Turvo: percentual das causas de mortalidade (2005)

	0 a 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 49	50 a 64	65 e +	Todas
Algumas doenças infecciosas e parasitárias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Neoplasias (tumores)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	26,7	30,3	23,2
Doenças do aparelho circulatório	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0	46,7	39,4	30,4
Doenças do aparelho respiratório	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0	6,7	3,0	4,3
Algumas afec originadas no período perinatal	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,3
Causas externas de morbidade e mortalidade	0,0	50,0	100,0	100,0	100,0	60,0	13,3	9,1	21,7
Demais causas definidas	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,7	18,2	15,9

Fonte: Ministério da Saúde - datasus

5.3.6. Educação

De modo geral, o Brasil apresenta indicadores e taxas relativas à educação abaixo dos padrões internacionais, ainda que, por outro lado, as taxas de retorno à educação venham crescendo paulatinamente. Essa situação é preocupante uma vez que a escolaridade está intimamente atrelada à condição socioeconômica familiar.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Em termos gerais, isso significa que quanto menor a escolaridade, menor a chance de inserção no mercado formal de trabalho e, por consequência, menor a chance de percepção de salários satisfatórios.

As questões relativas à baixa escolaridade não possuem reflexos somente no aspecto econômico. Um estudo realizado no Vale do Jequitinhonha (GOZA et al., 1996), um dos locais mais pobres e com uma das maiores taxas de filhos/família do Brasil, indicou que existe relação direta entre a adoção de planejamento familiar com maior grau de escolaridade da mulher. Assim, quanto mais anos de estudo a mulher possuir, maior será sua preocupação em relação ao controle da natalidade. Portanto, a mudança do status social da mulher (maior acesso à escola e ao mercado de trabalho) implicou em mudanças no comportamento reprodutivo daquela região. Assim, o acesso e a qualidade da educação pública ofertada são extremamente relevantes.

Há décadas atrás, o nível primário na educação permitia o ingresso de pessoas no mercado de trabalho informal e formal com pouca qualificação. A realidade atual, no entanto, exige maior nível de instrução para empregos ainda considerados de baixa-qualificação. Muito embora a alfabetização não seja um estado que por si só garanta a melhoria da condição de vida, é impossível não correlacionar os altos níveis de analfabetismo com a situação socioeconômica da população de baixa renda. Ainda que a taxa de alfabetização de pessoas com 15 ou mais anos no Brasil tenha apresentado crescimento nos últimos anos, os dados do Censo 2000, realizado pelo IBGE, indicam que aproximadamente dezesseis milhões de pessoas com 15 ou mais anos não eram alfabetizadas.

Serão aqui analisadas as taxas de alfabetização, a estrutura de ensino disponível, as matrículas e o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. O IDEB foi desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira em 2007 e reúne dois importantes indicadores da educação: O rendimento escolar e as médias de desempenho em avaliações padronizadas, oriundos do

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Censo Escolar, do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e da Prova Brasil.

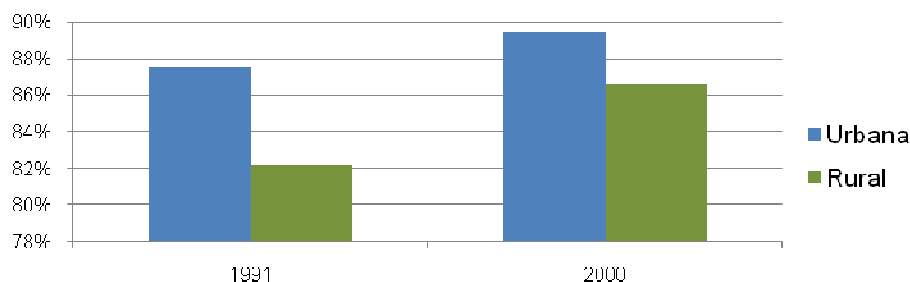
A taxa de alfabetização em Prudentópolis em 2000 foi de 87,65%. Mais de 89% da população urbana do município era alfabetizada enquanto, na população rural, este índice foi de 86,53% (Tabela 5.30).

Tabela 5.30. Prudentópolis – Situação do domicílio: percentual de pessoas com mais de 5 anos de idade alfabetizadas (1991 - 2000)

	1991	2000
Urbana	87,53%	89,39%
Rural	82,15%	86,53%
Total	83,46%	87,65%

Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Contagens Populacionais

Houve redução do analfabetismo nas duas populações entre 1991 e 2000. O Gráfico 5.5 mostra a evolução do índice de alfabetização no estado.

Gráfico 5.5.: Prudentópolis: evolução da população alfabetizada (1991 e 2000)

Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Contagens Populacionais

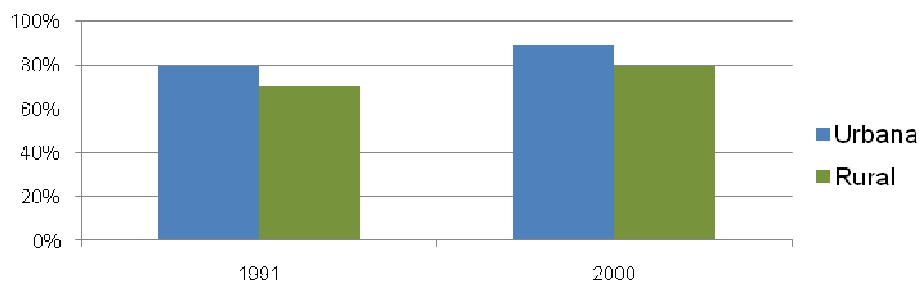
Segundo os censos demográficos do IBGE, os índices de alfabetização no município de Turvo foram mais baixos do que os de Prudentópolis. Dados do ano de 2000 mostram que, entre a população urbana, o índice de alfabetização no município foi de 89,30%, enquanto que entre a população rural, 79,49% eram alfabetizados (Tabela 5.31).

Tabela 5.31. Turvo – Situação do domicílio: percentual de pessoas com mais de 5 anos de idade alfabetizadas (1991 - 2000)

	1991	2000
Urbana	79,32%	89,30%
Rural	70,77%	79,49%
Total	72,52%	82,32%

Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Contagens Populacionais

Observa-se um aumento nos índices de alfabetizações em Turvo entre os anos de 1991 e 2000, tanto entre a população urbana quanto entre a população rural, como demonstra o Gráfico 5.6.

Gráfico 5.6.: Turvo: evolução da população alfabetizada (1991 e 2000)

Fonte: IBGE - Censos Demográficos e Contagens Populacionais

A rede de estabelecimentos de ensino em Prudentópolis é composta por 119 escolas (Figura 5.27), sendo 91 municipais, 19 estaduais, e 9 escolas privadas, atendendo aos níveis de ensino conforme demonstra a Tabela 5.32.

Tabela 5.32. Prudentópolis: estabelecimentos de ensino (2007)

Rede	Pré-Escolar	Fundamental	Médio	Superior
Municipal	20	71	0	0
Estadual	0	13	6	0
Federal	0	0	0	0
Privada	2	4	3	0
Total	22	88	9	0

Fonte: INEP

Figura 5.27.: Escola Estadual Alberto de Carvalho - Prudentópolis

Fonte: Moraes, 2009

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

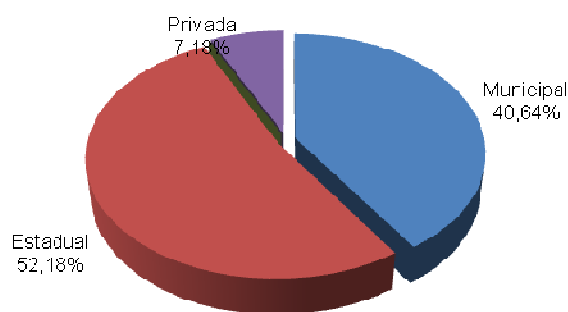
Em 2007 o Censo Escolar contabilizou mais 11.600 matrículas na rede de ensino de Prudentópolis. As escolas estaduais são as que mais receberam alunos, com 52,18% do total. A rede de escolas municipais aparece logo em seguida, com 40,64%. A Tabela 5.33 relaciona as matrículas por nível de ensino e rede de escolas.

Tabela 5.33. Prudentópolis: matrículas nos estabelecimentos de ensino (2007)

Rede	Pré-Escolar	Fundamental	Médio	Superior
Municipal	827	3.900	0	0
Estadual	0	3.785	1.878	407
Federal	0	0	0	0
Privada	87	564	184	0
Total	914	8.249	2.062	407

Fonte: INEP

No Gráfico 5.7 são mostrados os percentuais dos totais de matrículas por rede de escolas em Prudentópolis.

Gráfico 5.7.: Prudentópolis: proporção das matrículas nos estabelecimentos de ensino (2007)


Fonte: INEP

No município de Turvo, a rede de ensino é composta por 16 escolas, sendo 10 municipais e 6 escolas estaduais. Não existem escolas federais ou privadas no município. As informações estão apresentadas na Tabela 5.34.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A
Tabela 5.34. Turvo: estabelecimentos de ensino (2007)

Rede	Pré-Escolar	Fundamental	Médio	Superior
Municipal	3	7	0	Não informado
Estadual	0	4	2	Não informado
Federal	0	0	0	Não informado
Privada	0	0	0	Não informado
Total	3	11	2	0

Fonte: INEP

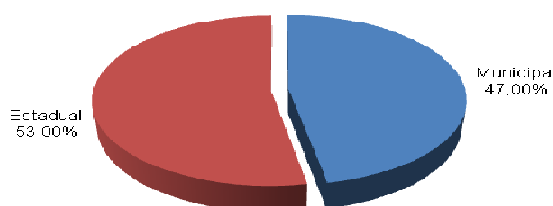
De acordo com o Censo Escolar, em 2007 foram realizadas contabilizou mais 4.200 matrículas no município de Turvo. 53% dos alunos foram matriculados em escolas estaduais e 47% dos alunos, em escolas municipais (Tabela 5.35).

Tabela 5.35. Turvo: matrículas nos estabelecimentos de ensino (2007)

Rede	Pré-Escolar	Fundamental	Médio	Superior
Municipal	231	1.760	0	Não informado
Estadual	0	1.487	758	Não informado
Federal	0	0	0	Não informado
Privada	0	0	0	Não informado
Total	231	3.247	758	0

Fonte: INEP

O Gráfico 5.8 demonstra a proporção de matrículas em Turvo.

Gráfico 5.8.: Turvo: proporção das matrículas nos estabelecimentos de ensino (2007)


Fonte: INEP

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Nos municípios de Prudentópolis e Turvo a rede escolar segue o modelo mais difundido no país, com maior participação da rede pública nos primeiros anos de ensino e a predominância da rede estadual no ensino médio.

Em Prudentópolis havia 759 professores lecionando em todos os níveis de ensino em 2007. A rede de escolas estaduais é a que mais possui professores com 47,04%. A distribuição dos docentes por rede de escolas e nível de ensino é mostrada na Tabela 5.36.

Tabela 5.36. Prudentópolis: docentes por nível de ensino (2007)

Rede	Pré-Escolar	Fundamental	Médio
Municipal	67	223	0
Estadual	0	226	131
Federal	0	0	0
Privada	9	64	39
Total	76	513	170

Fonte: INEP

A média de alunos por professor no município é de 15,3. A rede de escolas privadas é a que possui menos alunos por professor: 7,7. As redes municipal e estadual possuem médias muito parecidas: 14,9 e 15,5 alunos por professor, respectivamente. Considerando os níveis de ensino, o que possui maior número de professores por aluno é o nível fundamental conforme pode ser verificado na Tabela 5.37.

Tabela 5.37. Prudentópolis: média de alunos por docente (2007)

Rede	Pré-Escolar	Fundamental	Médio
Municipal	12,3	17,5	-
Estadual	-	16,7	14,3
Federal	-	-	-
Privada	9,7	8,8	4,7
Média	11,0	14,3	9,5

Fonte: INEP

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Segundo o INEP, em 2007 havia um total de 229 docentes em Turvo. As redes de escolas municipais e estaduais possuíam um número muito próximo de docentes: 110 e 119, respectivamente. A distribuição dos docentes por rede de escolas e nível de ensino é mostrada na Tabela 5.38.

Tabela 5.38. Turvo: docentes por nível de ensino (2007)

Rede	Pré-Escolar	Fundamental	Médio
Municipal	29	81	0
Estadual	0	73	46
Federal	0	0	0
Privada	0	0	0
Total	29	154	46

Fonte: INEP

No município de Turvo, em 2007, a média de alunos por professor era de 18,5. A rede de escolas municipais possuía um professor para cada 14,8 alunos enquanto a rede de escolas estaduais contava com um professor para cada 18,4 alunos, conforme demonstrado na Tabela 5.39.

Tabela 5.39. Turvo: média de alunos por docente (2007)

Rede	Pré-Escolar	Fundamental	Médio
Municipal	8,0	21,7	-
Estadual	-	20,4	16,5
Federal	-	-	-
Privada	-	-	-
Média	8,0	21,0	16,5

Fonte: INEP

5.3.7. Uso e Ocupação do Solo

As origens do município de Prudentópolis remontam ao povoamento de uma região pertencente ao município de Guarapuava. O povoamento iniciou-se a partir da abertura da estrada acompanhando uma linha telegráfica na área entre o rio dos

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Patos e a Serra da Esperança no final do século XIX. Em 1884, o proprietário das terras por onde passaria a estrada, Firmo Mendes de Queiroz construiu uma capela para São João Batista e doou terras para que fosse construída uma povoação, denominando-a São João do Capanema. A valorização das terras devido à instalação da estrada estimulou a ocupação da região e o povoado passou a ser conhecido popularmente como “Vilinha”. Em 1894, o Governo Federal atribuiu à região o status de colônia, renomeada pelo seu diretor, o Dr. Cândido Ferreira de Abreu, como Prudentópolis, em homenagem ao então Presidente da República, Prudente José de Moraes Barros. Em 1906, através da Lei Estadual n.º 615 de 5 de março, Prudentópolis foi desmembradas de Guarapuava, adquirindo a título de município.

Prudentópolis teve, ao longo de sua história, uma expressiva colonização de migrantes ucranianos. Um acordo com o Governo Federal em 1896 resultou na imigração de 1.500 famílias – aproximadamente 8.000 pessoas – de imigrantes ucranianos. A imigração de ucranianos para Prudentópolis continuou até a década de 1920, o que contribuiu para que o município se tornasse o que mais recebeu imigrantes ucranianos no Brasil. Prudentópolis contou ainda com imigrantes poloneses, alemães e italianos na formação de sua população.

A região de Turvo, originalmente pertencente ao município de Guarapuava, foi inicialmente colonizada por agricultores e pecuaristas. O desenvolvimento mais intenso do povoado se deu na primeira metade do século XX, quando, devido ao aumento populacional, foram construídas residências, casas de comércio e escolas no local. Em dezembro de 1953, Turvo passou à condição de Distrito de Guarapuava. O município de Turvo foi criado através da Lei Estadual nº 7.576 de 12 de maio de 1982. A instalação oficial do município ocorreu em 1983, quando o mesmo foi desmembrado do município de Guarapuava.

A denominação do local provém do rio Turvo, localizado nos arredores do município. Turvo destaca-se por possuir uma das maiores reservas nativas de Pinheiro do Paraná.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Devido à configuração geográfica da região onde está localizado, Prudentópolis possui diversos atrativos naturais, que figuram como opção de lazer para os moradores e atraem um grande número de turistas para o município. O Cânion do Rio São João é um dos mais belos atrativos do município, onde se pode apreciar a exuberância da floresta nativa e espécies da fauna e flora locais.

Dentre as principais cachoeiras do município estão o Salto São Sebastião, o Salto São João, o Salto Barão do Rio Branco e o Salto Manduri. Também em Prudentópolis, está localizado o Salto São Francisco que, com 196 metros de queda livre, é a cachoeira mais alta do Sul do Brasil. As cachoeiras no município possuem, em geral, infra-estrutura para visitação, trilhas para caminhadas, mirantes e locais para acampamento.

A arquitetura de Prudentópolis também se destaca como atrativo turístico e memória da imigração de povos europeus no município (Figura 5.28). A paisagem Prudentópolis conta com casas de madeira, construídas pelos imigrantes ucranianos, poloneses, italianos e alemães durante o Ciclo da Madeira.

Figura 5.28.: Portal do município de Prudentópolis



Fonte: Moraes, 2009

A arquitetura religiosa no município é de grande relevância. A Igreja Matriz de São Josafat, construída entre 1925 e 1928 em estilo Bizantino, possui uma coleção de ícones sacros executados em Munique e entalhados em madeira e relíquias originárias da Ucrânia, tendo sido tombada em 1979 pela Secretaria de Cultura do

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Estado do Paraná, como patrimônio artístico e cultural do estado. O Santuário Nossa Senhora das Graças é outro ícone relevante da arquitetura do município, no qual se destacam vitrais que representam Nossa Senhora do Rosário e a Sagrada Família. A Igreja Matriz de São João Batista, concluída em 1900, foi erguida pelos primeiros colonizadores de Prudentópolis e é considerada uma preciosa relíquia do passado do município; nela encontram-se os restos mortais de Firmo Mendes de Queiroz, fundador do município.

Com o objetivo de resgatar e preservar a memória da imigração ucraniana em Prudentópolis, em 1989, foi inaugurado o Museu do Milênio, cujo acervo é composto por objetos de uso tradicionais, artesanato típico, documentos, fotografias e livros relacionados ao povo ucraniano. A memória da imigração ucraniana no município também é conservada por grupos folclóricos. O grupo de banduristas Sloveiko, criado em 1991, participa de eventos locais e regionais, nos quais realiza apresentações de bandura, um instrumento musical típico da Ucrânia. O grupo folclórico Dibrova, fundado no final da década de 1990, busca preservar as tradições ucranianas através da dança e é uma opção de lazer para os jovens do município. O grupo folclórico Ucraniano-Brasileiro Vesselka é o maior e mais antigo do município. Fundado em 1958, realiza apresentações em todo o país e no exterior.

Dentre os principais eventos culturais de Prudentópolis, destacam-se a Páscoa Ucraniana, a Festa do Padroeiro São João Batista, a Festa do Padroeiro São Josafa, a Festa de Nossa Senhora das Graças e a Noite Ucraniana, durante a qual se realiza desfile de trajes típicos, jantar com comidas típicas e apresentações de grupos folclóricos.

Dentre os principais atrativos naturais do município de Turvo destacam-se a gruta Toca do Tigre e as cachoeiras Salto Grande, Salto dos Pachecos, dos Mendes, Rio do Turvo, do Boi e dos Turcos. Outra atração é a Usina Januário de Napoli. No território do município está localizada a Área Indígena Marrecas.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Os principais eventos culturais que acontecem anualmente em Turvo são o aniversário do município, a Festa Junina, a Festa do Pinhão, a Festa da Padroeira do município e o Auto de Natal.

Os dados disponibilizados nesta seção são oriundos dos últimos censos agropecuários, realizados em 1996 e 2006 pelo IBGE (Tabela 5.40). Os aspectos analisados são a utilização e a condição legal das terras. Os resultados do último censo agropecuário ainda são preliminares, e não há dados a respeito da condição legal das terras, motivo pelo qual são apresentados aqui dados de 1996 para este item.

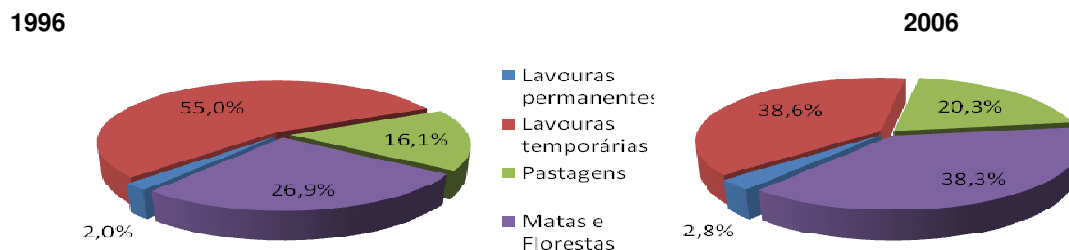
Dos 227.540 hectares do território do município de Prudentópolis, 140.688 foram utilizados para produção agrícola em 2006, data do último censo agropecuário do IBGE. Isso equivale a 61,83% da área do município. Em 1996, esse percentual era ainda maior: 69,88%.

Tabela 5.40. Prudentópolis - PR: número e área dos estabelecimentos rurais (1996 e 2006)

	1996		2006	
	Número	Área total (ha)	Número	Área total (ha)
Lavouras permanentes	1.399	3.153	7.834	3.945
Lavouras temporárias	7.475	87.388	1.488	54.323
Pastagens	3.923	25.620	6.667	28.539
Matas e Florestas	6.049	42.838	3.148	53.881
Total	18.846	158.999	19.137	140.688

Fonte: IBGE - Censos agropecuários

Do total da área utilizada para produção em 1996, a maior parte era composta por lavouras temporárias (55,0%). Entre 1996 e 2006 as lavouras temporárias perderam espaço e houve um expressivo aumento das áreas destinadas a matas e florestas e a pastagens, conforme demonstra o Gráfico 5.9.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A
Gráfico 5.9.: Prudentópolis - PR: proporção da área dos estabelecimentos rurais por utilização (1996 e 2006)


Fonte: IBGE - Censos agropecuários

O IBGE também apurou que em 1996, 93,2% das terras produtivas eram mantidas pelos seus proprietários. As terras ocupadas eram 3,48% do total. A Tabela 5.41 relaciona as áreas de terra produtiva em Prudentópolis, por condição dos produtores.

Tabela 5.41. Prudentópolis - PR: Condição dos produtores agropecuários (1996)

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	160.055,44	93,2
Arrendatário	3.034,33	1,77
Parceiro	2.669,14	1,55
Ocupante	5.970,41	3,48
Total	171.729,33	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

Em Turvo a proporção de utilização das terras era ligeiramente superior à de Prudentópolis: 81,70%, ou 74.496 hectares do total de 91.180 hectares do território municipal eram destinados à produção rural em 2006 (Tabela 5.42).

Tabela 5.42. Turvo - PR: número e área dos estabelecimentos rurais (1996 e 2006)

	1996		2006	
	Número	Área total (ha)	Número	Área total (ha)
Lavouras permanentes	221	712	1.725	717
Lavouras temporárias	1.333	20.653	149	12.964

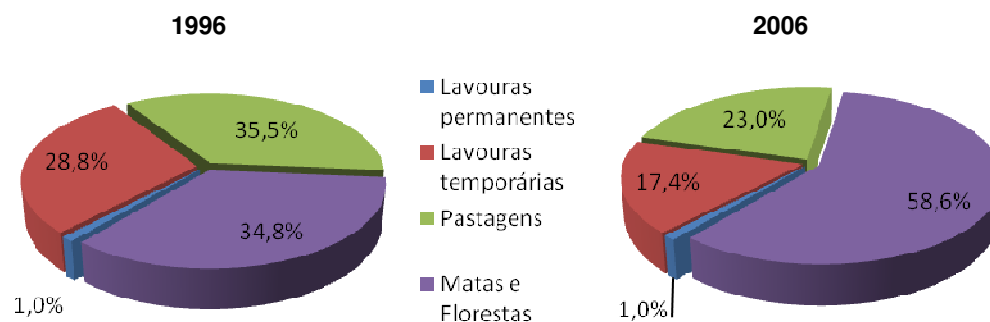
CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Pastagens	1.009	25.471	1.208	17.157
Matas e Florestas	1.191	24.977	1.027	43.658
Total	3.754	71.813	4.109	74.496

Fonte: IBGE - Censos agropecuários

O percentual mais representativo em 2006 foi o de matas e florestas: 58,6% do total de terras produtivas. As lavouras temporárias e áreas de pastagem perderam espaço entre os dois censos (1996 e 2006), conforme se pode verificar no Gráfico 5.10.

Gráfico 5.10. Turvo - PR: proporção da área dos estabelecimentos rurais por utilização (1996 e 2006)



Fonte: IBGE - Censos agropecuários

Em 1996, a grande maioria (94,1%) das terras eram utilizadas pelos seus proprietários. Terras ocupadas representavam 4,4% do total, conforme se pode observar na Tabela 5.43.

Tabela 5.43. Turvo - PR: Condição dos produtores agropecuários (1996)

Condição do produtor	Área dos estabelecimentos (Ha)	Proporção (%)
Proprietário	71.010,37	94,1
Arrendatário	1.128,41	1,5
Parceiro	6,05	0,01
Ocupante	3.318,08	4,4
Total	75.462,91	100,00

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário – 1996

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A
5.3.8. Atividades Econômicas

De acordo com dados do IBGE, de 2006, o PIB de Prudentópolis a preços correntes foi de 278 milhões de reais. Entre 2003 e 2006, houve um aumento de 15,8%, bem abaixo da média estadual que foi de 24,9%. Neste mesmo período, a renda *per capita* do município aumentou de 5.212 para 6.065 reais.

O PIB de Turvo perfaz um total de 104 milhões de reais. Entre 2003 e 2006, apresentou variação positiva, porém abaixo da média estadual (16,9% contra 24,9%). A renda *per capita* também variou abaixo da média do estado: 15,9% em Turvo, contra 20,3% no Paraná. Entre 2005 e 2006, houve, inclusive, redução de 6,97% do PIB municipal.

A Tabela 5.44 mostra a evolução do PIB e da renda *per capita* em Prudentópolis e em Turvo, bem como os índices do estado do Paraná para comparação.

Tabela 5.44. Evolução do PIB do Paraná e dos municípios analisados (2003-2006)

		2003		2004		2005		2006	
		PIB (R\$ 1.000)	<i>per capita</i> (R\$)	PIB (R\$ 1.000)	<i>per capita</i> (R\$)	PIB (R\$ 1.000)	<i>per capita</i> (R\$)	PIB (R\$ 1.000)	<i>per capita</i> (R\$)
PR		109.459.00		122.434.00		126.677.0		136.681.00	13.15
		0	10.935	0	12.080	00	12.344	0	8
	Variação				+				+
	o	-	-	+ 11,9%	10,5%	+ 3,5%	+ 2,2%	+ 7,9%	6,6%
Prudentópolis		240.179	5.212	239.421	5.204	247.237	5.383	278.078	6.065
	Variação				+ -				+
	o	-	-	+ -0,3%	0,2%	+ 3,3%	+ 3,4%	+ 12,5%	12,7%
	Particip. na UF	0,2%	-	0,2%	-	0,2%	-	0,2%	-
Turvo		89.135	6.070	100.338	6.813	111.669	7.560	104.181	7.033
	Variação				+		+		+ -
	o	-	-	+ 12,6%	12,2%	+ 11,3%	11,0%	+ -6,7%	7,0%

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Particip.

na UF	0,1%	-	0,1%	-	0,1%	-	0,1%	-
-------	------	---	------	---	------	---	------	---

Fonte: IBGE

Uma boa medida para se analisar a tendência à concentração de renda pode ser obtida através do nível de discrepância entre o crescimento do PIB e o crescimento do PIB per capita. Tal índice é obtido dividindo-se a variação do PIB a preços correntes pela variação do PIB per capita a preços correntes. Índices maiores que 1 (um) indicam aumento da concentração de renda, enquanto índices menores indicam o oposto.

Entre 2003 e 2006, a discrepância entre o PIB e o PIB per capita do Paraná foi de 1,227, o que demonstra tendência para aumento da concentração de renda. Nesse mesmo período, Prudentópolis apresentou discrepância de 0,963, o que revela uma melhora na distribuição de renda. Turvo apresentou discrepância de 1,063 e conseqüente aumento na concentração de renda.

Embora o PIB per capita ainda seja um indicador econômico bastante utilizado, Jannuzzi (2001) aponta que a sua utilização como indicador de desenvolvimento socioeconômico está em progressivo desgaste. Dentre as várias propostas para a elaboração de um índice substitutivo, estava o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O IDH é constituído a partir da composição de três dimensões: nível educacional, esperança de vida e PIB per capita. Este permite a classificação de países, estados e municípios considerando as variáveis que influenciam e demonstram a evolução da melhoria das condições de vida das pessoas. Conceitualmente, cada um dos subindicadores que compõem o IDH são os seguintes:

- **Esperança de vida ao nascer (em anos):** Número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

- **Índice de renda (IDHM-R):** Calculado pelo PIB per capita ajustado ao custo de vida local, com o emprego da metodologia conhecida como paridade do poder de compra.
- **Índice de longevidade (IDHM-L):** Índice do IDHM relativo à dimensão longevidade (duração da vida). É obtido a partir do indicador esperança de vida ao nascer, através da fórmula: $(\text{valor observado do indicador} - \text{limite inferior}) / (\text{limite superior} - \text{limite inferior})$, onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25 e 85 anos, respectivamente.
- **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M):** É obtido pela média aritmética simples de três índices, referentes às dimensões Longevidade (IDHM-Longevidade), Educação (IDHM-Educação) e Renda (IDHM-Renda).

O índice de cada uma dessas variáveis (longevidade, educação e renda,) varia entre 0 (mínimo) e 1 (máximo). A média resultante dos índices constitui o IDH do município, estado, região ou país. Quanto mais próximo de 1 essa média estiver, maior será o nível de desenvolvimento humano. Os indicadores específicos da educação, embora componentes do IDH, estão no item específico que trata desta temática.

Em 1991, o IDHM de Prudentópolis era de 0,657, o 209º maior do estado. Em 2000, embora tenha aumentado para 0,733, a cidade ficou apenas em 231º lugar no estado, e a sua posição no cenário dos municípios brasileiros caiu muito, como se pode verificar na Tabela 5.45.

Tabela 5.45. IDH de Prudentópolis (1991 e 2000)

	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R	IDHM	Posição PR	Posição BR
1991	0,757	0,683	0,531	0,657	209	2200
2000	0,824	0,776	0,598	0,733	231	2342

Fonte: PNUD

No ano de 1991 Turvo apresentou um IDHM mais baixo – 0,621 – do que o apresentado por Prudentópolis, ocupando a 323ª posição no estado do Paraná. Em

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

2000, apesar do aumento do IDHM, que foi de 0,692, o município caiu nos rankings estadual e nacional, como pode ser verificado na Tabela 5.46.

Tabela 5.46. IDH de Turvo (1991 e 2000)

	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R	IDHM	Posição PR	Posição BR
1991	0,672	0,626	0,566	0,621	323	2846
2000	0,801	0,694	0,582	0,692	355	3121

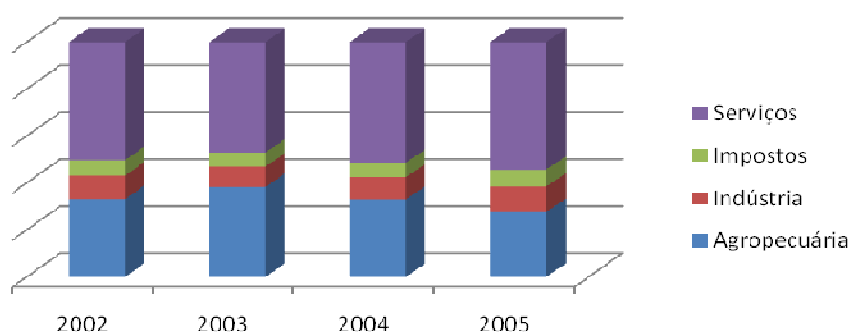
Fonte: PNUD

A análise da produção de uma determinada região pode ser feita através de sua estratificação em setores, conforme o tipo de bem ou serviço produzidos. Esta análise não pretende apenas inferir o nível de produção auferido em um determinado período de tempo, mas também qualificar esta produção. Se uma sociedade é estritamente agrícola pode-se inferir que o nível tecnológico da mesma deva ser baixo, da mesma forma que o nível educacional e a densidade populacional provavelmente sejam pequenos - devido à grande necessidade de espaço para as plantações. Conclui-se que numa área agrícola, quanto menor for a densidade populacional, mais custosa será a instalação da infra-estrutura social (educação, saúde, saneamento, etc.), em decorrência tanto da baixa utilização como das maiores distâncias envolvidas. Uma vez que regiões em desenvolvimento têm recursos limitados, uma sociedade estritamente agrícola tende a apresentar uma infraestrutura social menos eficiente do que numa sociedade urbanizada. Os estratos principais da economia são os setores da agropecuária, da indústria e do comércio e serviços, que para fins didáticos é comumente chamado de setor de serviços apenas. Cada setor econômico apresenta uma participação distinta na formação do PIB de uma região, o que se denomina valor adicionado. Na evolução econômica das sociedades percebe-se que a produção tende a migrar do setor agropecuário para o setor de serviços, ou seja, o valor adicionado pelo setor agropecuário tende a diminuir à medida que a sociedade evolui ao longo do tempo.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

O principal setor na composição do PIB de Prudentópolis, entre 2002 e 2005 foi o de serviços, que compreendeu mais da metade do total produzido na cidade. A agropecuária também teve participação relevante neste período. O Gráfico 5.11 demonstra as participações de cada setor da economia no PIB municipal entre 2002 e 2005.

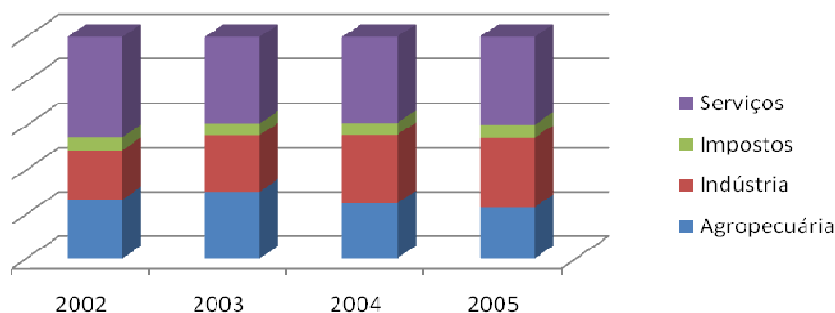
Gráfico 5.11.: Participação dos setores da economia na composição do PIB de Prudentópolis (2002-2005)



	2002	2003	2004	2005
Agropecuária	33,13%	38,21%	32,97%	27,60%
Indústria	9,98%	8,72%	9,41%	10,80%
Impostos	6,57%	5,94%	6,20%	7,23%
Serviços	50,33%	47,13%	51,43%	54,38%

Fonte: IBGE

Ainda de acordo com o IBGE, a economia de Turvo entre 2002 e 2005 distribui-se entre os setores de serviços, indústria e agropecuária. No período analisado houve uma ligeira redução na participação da agropecuária e um aumento na participação da indústria, conforme pode ser observado no Gráfico 5.12.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A
Gráfico 5.12.: Participação dos setores da economia na composição do PIB de Turvo (2002-2005)


	2002	2003	2004	2005
Agropecuária	26,65%	30,13%	24,93%	23,12%
Indústria	22,32%	25,49%	30,80%	31,36%
Impostos	5,76%	5,34%	5,44%	5,89%
Serviços	45,27%	39,04%	38,84%	39,64%

Fonte: IBGE

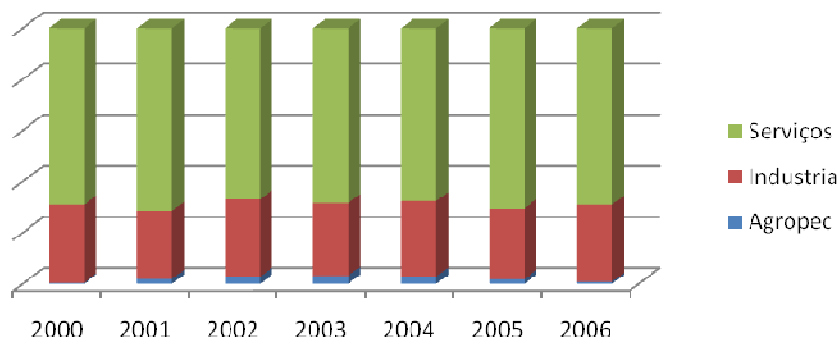
Com relação à situação ocupacional, 65,25% da população de Prudentópolis e 60,75% da população de Turvo eram economicamente ativas em 2000, de acordo com o IBGE. Esses índices estavam acima da média do estado, conforme pode ser observado na Tabela 5.47.

Tabela 5.47. População Economicamente Ativa no estado do Paraná, Prudentópolis e Turvo (2000)

Paraná	60,00%
Prudentópolis	65,25%
Turvo	60,75%

Fonte: IBGE – censos demográficos

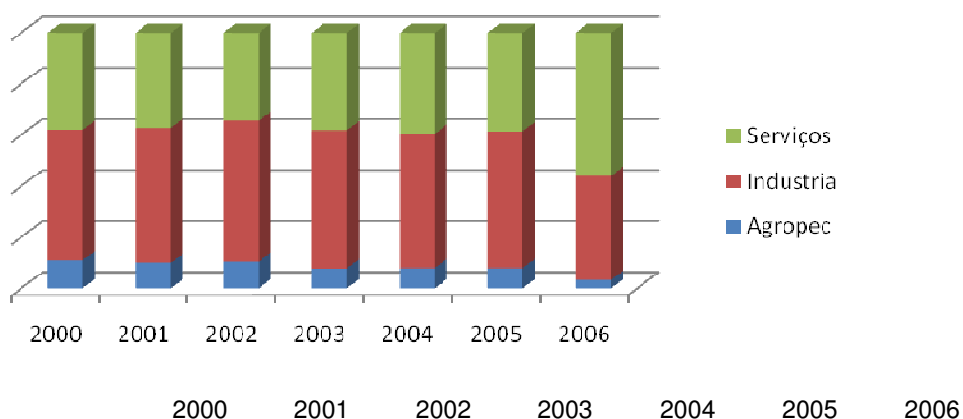
O setor de serviços foi o que mais ocupou trabalhadores em Prudentópolis entre 2000 e 2006. Apesar de representar apenas 10% da formação do PIB em 2005, o setor da indústria teve participação importante na ocupação de pessoal com pouco mais de 22% do total de trabalhadores. O Gráfico 5.13 traz as proporções de pessoas ocupadas por setor da economia para o município.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A
Gráfico 5.13.: Proporção do pessoal ocupado por setor em Prudentópolis (2000 - 2006)


	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Agropecuária e extrativismo	0,43	1,94	2,39	2,69	2,45	1,48	0,67
Indústria	30,56	26,60	25,58	24,17	25,19	22,28	24,98
Serviços	69,02	71,46	56,27	58,23	57,64	56,79	57,18

Fonte: IBGE

No município de Turvo, entre 2000 e 2006, o percentual de pessoas ocupadas pelo setor da indústria foi responsável pela ocupação de aproximadamente 40% da população. Houve um aumento expressivo na participação do setor de serviços na ocupação de pessoal entre 2005 e 2006, passando de 31,36% para 56,03%. O Gráfico 5.14 demonstra as porcentagens de pessoas ocupadas por setor da economia.

Gráfico 5.14.: Proporção do pessoal ocupado por setor em Turvo (2000 - 2006)


CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Agropecuária e extrativismo	8,91	7,96	8,45	6,34	6,57	6,39	3,28
Indústria	41,65	42,64	44,94	44,15	43,60	43,54	40,68
Serviços	31,06	30,04	28,08	31,22	32,78	31,36	56,03

Fonte: IBGE

A Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE é uma padronização utilizada pelos órgãos governamentais e censos empresariais. De acordo com essa classificação, o pessoal ocupado nos municípios analisados concentra-se principalmente em atividades da categoria G: comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos. Em Prudentópolis, a segunda mais importante categoria com relação ao percentual da população ocupada é a D: Indústrias de transformação. O número de estabelecimentos comerciais em Prudentópolis (Figura 5.29 A) e Turvo (Figura 5.29 B) está relacionado nas Tabelas 5.48 e 5.49.

Tabela 5.48. Número de estabelecimentos por setor de atividade em Prudentópolis
(2000 - 2006)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Agropecuária e extrativismo	7	14	14	15	15	15	14
A Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	7	14	14	15	15	15	14
B Pesca	-	-	-	-	-	-	-
Indústria	191	207	215	214	239	249	242
C Indústrias extrativas	3	4	3	3	3	4	3
D Indústrias de transformação	171	182	187	192	214	223	221
E Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-	-	1	1	1	1	1
F Construção	17	21	24	18	21	21	17
Serviços	941	1032	1082	1148	1188	1273	1331
G Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	597	644	687	716	754	807	846
H Alojamento e alimentação	72	85	85	86	86	94	91
I Transporte, armazenagem e comunicações	20	23	22	24	23	35	43

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

J Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	5	8	9	10	10	11	12
K Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	38	54	57	61	65	69	68
L Administração pública, defesa e seguridade social	3	3	2	2	2	2	2
M Educação	14	70	65	67	65	68	69
N Saúde e serviços sociais	20	23	28	29	33	36	49
O Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	172	122	127	153	150	151	151
P Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	-
Q Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-
Total	1139	1253	1311	1377	1442	1537	1587

Fonte: IBGE**Tabela 5.49.** Número de estabelecimentos por setor de atividade em Turvo (2000 - 2006)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Agropecuária	19	12	29	25	26	31	19
A Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	19	12	29	25	26	31	19
B Pesca	-	-	-	-	-	-	-
Indústria	61	56	73	74	71	77	64
C Indústrias extrativas	-	-	-	-	-	-	-
D Indústrias de transformação	54	48	61	61	58	61	50
E Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-	-	-	-	-	-	-
F Construção	7	8	12	13	13	16	14
Serviços	214	193	267	293	337	363	378
G Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	122	119	149	162	193	212	216
H Alojamento e alimentação	11	12	16	17	21	24	27
I Transporte, armazenagem e comunicações	9	12	11	16	14	16	15
J Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	4	5	4	7	7	7	8

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

K Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	7	6	12	13	17	13	15
L Administração pública, defesa e seguridade social	2	2	2	2	2	2	3
M Educação	2	4	4	4	6	7	7
N Saúde e serviços sociais	2	3	3	5	5	5	6
O Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	55	30	66	67	72	77	81
P Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	-
Q Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-
Total	294	261	369	392	434	471	461

Fonte: IBGE

Figuras 5.29: A - Comércio em Prudentópolis; B - Comércio em Turvo



Fonte: Moraes, 2009

Conforme dados de 2007 do IBGE, a produção de lavouras temporárias em Prudentópolis totalizou um valor de quase 111 milhões de reais, e ocupou uma área de mais de 89 mil hectares. A produção de maior valor neste mesmo ano foi a de fumo, gerando um total de mais de 33 milhões de reais (Tabela 5.50).

Tabela 5.50. Produção de lavouras temporárias em Prudentópolis (2007)

	Área (Ha)	Produção	Valor (R\$ mil)
Alho (Tonelada)	12	26	78
Amendoim (em casca) (Tonelada)	15	24	24
Arroz (em casca) (Tonelada)	600	1200	420
Aveia (em grão) (Tonelada)	50	45	14

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Batata-doce (Tonelada)	115	2070	1221
Batata-inglesa (Tonelada)	35	675	405
Cana-de-açúcar (Tonelada)	20	1000	65
Cebola (Tonelada)	60	900	468
Centeio (em grão) (Tonelada)	29	55	25
Cevada (em grão) (Tonelada)	180	360	180
Feijão (em grão) (Tonelada)	37700	36900	22195
Fumo (em folha) (Tonelada)	4200	8860	33668
Mandioca (Tonelada)	360	7200	2880
Milho (em grão) (Tonelada)	26300	93910	28173
Soja (em grão) (Tonelada)	17100	42675	20057
Tomate (Tonelada)	3	165	186
Trigo (em grão) (Tonelada)	800	1520	775
Triticale (em grão) (Tonelada)	100	170	66
Total	87679	-	110900

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Em Turvo, aproximadamente 15.700 hectares foram plantados com lavouras temporárias em 2007 (Figura 5.30). O valor total da produção foi de quase 19 milhões de reais, sendo que a soja foi o produto que mais contribui para a formação do valor total, somando aproximadamente 8,7 milhões de reais (Tabela 5.51).

Figura 5.30: Área de lavoura temporária - Turvo.



Fonte: Moraes, 2009

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A
Tabela 5.51. Produção de lavouras temporárias em Turvo (2007)

	Área (Ha)	Produção	Valor (R\$ mil)
Alho (Tonelada)	2	5	15
Amendoim (em casca) (Tonelada)	4	6	6
Arroz (em casca) (Tonelada)	100	200	70
Aveia (em grão) (Tonelada)	30	48	14
Batata-doce (Tonelada)	38	640	378
Batata-inglesa (Tonelada)	2	24	14
Cebola (Tonelada)	4	38	20
Cevada (em grão) (Tonelada)	200	420	210
Feijão (em grão) (Tonelada)	1200	1290	776
Fumo (em folha) (Tonelada)	50	95	352
Mandioca (Tonelada)	110	2090	836
Milho (em grão) (Tonelada)	5600	22400	6720
Soja (em grão) (Tonelada)	7600	18480	8686
Tomate (Tonelada)	1	50	55
Trigo (em grão) (Tonelada)	600	1380	704
Triticale (em grão) (Tonelada)	150	285	111
Total	15691	-	18967

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

A produção de lavouras permanentes em Prudentópolis resultou na geração de pouco mais de um milhão de reais em 2007. O produto que mais contribuiu para o valor total da produção foi a erva-mate, responsável por 941 mil reais (Tabela 5.52).

Tabela 5.52. Produção de lavouras permanentes em Prudentópolis (2007)

	Área (Ha)	Produção	Valor (R\$ mil)
Abacate (Tonelada)	1	18	8
Banana (cachos) (Tonelada)	1	9	3
Erva-mate (folha verde) (Tonelada)	320	1960	941
Laranja (Tonelada)	20	280	70
Pêssego (Tonelada)	10	30	45
Uva (Tonelada)	7	63	76
Total	359	-	1143

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A**Fonte:** IBGE - Censos Agropecuários

Em 2007, o valor da produção de lavouras permanentes em Turvo foi bastante próximo ao de Prudentópolis: 1,073 milhões de reais. Quase a totalidade desse valor foi atribuída à produção de erva-mate (Tabela 5.53).

Tabela 5.53. Produção de lavouras permanentes em Turvo (2007)

	Área (Ha)	Produção	Valor (R\$ mil)
Erva-mate (folha verde) (Tonelada)	340	2070	1014
Pêssego (Tonelada)	8	18	27
Uva (Tonelada)	3	27	32
Total	351	-	1073

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

A produção de origem animal em Prudentópolis é representada principalmente pelo leite, que somou 69,6% do valor total da produção de origem animal do município em 2007. Também foram representativas a produções de ovos de galinha e de mel de abelha. A Tabela 5.54 traz os valores da produção de origem animal para o município.

Tabela 5.54. Produção origem animal em Prudentópolis (2007)

	Produção	Valor (R\$ mil)
Leite (Mil litros)	5700	3249
Ovos de galinha (Mil dúzias)	740	851
Mel de abelha (Quilograma)	95000	489
Casulos do bicho-da-seda (Quilograma)	10400	62
Lã (Quilograma)	12880	19
Total	-	4670

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

O valor total da produção de origem animal em Turvo, em 2007, foi de 3,081 milhões de reais, dos quais 2,839 milhões foram relativos à produção de leite. Os dados da produção, de acordo com o IBGE, são mostrados na tabela 5.55.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A**Tabela 5.55.** Produção origem animal em Turvo (2007)

	Produção	Valor (R\$ mil)
Leite (Mil litros)	4980	2839
Ovos de galinha (Mil dúzias)	80	92
Ovos de codorna (Mil dúzias)	57	43
Mel de abelha (Quilograma)	6700	34
Casulos do bicho-da-seda (Quilograma)	10400	64
Lã (Quilograma)	6140	9
Total	-	3081

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

O principal rebanho em Prudentópolis em 2007, de acordo com dados do IBGE, foi o de frangos, com 303.790 cabeças. Também foram representativos os rebanhos de galinhas, suínos e bovinos, com 55.000, 50.268 e 48.698 cabeças, respectivamente (tabela 5.56).

Tabela 5.56. Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho em Prudentópolis (2007)

Tipo de Rebanho	Cabeças
Bovino	48.698
Eqüino	11.550
Bubalino	113
Muar	425
Suíno	50.268
Caprino	5.630
Ovino	5.600
Galos, frangas, frangos e pintos	303.790
Galinhas	55.000
Coelhos	350

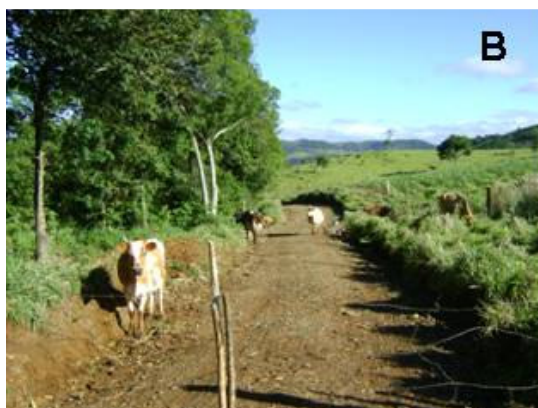
Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Em Turvo, no mesmo ano, os rebanhos mais numerosos no município contabilizaram 66.900 cabeças de frangos, 43.300 de suínos, 11.800 de galinhas e de 8.177 suínos. (Tabela 5.57 e Figura 5.31).

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A
Tabela 5.57. Efetivo dos rebanhos por tipo de rebanho em Turvo (2007)

Tipo de Rebanho	Cabeças
Bovino	43.300
Eqüino	3.950
Bubalino	106
Muar	130
Suíno	8.177
Caprino	922
Ovino	3.950
Galos, frangas, frangos e pintos	66.900
Galinhas	11.800
Codornas	5.500

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Figura 5.31: Rebanho bovino em pequena propriedade - Turvo


Fonte: Moraes, 2009

De acordo com dados do Censo Agropecuário do IBGE, em 2007 os produtos de extração vegetal com maior valor de produção no município de Prudentópolis foram a erva-mate cancheada, com 1,35 milhões de reais e a lenha, com 1,029 milhões de reais. Outros produtos de extrativismo no município foram pinhão, carvão vegetal, madeira em tora e pinheiro brasileiro.

Assim como em Prudentópolis, o produto de extração vegetal com maior valor em 2007 foi a erva-mate cancheada, com valor de 1,26 milhões de reais. Do mesmo

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

modo que em Prudentópolis, os demais produtos derivados do extrativismo foram pinhão, carvão vegetal, lenha, madeira em tora, e pinheiro brasileiro.

5.3.9. Comunidades

Nas comunidades de Cachoeira dos Mendes e Projeto de Assentamento Marrecas residem aproximadamente 300 famílias. Ambas estão localizadas na área rural do município de Turvo, que de acordo com o IBGE possui 3,95 pessoas por domicílio, o que resulta numa população de 1.185, considerando somente as comunidades supramencionadas.

Toda a região é comumente denominada Faxinal da Boa Vista. Entretanto, o núcleo da comunidade de Faxinal da Boa Vista (Figura 5.32 A) possui aproximadamente 1.000 residências, e – de acordo com a mesma fonte – uma população estimada de 3.950 pessoas.

Na população estimada para Faxinal da Boa Vista já estão incluídos os moradores da Vila Araucária (Figura 5.32 B).

A Vila da Ibema é formada por cerca de 150 residências e a população estimada é de 593 pessoas (Figura 5.32 C).

Figuras 5.32: **A** - Faxinal da Boa Vista; **B** - Vila Araucária; **C** - Vila da Ibema.



CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Fonte: Moraes, 2009

A comunidade de Faxinal de Baixo engloba os municípios de Turvo e de Prudentópolis, mas o aglomerado mais populoso encontra-se no município de Turvo. Dessa forma, serão utilizados os dados de número de moradores por domicílio referente à Turvo. Faxinal de Baixo possui cerca de 200 domicílios, o que gera uma população estimada de 790 pessoas. Ao todo, a população estimada da Área Diretamente Afetada é de mais de 6.500 pessoas.

A instalação da IBEMA e, conseqüentemente da vila residencial para dar suporte à empresa, desenvolveu a região. Entretanto, essa região já possuía núcleos comunitários como Cachoeira dos Mendes e Faxinal da Boa Vista.

A região da comunidade de Cachoeira dos Mendes é centenária e foi fundada pelas famílias Mendes e Cardoso Rodrigues. O Projeto de Assentamento Marrecas foi implantado pelo INCRA em 1978. Os habitantes mais antigos mencionam que a estrada atual (PR 466), que liga a PR 460 até a IBEMA, era somente um caminho para pedestres e carroças. O acesso à Turvo por esse caminho demorava um dia inteiro.

Na Vila da Ibema somente residem os funcionários da empresa e suas famílias. Em Cachoeira dos Mendes aproximadamente 70% das pessoas trabalham na IBEMA. Na Vila Araucária quase todos os chefes de família estão empregados na IBEMA. Em Faxinal da Boa Vista há um equilíbrio de empregados nas atividades agropecuárias, de comércio e de serviço e industriais – no caso, na IBEMA. No PA Marrecas e em Faxinal de Baixo a atividade econômica predominante é a

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

agropecuária. As lavouras temporárias são de feijão e milho e há predominância de gado leiteiro (Figura 5.33).

O abastecimento de água nas comunidades é realizado através de fontes e poços artesanais. Próximo da comunidade Cachoeira dos Mendes há um poço artesiano, que abastece as residências mais distantes. Na sede comunitária há um projeto do governo para a instalação de um poço artesiano, mas sem previsão para início das obras. Dessa forma, cada propriedade é abastecida por fontes de água. Em Faxinal de Baixo, na Vila das Araucárias e em parte de Faxinal de Cima o abastecimento de água é realizado através de fontes. Na Vila da Ibema e em parte de Faxinal da Boa Vista há poços artesanais que abastecem as residências.

Figuras 5.33: **A** - Lavoura de milho no PA Marrecas; **B** - Transporte de leite



Fonte: Morais, 2009

Não há rede coletora de esgoto doméstico na região e os domicílios possuem fossas sépticas para a destinação do esgoto. Não há coleta de resíduos sólidos domésticos, à exceção da Vila Araucária e da Vila da Ibema. Nesse caso os resíduos são encaminhados ao aterro sanitário localizado ao lado da Vila da Ibema (Figura 5.34).

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A
Figuras 5.34: A - Aterro Sanitário da IBEMA; B - Lixeira domiciliar na Vila Araucária


Fonte: Morais, 2009

Nas comunidades estudadas, os alunos freqüentam a escola localizada na comunidade de Ibema, que atende até o segundo grau. O ônibus escolar realiza o transporte dos estudantes em 3 turnos: manhã, tarde e noite (Figura 5.35 A). Somente Guarapuava oferece terceiro grau.

Há dois postos de saúde na área de Influência Direta: um localizado na Cachoeira dos Mendes (Figura 5.35 B) e outro em Faxinal da Boa Vista. Entretanto, a maior parte da população dirige-se até Turvo para receber assistência médica.

Figuras 5.35: A - Transporte Escolar na área rural; B - Posto de Saúde em Cachoeira dos Mendes


Fonte: Morais, 2009

5.3.10. Aspectos Arqueológicos

5.3.10.1. Introdução

O potencial arqueológico da área na qual deverá ser implantada a PCH Confluência foi avaliado com base em informações provenientes de pesquisas arqueológicas e

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

históricas previamente realizadas na região do alto rio Ivaí, adicionada de informações mais gerais sobre a arqueologia do estado do Paraná e de uma ida a campo. Esta avaliação usou o reconhecimento arqueológico inicial da área que será afetada pelo empreendimento em questão.

A pesquisa bibliográfica teve por propósito caracterizar a diversidade de ocupações humanas referentes aos períodos pré-histórico e histórico nessa região, iniciando com os primeiros grupos caçadores-coletores que nela se estabeleceram, há cerca de 10.000 anos A.P. (antes do presente), passando pelos grupos agricultores-ceramistas que ocuparam a região por volta do início da Era Cristã, pelos grupos indígenas do período do contato com os colonizadores europeus, pelo estabelecimento das reduções jesuíticas espanholas e finalizando com a dinâmica de ocupação dos séculos XVIII e XIX. Essa última incluiu os caminhos de tropeiros, as fazendas e invernadas, os pousos de abastecimento e os descanso de tropas e as colônias. Por meio dessas informações foram delineados os cenários de ocupação regional, cronologicamente organizados, que são informativos dessa dinâmica de ocupação humana de longa duração e que servem para formular expectativas quanto aos possíveis tipos de sítios e de culturas que ocuparam a área da PCH Confluência.

O trabalho de campo foi autorizado pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) através da publicação em Diário Oficial da União da portaria número 265, de outubro de 2004. Este trabalho consistiu no reconhecimento arqueológico inicial da área a ser diretamente afetada pelo empreendimento e de seu entorno imediato, com foco nos locais mais acessíveis e que apresentassem boa visibilidade do solo para vistorias de superfície. Foram assim cadastrados oito sítios arqueológicos.

Com base na pesquisa bibliográfica e de campo foi estabelecido o prognóstico arqueológico da área, formulando expectativas quanto aos tipos de sítios e sistemas sócio-culturais do passado passíveis de serem encontrados por meio de

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

prospecções arqueológicas de caráter sistemático que deverão ser realizadas em uma próxima fase do trabalho.

Finalmente, com base nas informações apresentadas, foi realizada a análise dos impactos sobre o patrimônio arqueológico na área da PCH Confluência, sendo propostos os programas de prospecção arqueológica, de resgate arqueológico e de educação patrimonial, em consonância com a seguinte legislação:

- Lei 3.924, de 26/07/1961 que proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional, e;
- Constituição federal de 1988 (artigo 225, parágrafo IV), que considera os sítios arqueológicos como patrimônio cultural brasileiro, garantindo sua guarda e proteção, de acordo com o que estabelece o artigo 216.

Cabem ainda ser citadas as diretrizes normativas e operacionais fornecidas pelos seguintes instrumentos:

- Resolução Conama 01/86, especificamente o artigo 6, inciso I, alínea c, onde são destacados os sítios e monumentos arqueológicos como elementos a serem considerados nas diferentes fases de planejamento e implantação de um empreendimento (LP, LI e LO);
- Portaria IPHAN/ Minc 07 de 01 de dezembro de 1988 que normatiza e legaliza as ações de intervenção e resgate junto ao patrimônio arqueológico nacional, definindo a documentação necessária para pedidos de autorização federal de pesquisa;
- Portaria 230, de 17 de dezembro de 2002 que normatiza a pesquisa arqueológica no âmbito de estudos de impacto e de licenciamento ambiental.

5.3.10.2. Conceituação

Conforme a legislação vigente no país, citada acima, existe a necessidade da realização de pesquisas que caracterizem o patrimônio arqueológico, para mitigar os

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

impactos negativos que as atividades antrópicas, como a implantação de centrais hidrelétricas, podem provocar sobre este rico acervo. Assim, faz-se necessário, em primeiro lugar, conceitualizar o que se entende-se por patrimônio arqueológico e sítio arqueológico, bem como apresentar algumas noções básicas sobre periodização e classificação cultural empregadas na arqueologia brasileira.

O patrimônio arqueológico é a parcela de uma herança maior, deixada pelas gerações passadas, administrada, usada e usufruída pela geração presente, mas com transmissão obrigatória para as gerações futuras. “O patrimônio arqueológico é a parte do patrimônio material no qual os métodos arqueológicos fornecem dados primários. Compreende todos os vestígios da existência humana e consiste de locais relacionados a todas as manifestações de atividade humana, estruturas abandonadas e vestígios de todos os tipos (incluindo sítios subterrâneos e subaquáticos), junto com todo o material cultural associado com eles.” (ICOMOS, 1990). Deve ainda ser destacado que o patrimônio histórico configura as dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo: acontecimento e coisas que merecem ser preservados porque são coletivamente significativos em sua diversidade.

O sítio arqueológico é definido como o local onde se encontram vestígios de culturas passadas (PRONAPA, 1976), ou, conforme Chang (1968), como sendo o “local físico ou conjunto de locais onde membros de uma comunidade viveram, garantiram sua subsistência e exerceram suas funções sociais em dado período de tempo”. Chang (1968) ainda destaca que qualquer definição de sítio arqueológico estará incompleta se não for levado em conta a sua relação com o ambiente no qual seus habitantes estavam inseridos.

A arqueologia brasileira é dividida em pré-colonial e histórica. Os sítios históricos consistem nas ruínas e demais vestígios da cultura material relacionados ao processo de colonização europeu, entre os séculos XVI e XX. Os vestígios pré-coloniais, por sua vez, são representados por restos de habitações, artefatos, sepultamentos humanos, restos da dieta, dentre outros vestígios, relacionados tanto

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

a populações caçadoras e coletoras, como a povos agricultores e ceramistas. Ainda podem ser encontrados em alguns sítios arqueológicos as representações simbólicas destas populações, como as pinturas e gravuras rupestres.

Para fins de classificação cultural, os sítios arqueológicos são filiados a tradições, as quais consistem em complexos tecnológicos-estilísticos com persistência temporal e geralmente com ampla dispersão espacial. No Paraná há três tradições relacionadas a populações caçadoras-coletoras, denominadas Bituruna, Umbú, Humaitá; uma tradição relacionada aos grupos coletores-pescadores litorâneos, denominada sambaquieira; e três tradições relacionadas a grupos agricultores e ceramistas, denominadas Itararé, Casa de Pedra e Tupiguarani. As pinturas e gravuras rupestres também são classificadas em tradições, ocorrendo no Paraná manifestações das tradições Planalto e Geométrica. Um conceito classificatório, geralmente subordinado ao de tradição, é o de fase, definido como qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, etc., relacionado no tempo e no espaço, em um ou mais sítios (Pronapa, 1976). No geral, as fases consistem em variações de uma tradição que são regionalmente circunscritas no tempo e no espaço.

5.3.10.3. Os Cenários de Ocupação Humana

No intuito de caracterizar o processo de ocupação humana na região na qual está inserida a PCH Confluência e sua relação com o patrimônio arqueológico evidenciado, foram delineados quatro cenários, os dois primeiros correspondendo às frentes de ocupação humana que ocorreram na região no período pré-histórico, inicialmente por grupos nômades com economia pautada na caça e coleta de alimentos, os quais foram os senhores do interior até a chegada de grupos agricultores-ceramistas da Amazônia (tradição Tupiguarani) e do Brasil Central (tradição Itararé) por volta do início da Era Cristã. O terceiro cenário caracteriza a arte rupestre relacionada a esses grupos, abordada isoladamente devido às dificuldades de associar essas manifestações de caráter simbólico com complexos tecnológico-estilísticos específicos, seja dos grupos caçadores-coletores seja dos agricultores-ceramistas. O último cenário aborda o período histórico, contemplando a

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

colonização espanhola inicial do final do século XVI e do século XVII, por meio de povoações e de reduções jesuíticas e a dinâmica da ocupação dessa região dos séculos XVIII e XIX. A esses respectivos cenários foram adicionadas informações sobre os sítios arqueológicos previamente cadastrados e pesquisados na região do alto Ivaí.

Cenário 1 – Caçadores-coletores

As primeiras evidências de povoamento no território do atual Estado do Paraná remontam à cerca de 10.000 anos atrás, e estão relacionadas tanto a ocupações por grupos sambaquieiros fluviais, no vale do rio Ribeira, como por caçadores-coletores da Tradição Umbú, no vale do baixo Iguaçu (PARELLADA et al., 2003). Deve ser considerado, contudo, que a ocupação humana inicial nos territórios compreendidos pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como no nordeste da Argentina, remonte ao período entre 12.000 e 15.000 anos atrás. No interior do Paraná esses grupos caçadores-coletores estão representados pelas Tradições Bituruna, Umbú e Humaitá. Devido ao fato de os vales dos rios Cachoeira e Marrecas ocuparem posição geográfica intermediária, é provável que ocorram vestígios destas primeiras populações nas áreas diretamente afetadas e de influência da PCH Confluência.

Com o clima tornando-se mais quente e úmido, há cerca de 7.000 anos atrás, intensificou-se a quantidade de sítios arqueológicos relacionados às tradições tecnológicas desses grupos, as quais começam a ser relacionadas a distintos ambientes naturais: a tradição Umbú, ocupando as áreas mais abertas, de campos e cerrados; a tradição Humaitá, ocupando predominantemente regiões de floresta densa; e os grupos coletores-pescadores, construtores dos sambaquis (montes de conchas que podem atingir dezenas de metros de altura e centenas de metros de diâmetro, nos quais eram sepultados os mortos), ocupando a faixa litorânea.

A tradição Umbú compreende os sítios pré-cerâmicos caracterizados principalmente pelo grande número de pontas de projéteis. Os grupos portadores dessa tradição

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

ocupavam tanto abrigos, sempre que os mesmos estivessem naturalmente disponíveis, como áreas a céu aberto, existindo sítios multifuncionais com reocupações relativamente frequentes, sendo alguns utilizados somente como estações de caça. Esses sítios arqueológicos situam-se próximos a arroios, rios, banhados e lagoas; e, mais raramente, próximos ao mar.

No Paraná os sítios relacionados à tradição Umbú são encontrados nos vales dos rios Tibagi, Iguaçu e Ivaí, na Serra do Mar, e no litoral. Os artefatos líticos típicos são pontas de projétil pedunculadas, triangulares, e foliáceas, de formas e dimensões variadas; lascas, raspadores, furadores e percutores; aparecendo ainda talhadores, buris, grandes bifaces, lâminas polidas de machado, polidores e picões.

Até o momento, os vestígios de ocupação humana mais antigos do Paraná, relacionados a grupos caçadores-coletores portadores da tradição Umbú, foram localizados no sudoeste paranaense, em Boa Esperança do Iguaçu, no nível mais profundo do sítio arqueológico Ouro Verde 1, datado de 9040 ± 400 anos A.P. (datação realizada nos laboratórios da ANU — Australian National University) (PARELLADA et al., 2003). Nesse mesmo sítio também ocorrem vestígios mais recentes, de povos ceramistas Itararé, ancestrais dos grupos indígenas do Tronco Lingüístico Jê, e que foram datados em cerca de 300 anos A.P. Nessa área também foram documentadas cerca de 500 gravuras rupestres, sendo que uma parte delas foi provavelmente produzida por caçadores-coletores da tradição Umbú.

No alto rio Ivaí ocorrem vários sítios relacionados à tradição Umbú. No município de Reserva, Tiburtius coletou várias pontas de projétil, descritas por Beck (1969). No município de Prudentópolis, no nível mais antigo do sítio Estirão Comprido, foram recuperadas algumas pontas de projéteis em silexito. No município de Guarapuava, Chmyz (1981) escavou o sítio Corredeira Grande 2, implantado em uma base de vertente, a céu aberto, a 12 metros do rio Iguaçu. Este sítio, filiado à fase Iguaçu, abrangia uma área de 2.400 m², com a camada arqueológica situada entre 60 e 70 cm de profundidade. O levantamento de campo na área da PCH Confluência levou

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

ao cadastramento de um sítio multicomponencial, o sítio José Bonetti 1, com um componente referente à tradição Umbú e o outro à tradição Tupiguarani.

Na área onde foi fundada a Colônia Tereza em 1847, e naquelas proximidades, Franz Keller descreveu várias pontas de projéteis (LOVATO, 1974): “Parece que antigamente antes de terem tido ocasião de obter dos brancos o precioso aço em troca de curús, usaram de pontas de pederneiras, que hoje se achão frequentemente em diferentes pontos da prov.¹⁸, p. ex. na Colonia Thereza, nos quintaes e nas ruas depois de copiosas chuvas. Perto d’essa colonia se achou também um lugar debaixo de altos pinheiros, onde montes de cavacos e lascas d’essa qualidade de Quartz, que por lá aparece no meio do cal em pedaços nodosos, indicão uma verdadeira fabrica de pontas de flechas coroadas...” (LOVATO, 1974). Ainda na área da Colônia Tereza (atual Teresina), Borba (1908) coletou vários artefatos, como pontas de flecha e mãos de pilão, sendo que algumas dessas peças atualmente fazem parte do acervo do Museu Paranaense. Parellada (1986) cadastrou dois sítios arqueológicos Umbú junto às margens do alto Ivaí: Rio Barra do Doutor, localizado no município de Cândido de Abreu; e o dos Índios, localizado no município de Ivaí. Em ambos os sítios os vestígios afloravam, sendo que a imensa quantidade de microlascas e a disponibilidade local de matéria-prima, como seixos e nódulos de sílexito, caracterizam esses sítios como oficinas líticas.

A tradição Humaitá compreende os sítios pré-cerâmicos do interior que não possuem pontas de projétil de pedra, mas apresentam uma grande proporção de artefatos produzidos sobre blocos, destacando-se os bifaces, talhadores, enxós, raspadores e furadores, geralmente associados a uma grande quantidade de lascas. Os sítios arqueológicos relacionados a essa tradição localizam-se predominantemente nas proximidades dos cursos d’água, consistindo em acampamentos a céu aberto. Raras evidências dessa tradição são encontradas em abrigos sob rocha. É importante adicionar que, em diversos casos, sítios arqueológicos classificados como pertencentes à tradição Humaitá foram identificados com base na presença de poucos artefatos líticos, havendo a

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

possibilidade de que partes desses sítios sejam, na realidade, acampamentos sazonais de caça e coleta de grupos ceramistas da tradição Itararé, visto que estes últimos apresentam um complexo tecnológico lítico bastante similar ao dos grupos da tradição Humaitá.

Os sítios arqueológicos relacionados a essa tradição concentram-se nas margens dos rios que possuíam cobertura de floresta tropical semi-úmida e subtropical. No Paraná situam-se, principalmente, nos vales dos rios Paranapanema, Ivaí, Tibagi, Iguaçu e Paraná.

No alto rio Ivaí, a ocupação humana mais antiga do sítio Gruta do Wobeto, localizada no município paranaense de Manoel Ribas, está relacionada à tradição Humaitá, sendo os artefatos líticos típicos raspadores plano-convexos, enquanto que os níveis mais recentes apresentaram cerâmica relacionada à tradição Itararé, a qual será caracterizada no item a seguir.

Cenário 2 – Agricultores Ceramistas

Por volta do início da era cristã aparecem os primeiros vestígios de povos agricultores e ceramistas no território atualmente compreendido pelo Estado do Paraná, relacionados à tradição Itararé, e, logo em seguida, a grupos portadores da tradição Tupiguarani.

A tradição Itararé é característica das terras altas do sul do Brasil, cujas populações devem estar relacionadas a antepassados de grupos indígenas do Tronco Linguístico Jê, com provável origem no Planalto Central (CHMYZ, 1968a). É representada por uma cerâmica utilitária, geralmente de pequenas proporções, com eventual engobo negro ou vermelho. Os artefatos líticos mais representativos são mãos de pilão, lâminas de machado, talhadores, raspadores e lascas. As populações portadoras da tradição Itararé habitaram as terras altas e frias cobertas pela floresta subtropical com pinheiros, ocupando ainda os vales dos rios do planalto meridional e o litoral atlântico. Um tipo de estrutura característica dos grupos

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

portadores dessa tradição são as chamadas casas subterrâneas e semi-subterrâneas, estrutura escavadas em forma de meia calota, de tamanhos variados, que podem chegar a cinco metros de profundidade e a mais de uma dezena de metros de diâmetro, as quais foram utilizadas como habitação e, no caso das menores, possivelmente estocagem de alimentos. Junto às paleo-aldeias Itararé algumas vezes estão presentes pequenos aterros, possivelmente sepulturas.

A dieta desses grupos baseava-se fortemente na caça e coleta, sobressaindo-se a coleta de pinhão. Eles ainda praticavam a agricultura incipiente do milho, mandioca e de alguns outros vegetais. Muito provavelmente parte das pinturas rupestres encontradas no Estado do Paraná tenha sido produzida por grupos portadores dessa tradição, sendo que as gravuras rupestres mapeadas no médio Iguaçu foram filiadas a ela (CHMYZ, 1968a; PARELLADA, 2003).

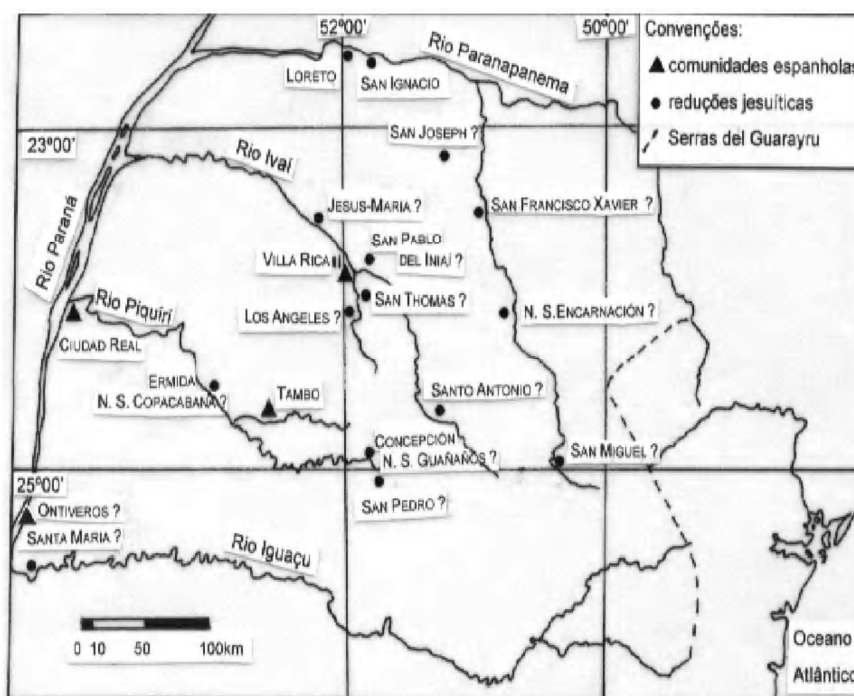
Os sítios arqueológicos Itararé são os que ocorrem com maior frequência na área da planejada PCH Confluência, principalmente no vale do rio Marrecas, evidenciando uma ocupação sistemática e prolongada dessa área por populações relacionadas ao Tronco Lingüístico Jê. Conforme mencionado no item anterior, no alto rio Ivaí os níveis mais recentes do sítio Gruta do Wobeto, localizado no município de Manoel Ribas, apresentaram cerâmica da tradição Itararé. Em pesquisas realizadas na área da UHE Salto Santiago, no município de Guarapuava, a equipe de Chmyz (CHMYZ, 1981) escavou três sítios arqueológicos relacionados à tradição Itararé, os sítios Corredeira Grande 1, Ponte Nova e Porto Fanol. O sítio Corredeira Grande 1, situado a 30 m do rio Iguaçu, consistiu em um sítio cerâmico a céu aberto, constituído por uma única concentração de material arqueológico, abrangendo uma área de 15 m². Este sítio foi filiado à fase Açungui. O sítio Porto Fanol, situado a 30m do rio Iguaçu, também a céu aberto e filiado à fase Açungui, apresentou material cerâmico e lítico, abrangendo uma área de 358 m². Por fim, o sítio Ponte Nova foi filiado à fase Xagu. Este sítio, a céu aberto, situa-se na margem de um riacho próximo ao rio Iguaçu, tendo apresentado material cerâmico e lítico distribuído por uma área de 120 m². No levantamento de campo realizado na área da PCH

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Confluência foram cadastrados sete sítios arqueológicos relacionados à tradição Itararé, os sítios PCH Confluência 1, 2, 3, 4, 5 e 6, e o sítio José Bonetti 2, os quais são detalhados oportunamente.

Nos sítios arqueológicos históricos da Província del Guairá relativos às comunidades espanholas, do final do século XVI, e nas reduções jesuíticas do início do século XVII (Figura 5.36), há vestígios de cultura material relacionados à tradição Itararé. Deve ser considerado que as reduções Santo Antonio e San Miguel foram fundadas com índios provavelmente pertencentes ao tronco linguístico Jê, denominados nos documentos como Campeiros, Cabeliudos e Coronados, e ainda como Gualachos, estes últimos nas reduções de Concepción de Nuestra Señora de Guañáños e de San Pedro (CHMYZ, 1976b).

Figura 5.36.: Mapa de localização da Província del Guairá, com as vilas espanholas do final do século XVI, e as reduções jesuíticas do início do século XVII (PARELLADA 1993).



Em aldeias descritas por viajantes dos séculos XVIII e XIX, como Elliot (1847), Keller & Keller (1865) e Bigg-Wither (1974), já foram observados diversos itens materiais relacionados à tradição Itararé. O explorador inglês Thomas P. Bigg-Wither, ao

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

visitar uma aldeia de índios Coroados nas proximidades da Colônia Tereza, entre os anos de 1872 e 1875, relata:

“Guiados pelo próprio cacique, visitamos todas as palhoças, em número de quatro. Essas palhoças eram retangulares no plano, embora fossem de tamanhos diferentes, todas de largura e altura uniformes, sendo a largura de 15 pés... A cobertura era de folhas de palmeira, que vinham desde a cumieira até o solo. As duas extremidades da palhoça eram tapadas com uma armação de varas de bambu, também cobertas de folhas de palmeira... Esta é a palhoça comum de todos os índios da tribo dos Coroados, quer selvagens ou mansos. Encontramos palhoças iguais a essas habitadas pelos Comados selvagens que vivem em Corredeira do Ferro e, então, quando, dois anos mais tarde, visitei mais outras tabas de índios no rio Tibagi, achei que os ranchos não eram diferentes dos de Colônia Teresa... Mas voltemos às palhoças dos Coroados. A disposição interna era muito simples. Dos dois lados havia carreira de folhas secas de palmeiras. Estas eram camas dos índios, que dormem dez ou doze juntos em um rancho, com a cabeça voltada para o lado e os pés virados para o meio da palhoça. No centro havia uma passagem de cerca de 2 pés e 6 polegadas de largura e, ao longo da mesma, ardia uma fogueira ou mais... O único alimento que vimos no tempo que ali estivemos foi o milho, que eles assavam na fogueira. Cada palhoça possuía diversos papagaios e periquitos domesticados, andando pelo chão e comendo o que achavam e lhes apetecia. Observei variado o grande número de arcos e flechas, algumas destas artisticamente ornamentadas de pigmentos coloridos, penduradas na folha de palmeira...” (BIGG-WITHER, 1974). Bigg-Wither ainda descreve o pari, uma armadilha de pesca feita pelos Coroados:

“Na parte superior dessa corredeira, eles construíram uma barragem de rochas e pedras soltas, deixando duas ou três abertas, em determinados lugares, para a saída da água e passagem dos peixes. Nos canais assim preparados, colocaram o ponto convergente das varas de uma peneira, em forma de leque, feita de taquaras... Os peixes, procurando passagem por baixo da correnteza, depois de

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

terem sido impedidos pela represa, eram obrigados a passar por esses canais. A força da água os arremessava à outra extremidade do gradil, ficando eles não só fora do alcance da correnteza que os trouxera, mas também impossibilitados de voltar à água que agora tinham apenas a satisfação de ver passar. A armadilha é assim muito simples e eficiente, embora tenha de ser frequentemente arranjada, em virtude do nível instável do rio. Além disso, só pode ser usada na estação seca.” (BIGG- WITHER, 1974).

Assim, nas proximidades dessas armadilhas denominadas pari existiam vestígios de sítios-aldeia e/ou acampamentos relacionados aos Kaingáng e possivelmente aos ancestrais deles. No vale do rio Ivaí foram levantados, através de análise bibliográfica, pelo menos dois locais onde eram confeccionados pari: nas proximidades da Colônia Tereza (BIGG-WITHER, 1974) e da corredeira do Ferro (KELLER; KELLER, 1865).

Os sítios da tradição Tupiguarani estão relacionados a povos ceramistas e agricultores, ancestrais dos índios Guarani e Tupi, que ocuparam as regiões com florestas úmidas do sul da América do Sul, em um período que vai de 2.000 anos A.P. até o século XIX, e que tiveram uma provável origem na região amazônica. No Paraná ocorrem em quase todo o território, aparecendo com maior freqüência nos vales dos rios Paraná, Ivaí, Tibagi e Iguaçu.

A Tradição Tupiguarani caracteriza-se pela cerâmica com diversos tipos de decoração, sendo os tipos mais populares a decoração corrugada e a com pintura polícroma em linhas vermelhas e/ou pretas sobre engobo branco. Os principais artefatos líticos são: lâminas de machado polidas ou lascadas, adornos labiais em forma de “T” (tembetás), lascas, raspadores, unifaces, bifaces, polidores em canaleta e pingentes polidos perfurados.

Nos sítios dessa tradição são comuns os enterramentos em vasilhames cerâmicos, nos quais eram também inseridos os objetos principais do morto, como lâminas de machado ou pequenas vasilhas. A dieta desses grupos baseava-se no consumo de

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

mandioca, milho, batata-doce e feijão; peixes, carne de caça, e frutos, raízes e mel coletados no entorno de suas aldeias.

No alto rio Ivaí, junto ao município de Prudentópolis, foram cadastrados os sítios arqueológicos Estirão Comprido (FERNANDES; BLASI, 1956), e o Anta Gorda (coleção Museu Paranaense 7.94). É importante destacar que o sítio Estirão Comprido apresenta uma forte significância para a história da arqueologia paranaense, posto que este sítio, atualmente localizado no município de Cândido de Abreu, foi objeto da primeira abordagem arqueológica empregando métodos acadêmicos feita por paranaenses na região planaltina, em meados da década de 1950. A escavação nesse sítio foi a primeira na região do planalto paranaense a ter um rígido controle estratigráfico, sendo identificadas quatro camadas. As pesquisas nesse sítio foram realizadas por Loureiro Fernandes, então diretor do Instituto de Pesquisas da Universidade do Paraná, na companhia de Oldemar Blasi, Aryon Dall'Igna Rodrigues, Arthur Barthelmess, Felipe de Souza Miranda e André Meyer (CHMYZ, 2006). O sítio, localizado na margem esquerda do rio Ivaí, doze quilômetros abaixo da foz do rio Areião, apresentou vestígios arqueológicos até 1m de profundidade. Foram encontrados fragmentos cerâmicos, artefatos líticos e produzidos em osso, restos alimentares, e nove sepultamentos humanos, a maior parte fletidos, de indivíduos adultos. Verificou-se a presença de material cerâmico da tradição Itararé associado ao material Tupiguarani, sendo um provável indicativo de contatos culturais entre os grupos portadores das duas tradições na região. O conteúdo material Tupiguarani desse sítio foi posteriormente relacionado à fase Condor, datada entre 885 ± 95 AD (SI-695) e 1.815 ± 120 AD (SI-698).

A existência de diversas aldeias de índios Guarani, localizadas ao longo do rio Ivaí, é relatada em documentos dos séculos XVI e XVII. Nos sítios arqueológicos históricos relativos às comunidades espanholas e reduções jesuíticas dos séculos XVI e XVII, bem como em aldeias descritas por viajantes dos séculos XVIII e XIX, grande parte dos vestígios tem características das tradições Tupiguarani e Itararé, aparecendo alguns com influência européia, expressa na presença de alças e bases

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

planas, que são elementos morfológicos inexistentes na cerâmica pré-colonial desses grupos. Este é o exemplo do material recuperado junto às ruínas da cidade colonial espanhola de Villa Rica del Espiritu Santo, e da redução jesuítica de San Pablo del Iniaí.

Nas proximidades da área de estudo têm-se os vestígios, ainda não localizados, das reduções jesuíticas de Santo Antonio, provavelmente no vale do Ivaí, e San Pedro e Concepción de los Gualachos, no vale do Piquiri. Cabe destacar que no levantamento arqueológico realizado na área da PCH Confluência, o sítio José Bonetti 1 apresentou um componente Tupiguarani, cuja material cerâmico é indicativo do período pós-contato com espanhóis, o qual pode estar relacionado à zona de influência de alguma dessas reduções ou de alguma encomienda daquele período.

Cenário 3 – As Tradições de Arte Rupestre

As sinalações rupestres no Brasil constituem, em sua quase totalidade, manifestações de grupos humanos pré-coloniais. Há, porém, muita dificuldade em correlacionar essas manifestações com grupos pré-históricos portadores de tradições tecnológico-estilísticas específicas, por uma série de motivos, tais como, as dificuldades em datar as sinalações rupestres e o fato de que diferentes grupos podem ter usado os mesmos suportes rochosos para fazer essas pinturas e gravuras através do tempo. Em função desses problemas os arqueólogos brasileiros definiram tradições estilísticas de arte rupestre que tendem a ser desvinculadas das tradições tecnológico-estilísticas vinculadas a complexos de cultura material, tais como aquelas referidas acima. Por este motivo, optou-se por tratar dessas manifestações isoladamente.

Vialou (1999, 2000) destaca que a arte rupestre é uma marca muito importante da originalidade simbólica, que se reflete e se define na extensão territorial na qual ocorre. Assim, a arte rupestre reflete a identidade cultural da sociedade que a produziu, tratando-se de uma expressão da consciência simbólica coletiva. Os

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

territórios só conseguem ser verdadeiramente definidos através da comparação de dados recuperados entre as pinturas rupestres, os contextos arqueológicos, as tecnologias de produção de artefatos líticos e/ou cerâmica, a cronologia e a estratigrafia presente nos diversos sítios arqueológicos estudados em uma região.

Atualmente, no Estado do Paraná, são conhecidos cerca de **70 abrigos** com pinturas rupestres (PARELLADA, 2003), sendo que a maioria deles localiza-se nos vales dos rios Iapó e Tibagi e seus afluentes. Há ainda vestígios dessas manifestações junto ao alto rio Ribeira, nos vales dos rios das Cinzas, Jaguaricatu e Itararé, e ainda na escarpa de São Luiz do Purunã, próximo à Ponta Grossa. Estes sítios têm como suporte os arenitos e conglomerados Furnas, os arenitos e diamictitos Itararé, além de granitos. A maioria das pinturas rupestres paranaenses aparece junto a afloramentos do arenito Furnas, como são os abrigos existentes no canyon do Quartelá, vale do rio Iapó.

Até o presente momento as pinturas e gravuras rupestres que ocorrem no Paraná enquadram-se em duas tradições: Planalto e Geométrica. A tradição Planalto apresenta grafismos pintados geralmente em vermelho, e mais raramente em preto ou amarelo, algumas vezes em branco. As figuras quase sempre representam animais, com raras figuras humanas e motivos astronômicos. A tradição Geométrica caracteriza-se por apresentar representações geométricas, quase não aparecendo outros grafismos.

No vale do rio Tibagi as pinturas rupestres ocorrem principalmente em marrom e vermelho, e mais raramente em preto, sendo que a maioria é relacionada à tradição Planalto, devido à predominância de figuras de animais, como cervídeos, pássaros, répteis e outros. Existem várias representações de armadilhas e cenas de pesca. Porém, existem alguns sítios, principalmente na parte mais ao norte do Estado do Paraná, que podem ser exemplificados pelo **Abrigo da Janela**, onde a maior parte das representações são sinais geométricos, sendo alguns emblemáticos.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Na tradição Geométrica são enquadradas as gravuras rupestres (petroglifos) encontradas no Paraná, identificadas no vale do rio Iguaçu, nos municípios paranaenses de Jacarezinho e Toledo, além de parte dos conjuntos de pinturas rupestres que ocorrem nos arenitos Furnas e Itararé, principalmente os sítios do sul de São Paulo e do norte do Estado do Paraná. As gravuras ocorrem em áreas de afloramentos de basaltos e andesitos da Formação Lavas da Serra Geral, de arenitos e conglomerados Furnas, e de arenitos e diamictitos Itararé. Em algumas gravuras foram observados vestígios de pigmentos bastantes intemperizados, ou seja, possivelmente parte das gravuras rupestres eram pintadas, ou havia pinturas associadas a elas. Como as gravuras geralmente ocorrem em afloramentos de rocha a céu aberto, elas são mais susceptíveis ao intemperismo. Assim, para poder entender a arte rupestre como linguagem simbólica, é importante considerar o conjunto das técnicas, dos desenhos, e da sua distribuição geográfica.

No vale do médio rio Iguaçu foram localizadas gravuras rupestres nos sítios Vargem Grande e **Abrigo Bruacas**, as quais parecem estar associadas à tradição Itararé. No Abrigo Bruacas, situado na escarpa basáltica, no sul do Paraná, em União da Vitória, havia alguns conjuntos gravados, sendo os mais freqüentes círculos que formavam alinhamentos paralelos. Esses círculos tinham em geral diâmetro de 2 cm e cerca de 5 mm de profundidade. Outros conjuntos representavam sulcos alongados, como os causados pelo polimento de artefatos de pedra. Além desses locais, ocorrem gravuras em três sítios localizados na Fazenda Franco, em Porto Amazonas, junto a um afluente do Iguaçu, onde Nigro et al. (1973) estudaram vários sítios da tradição Tupiguarani. Em alguns desses sítios eles observaram gravuras com representações geométricas, além de polidores líticos em arenito.

Junto ao médio rio Iguaçu os pesquisadores Langer e Santos cadastraram, em 2001, três sítios com gravuras rupestres: Caverna do Alemão, em Porto União - SC, Morro das Tocas, em União da Vitória - PR, e Sítio Pedra Fincada, em Cruz Machado - PR. O sítio Pedra Fincada possui quatro conjuntos de petroglifos, com

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

representação de círculos, linha senoidal, e até mesmo um conjunto com grafismos históricos.

Ainda, no vale do baixo rio Iguaçu, no sítio arqueológico Ouro Verde 1, em Boa Esperança do Iguaçu, sudoeste paranaense, foi caracterizado um conjunto de 500 gravuras rupestres, em afloramentos e blocos de basaltos e andesitos, predominando representações geométricas, com círculos concêntricos, alguns raiados, muitos pontos enfileirados e grades (PARELLADA et al., 1996). Parte dessas gravuras pode estar relacionada, atualmente, à ocupação mais antiga do Paraná, o nível inferior do sítio Ouro Verde 1, datado em 9040 ± 400 anos A.P. (PARELLADA et al. 2003), relacionado, conforme já informado, a populações caçadoras- coletoras da Tradição Umbú. No município paranaense de Três Barras do Paraná, junto à margem direita do rio Iguaçu, também foi cadastrado um sítio arqueológico com cerca de 50 gravuras rupestres, em afloramentos e blocos de basalto, onde aparecem círculos concêntricos e pontos.

Em Jacarezinho, norte do Paraná, Robrahn-González (1995) cadastrou um abrigo com gravuras rupestres, no arenito Furnas. As gravuras, em baixo relevo, estão distribuídas pelos 30 m de extensão do abrigo, e tem diferentes motivos, principalmente geométricos. Predominam tridígitos, ocorrendo também traços cruzados em “x”, estrelas, traços paralelos verticais cortados por paralelos horizontais, losangos e “ziguezagues”.

Na área diretamente afetada e/ou de influência da futura PCH Confluência existe a possibilidade da presença de gravuras e/ou pinturas rupestres, devido à presença de muitos afloramentos de rochas básicas, além de abrigos-sob-rocha.

Cenário 4 – O Período Histórico

O Tratado de Tordesilhas, celebrado entre Portugal e Espanha em 1494, colocava o atual território paranaense, a oeste de Paranaguá, como sendo espanhol. Havia discussões entre estes dois países sobre onde passaria exatamente a linha

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

imaginária do meridiano de Tordesilhas, assim para os espanhóis ficaria na baía de Paranaguá e para os portugueses na altura de Laguna, Santa Catarina. Esta área, denominada Província Del Guairá, tinha os seguintes limites: ao norte o rio Paranapanema, ao sul o Iguaçu, a oeste o rio Paraná e a leste as serras de Suarayrú, que provavelmente são as escarpas do arenito Furnas (CARDOZO, 1970). A Província Del Guairá, desmembrada da Província do Rio da Prata no final do século XVI, era administrada pelo Governo Geral Del Paraguay, que tinha como sede Assunción.

O Guairá era povoado principalmente por grupos indígenas Guarani e do Tronco Lingüístico Jê, que tiveram contato com os primeiros viajantes europeus, como Aleixo Garcia, em 1524, e Cabeza de Vaca, em 1541/42, comandantes de expedições que saíam do litoral brasileiro e pretendiam chegar ao Paraguai. Tanto estes viajantes, como também Ulrich Schmidel em 1552/53, utilizaram um caminho indígena, rico em ramais, denominado Peabiru, que saía da costa do Atlântico e chegava até o Pacífico (CARDOZO, 1970). Esta rede de caminhos era conservada através da plantação de uma espécie de gramínea rasteira, que impedia o crescimento de vegetação de maior porte, fazendo com que a trilha não fosse encoberta pela mata.

Em 1541, um grupo de conquistadores, comandados por Cabeza de Vaca, utilizou esta via, partindo do litoral de Santa Catarina e chegando ao Paraguai. Cabeza de Vaca saiu de São Francisco do Sul, deslocando-se até o curso superior do Iguaçu, depois atravessando os Campos Gerais, cruzou o alto Tibagi. Então, seguiu o Peabina em direção oeste, transpôs o Ivaí acima do Salto Ubá, subindo a Serra da Boa Esperança pelo vale do Pedra Preta, e em seguida abandonou o caminho do Peabiru, pegando um ramal para o sul, ultrapassando o alto Piquiri e o rio Cobre, atingindo o baixo Iguaçu, nas proximidades da foz do Cotegipe. Em março de 1542, Cabeza de Vaca chegou a Assunción.

Muitos dos ramais do Peabiru acabaram originando uma série de estradas dos colonos na conquista e ocupação do território. Assim, nas proximidades do Peabiru,

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

a partir de 1554, os espanhóis iniciam a fundação de povoados na Província Del Guairá, inicialmente com Ontiveros, que se localizava próxima às Cataratas do Iguaçu. Em 1556, os espanhóis fundaram Ciudad Real Del Guairá, na foz do Piquiri, para onde foram transferidos os que ainda restavam em Ontiveros. A terceira cidade fundada foi Villa Rica Del Espiritu Santo, em 1570, pelo capitão Melgarejo, às margens do rio Cantu, afluente do Piquiri.

Em 1589, a cidade de Villa Rica foi transferida para a foz do Corumbataí no Ivaí, sendo que a área urbana da segunda fundação tinha cerca de 300.000 m². Ao redor de Villa Rica havia muitas chácaras para plantações de subsistência. A principal atividade econômica na região era a extração da erva-mate, que sofria a concorrência dos ervais da Serra do Maracaju; para extrai-la utilizava-se a mão-de-obra indígena através do sistema de encomiendas.

Cardozo (1970) observa que os encomendeiros das comunidades espanholas possuíam em suas repartições núcleos de nativos (pueblos), dirigidas por clérigos; nas imediações de Villa Rica Del Espiritu Santo havia as colônias de Itacuru, Santa Ana, Itupá, Tambo de Ferro e Cunhanguirá. Estes pueblos, nos quais eram reunidos os índios encomendados por espanhóis, distribuíam-se por toda a Província Del Guairá, localizando-se às margens dos rios Ivaí, Corumbataí, Piquiri e Tibagi.

A Companhia de Jesus, incentivada pela Coroa espanhola, decide fundar algumas reduções de índios no Guairá: em 1610, surgiram a de Santo Inácio Menor e a de Nossa Senhora de Loreto. Chmyz (1976b) destaca que na região do Guairá no início do século XVII havia 15 reduções jesuíticas: Nuestra Señora de Loreto, San Ignacio Mmi, San Francisco Xavier, San Joseph, Encarnación, Santa Maria, San Pablo del Mial, Santo Antonio, Los Angeles de Taiaoba, San Miguel, San Pedro, Concepción de Nuestra Señora de Guaflaflos, San Thomas, Jesus Maria e Ermida de Nuestra Señora de Copacabana.

Estas reduções, em sua maioria, eram formadas sobre antigas aldeias Guarani, conforme relatos de Montoya (1985). A duração delas foi curta, pois já em 1632

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

todas elas tinham sido destruídas pelos bandeirantes portugueses, que objetivavam a captura de índios para trabalhos escravos. A localização de algumas reduções, como San Thomas, Arcangeles e Santo Antonio, ainda é incerta, tendo-se apenas aproximações de onde elas deveriam estar localizadas.

A que se situaria mais próxima da região de estudo seria a de Santo Antonio, fundada em 1627 pelo padre Antonio Ruiz Montoya, em terras de índios Camperos, que provavelmente seriam índios do Tronco Jê. Esta foi a primeira redução destruída pelos bandeirantes paulistas, em 1629. Apenas em 1882, Telêmaco Borba introduziu o termo Kaingáng para designar os índios não-Guarani dos Estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em 1632, depois de atacar as reduções jesuíticas, os bandeirantes sitiaram por três meses a cidade espanhola de Vila Rica Del Espiritu Santo, cujos moradores foram transferidos para o outro lado do rio Paraná, na Serra do Maracaju. Os moradores de Ciudad Real acabaram abandonando a própria cidade, com receio do ataque dos bandeirantes. Assim, a Província Del Guairá ficou sem núcleos de colonização européia.

Os bandeirantes, contudo, continuaram transitando por aquela região, para capturar indígenas até o sul do rio Uruguai. Maack (1968) observa que as bandeiras de Francisco Bueno, em 1637, e de Fernão Dias Paes Leme, de 1638 a 1661, atravessavam os planaltos do Paraná, subindo pelo vale do rio Ribeira e transpondo os Campos Gerais para atingir as nascentes do rio Tibagi, dirigindo-se para o sul além do rio Iguaçu.

Em 1765, o governador da Província de São Paulo, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, toma posse, e inicia uma série de expedições aos sertões do Ivaí e Tibagi (LOVATO, 1974). Os relatos de parte destas expedições, as comandadas por Afonso Botelho de Paio e Souza estão publicados nos Anais da Biblioteca Nacional (vol. 76, 1956).

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Além das expedições militares oficiais houve algumas “científicas”, que se intensificaram a partir da chegada da Família Real no Brasil. No século XIX, as viagens de exploradores e naturalistas europeu, foram complementados por outros especialistas, como engenheiros e geólogos do Governo Imperial. No sul do Brasil, o Barão de Antonina encarrega Joaquim Francisco Lopes, o Guia Lopes, e João Henrique Elliot de realizarem viagens nos sertões do Paraná e Mato Grosso, entre 1844 e 1848.

As explorações oficiais, realizadas na segunda metade do século XIX, segundo Lovato (1974), tinham o propósito, muitas vezes, de estudar a possibilidade de implantação de vias de comunicação a locais de difícil acesso; preocupação estimulada com a Guerra do Paraguai. Na Província do Paraná, o Ivaí foi explorado oficialmente por Gustavo Rumbesberger, que não entregando os resultados dos trabalhos, fez com que o Presidente da Província contratasse os engenheiros Keller.

Nos séculos XVIII e XIX o território paranaense era cortado pelos caminhos das Tropas, o mais antigo era o que vinha de Viamão e se dirigia à Sorocaba. Havia uma outra estrada, aberta pelos próprios fazendeiros dos campos paranaenses, que partia da região missioneira do Rio Grande do Sul, atravessava o planalto catarinense em Chapecó, seguia até Palmas, onde atravessava o rio Iguaçu, e depois pelo vale do rio Jordão até Guarapuava, quando cortava o vale do alto rio Ivaí, alcançando Ponta Grossa, e aí novamente o tronco principal do Caminho do Viamão. Assim, ao longo destas estradas podem ser encontrados sítios arqueológicos, dos séculos XVIII ao XIX, relacionados aos caminhos de tropeiros, aos pousos de abastecimento e descanso de tropas e ainda a fazendas de invernadas.

Em 1847, por iniciativa do governo imperial brasileiro, houve a fundação de uma colônia no alto rio Ivaí, pelo médico Faivre, com 87 franceses. O explorador inglês Thomas P. Bigg-Wither, que viajou pelo interior da Província do Paraná entre 1872 e 1875, relata a história da Colônia Tereza:

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

“Fundada no ano de 1847 por um francês entusiasta, de nome Dr. Jean Maurice Faivre, sob os auspícios reais, ela foi chamada Teresa em homenagem à Imperatriz do Brasil. Originariamente era intenção do fundador ser a colônia povoada apenas por seus compatriotas. Depois de mandar buscar muitas famílias francesas e despendar largas somas de dinheiro público e particular, o Dr. Faivre, segundo dizem, morreu de desgosto ao ver caírem por terra os seus esforços... O êxodo dos seus primeiros habitantes, já iniciado em vida de seu fundador, culminou na deserção do restante, com exceção de dois ou três franceses que casaram com mulheres brasileiras... A colônia deserta foi dirigida desde então até agora por brasileiros, ajudados por esforços ocasionais do Governo., contava com 400 habitantes, afora cerca de 40 índios mansos que viviam na própria aldeia, na outra margem do rio. A falta aparente de acomodação para tantas pessoas era explicada pelo fato de muitas famílias viverem o ano inteiro em sítios ou fazendas a alguma distância, mas à margem do rio. Ali levam sua vida, quase igual à dos índios selvagens, em casas de palha, plantando feijão e milho suficientes para suprir as próprias necessidades durante o ano.” (BIGG-WITHER, 1974).

Nas proximidades da Colônia Tereza, conforme Bigg-Wither (1974), havia uma aldeia de índios Coroados. O mesmo autor, ao explorar o rio Ivaí, nas proximidades do Salto Ariranha, descreveu um acampamento de índios Xetá:

“A clareira era bastante pequena - menos de vinte jardas de diâmetro. O rancho, situado quase no centro, tinha a forma de cúpula, diferindo assim do dos coroados, construído inteiramente de bambu. Seu ápice tinha apenas sete pés de altura no interior e o diâmetro embaixo não ia além de nove pés... A uma extremidade da clareira havia um montão branco que, examinando mais de perto, era composto só de ossos... Achei ossos de muitos animais conhecidos, como de veado, porco, cutia, e até de anta... Perto desse montão de ossos havia uma porção de cabaças e outra de fumo...” (BIGG- WITHER, 1974).

Atualmente, Teresina é denominada Teresa Cristina, e pertence ao município de Cândido de Abreu.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

No final do século XIX, Telêmaco Borba (1908) relatou que índios Kaingáng do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara, por estarem descontentes com os procedimentos do Frei Timotheo de Castellnuovo, deslocaram-se dali para os vales do Tibagi e Ivaí. Ainda aquele autor observou que outros grupos Kaingáng viviam pelos sertões do baixo Piquiri, além das margens dos rios Ivaí e Iguaçu. O rio Ivaí foi percorrido por Borba em 1874, subindo desde o rio Paraná até a foz no Corumbataí; também, em fins de 1875, Borba explorou o rio Ivaí de Teresina até a corredeira do Ferro (BORBA, 1908).

O rio Ivaí foi efetivamente ocupado por colonos brasileiros a partir da segunda metade do século XX, o que pode ser observado em comentários de Maack (1941), que fazendo estudos geológicos naquela região, comentou:

“Quando eu viajava nos anos de 1933/34 através das florestas do nordeste do Paraná e no Vale do Ivaí, aquela região estava completamente deserta de seres humanos. Encontramos os últimos moradores no Salto da Fogueira, e depois em todo o caminho de viagem de mais ou menos 2.400 Km nem viva alma. Somente ao cruzar o mato para o norte achamos nesse tempo na Fazenda Ivaí, três famílias, e finalmente no caminho de volta do Alto do Paraná a ilha de colonização de Campo Mourão...”.

Assim, na Serra dos Dourados, no baixo rio Ivaí, ainda em 1950-55 foram contactados índios Xetá, vivendo em acampamentos, por colonizadores da região. Os Xetá já tinham sido caracterizados, em 1872, pelo explorador inglês Thomas Bigg-Wither, nas proximidades do Salto Ariranha, no vale do Ivaí, imediações do rio Bonito, que fica próximo aos rios Cachoeira e Marrecas (BIGG-WITHER, 1974). Borba (1908) também relata a existência destes índios, por ele chamados de Aré, que viviam cativos entre os Kaingáng do rio Ivaí, inclusive nos mitos Kaingáng os Xetá aparecem na mesma condição. Nimuendaju (1981) denominou os Xetá de Ivaparé, localizando-os entre os vales dos rios Ivaí e Piquiri.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Embora, até o momento, não existam registros de sítios arqueológicos históricos na região em estudo, esta revisão do processo de ocupação histórico regional é ilustrativa da diversidade de sítios históricos passíveis de serem encontrados na área da PCH Confluência, os quais podem incluir aldeias indígenas dos séculos XVI e XVII vinculadas à redução de Santo Antônio, pueblos de nativos chefiados por espanhóis destinados à produção agrícola (encomiendas), sítios indígenas posteriores à ocupação espanhola, referentes aos séculos XVII, XVIII, XIX e início do XX e vestígios de caminhos e pousos de tropeiros, assim como de fazendas e invernadas, referentes aos séculos XVIII e XIX. Muitos desses sítios históricos estarão enquadrados na tradição Neobrasileira, caracterizada pelos vestígios cerâmicos que apresentam influências culturais híbridas, misturando elementos europeus, indígenas e africanos. Conforme Chmyz (1976a): “A Tradição Neobrasileira, combinando técnicas indígenas de manufatura e decoração com elementos de forma européia, desenvolveu-se no litoral brasileiro a partir do século XVI. O escovado e o corrugado são comuns. Digitado sobre o lábio ou frisos aplicados, ponteados, inciso e engobo vermelho são outras técnicas que ocorrem. Asas curvadas nos ombros, bases planas e em pedestal são elementos característicos de influência européia. Também estão presentes cachimbos angulares”.

5.3.10.4. O Trabalho de Campo

O levantamento de campo foi realizado em cinco dias do mês de fevereiro de 2005, sendo a equipe composta por quatro integrantes: a arqueóloga Claudia Inês Parellada, o biólogo Eloir Myszka e as assistentes de pesquisa Georgeana Barbosa de França e Veridiana Angélica Vieira. O levantamento resultou no cadastro de oito sítios arqueológicos (Figura 5.37 e Figura 5.38) e quatro ocorrências arqueológicas isoladas. Por ocorrência arqueológica considera-se “o objeto único ou a quantidade ínfima de objetos isolados ou desconexos encontrados em um determinado local” (Morais, 2006, p. 203).

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

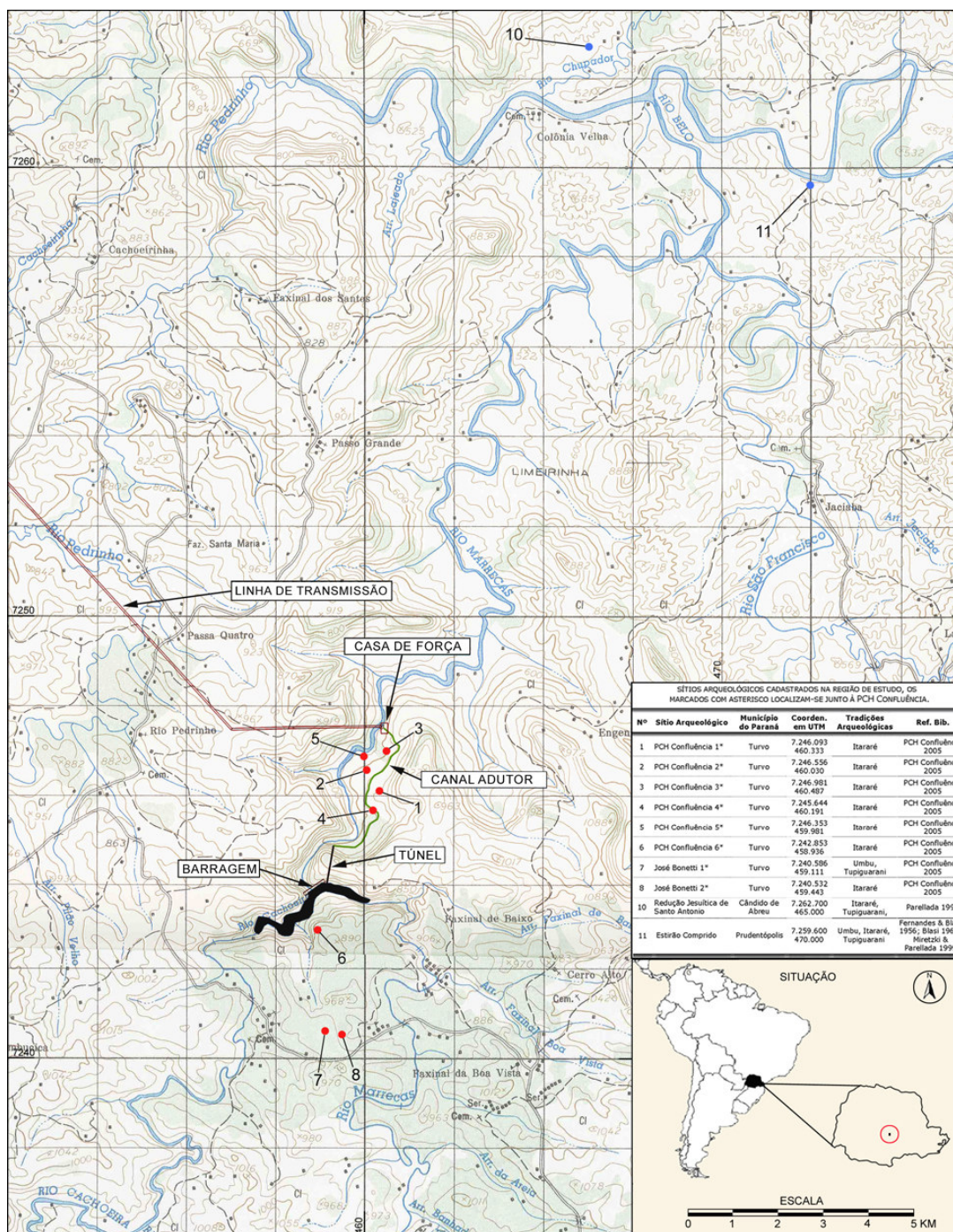
A metodologia empregada para o levantamento consistiu em caminhamentos intensivos em algumas áreas selecionadas que serão diretamente impactadas pela implantação da PCH Confluência e em algumas partes da área de influência deste empreendimento. As áreas que foram objeto de caminhamentos foram selecionadas considerando o alto grau de visibilidade do solo, dado que não foram realizadas intervenções subsuperficiais nesta fase do levantamento.

Considerando o grande potencial arqueológico verificado em campo, a Área de Influência Direta deverá ser detalhada em sua totalidade nos estudos de prospecção arqueológica subsequentes, visando o reconhecimento geral do patrimônio arqueológico nela presente. Neste trabalho, os seguintes fatores limitaram a prospecção:

- Na maior parte da área têm-se capoeiras e reflorestamentos onde há pouca visibilidade do solo. Observou-se a estratigrafia do terreno e a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos em porções do solo que afloravam em acessos, em margens de rios (como pode ser observado na), em plantações e/ou reveladas por processos erosivos;
- Parte da área afetada é muito íngreme e com vegetação alta, o que impediu a visualização da superfície do solo;
- Por se tratar de um trabalho de reconhecimento inicial do potencial arqueológico da área, não foram realizadas sondagens que possibilitassem avaliar a presença de material arqueológico subsuperficial em áreas sem solo exposto.

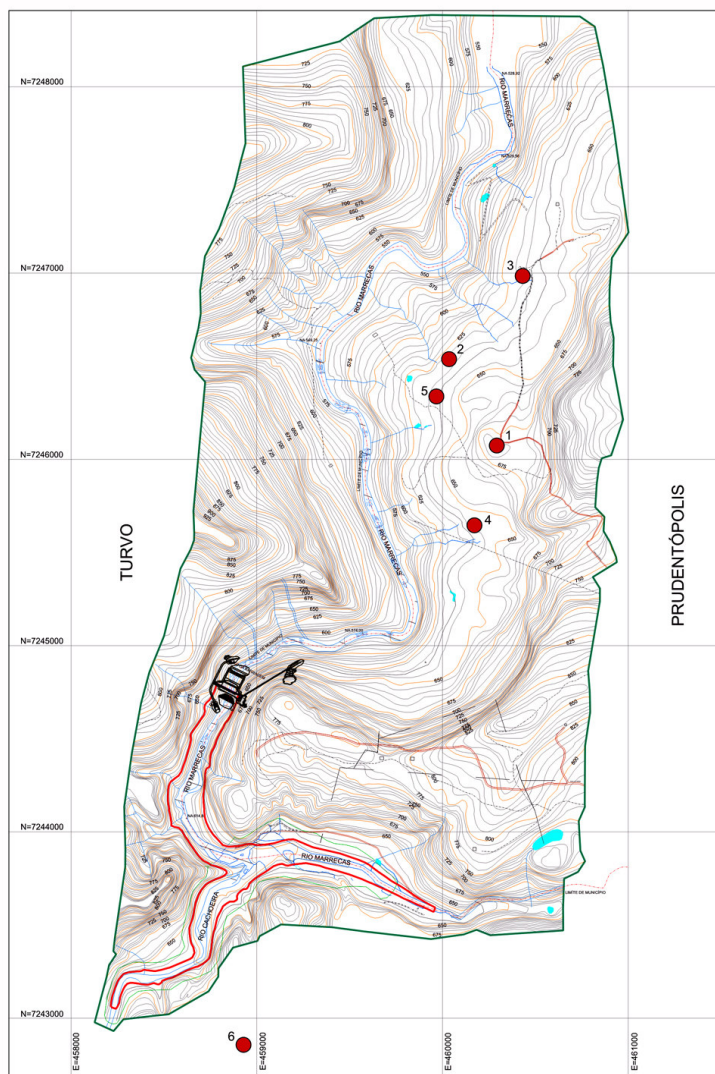
CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Figura 5.37.: Mapa da área do empreendimento, com indicação dos sítios arqueológicos cadastrados por ocasião do levantamento (1 a 8), da Redução Jesuítica de Santo Antônio (10) e do sítio Estirão Comprido (11).



CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Figura 5.38.: Mapa da área do empreendimento, com indicação dos sítios arqueológicos na área de impacto direto (1 a 5) e na área de entorno da PCH Confluência.



Os sítios e ocorrências arqueológicas identificados tiveram suas coordenadas UTM obtidas por meio de GPS. Visando estabelecer as dimensões desses sítios, o grau de dispersão do material de superfície foi mensurado. Com relação às ocorrências, o

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

material arqueológico presente nas mesmas foi coletado em sua totalidade, por tratarem-se de evidências esparsas. Nos sítios arqueológicos, por sua vez, foram realizadas coletas de superfície aleatórias, com o propósito de caracterizar a filiação cultural dos ocupantes desses sítios e fazer um reconhecimento inicial do conteúdo material presente nos mesmos.

Em laboratório o material arqueológico coletado recebeu um tratamento de limpeza com o auxílio de escovas de cerdas macias. O material lítico teve sua forma e função identificado de acordo com a terminologia proposta no *Guia para o Estudo das Indústrias Líticas da América do Sul* (LAMING-EMPERAIRE, 1967). O material cerâmico, por sua vez, foi analisado com base na *Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica*, de Clifford Evans e Betty Meggers (CHMYZ, ed., 1966). Para a análise das amostras cerâmicas foram consideradas as seguintes variáveis: cor da superfície dos fragmentos, técnica de confecção, espessura do fragmento, tipo de antiplástico e diâmetro da borda (com relação aos termos, ver glossário no final deste item).

Todo o material coletado e recebido como doação foi incorporado ao acervo do Museu Paranaense, sendo que depois estes vestígios poderão ser repassados à instituições culturais da região afetada se houver condições de conservação e/ ou exposição do material.

Figura 5.39: Prospecção no vale do rio Marrecas próximo à futura área de construção de canal adutor da PCH Confluência



Fonte: Claudia Parellada, 2005

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A**5.3.10.5. Descrição dos Sítios Arqueológicos e de seu Conteúdo Material**

Conforme referido acima, foram cadastrados na área da PCH Confluência e em seu entorno oito sítios arqueológicos, sendo cinco na área do futuro canal adutor e nas suas proximidades, cadastrados como sítios PCH Confluência 1, 2, 3, 4 e 5 e três nas circunvizinhanças do referido empreendimento, em terrenos de assentamentos do Incra, cadastrados como sítios José Bonetti 1 e 2 e sítio PCH Confluência 6. Sete desses sítios estão relacionados à Tradição Itararé (sítios PCH Confluência 1, 2, 3, 4, 5 e 6 e José Bonetti 2), enquanto que um sítio apresenta dois componentes, sendo o inicial associado à tradição Umbú e o tardio associado à tradição Tupiguarani (sítio José Bonetti 1). Foi ainda recuperada uma ocorrência isolada, na área de entorno da planejada casa de força da PCH Confluência, a qual foi coletada e teve suas coordenadas UTM e altitude demarcadas com GPS. Trata-se de um núcleo retocado, plana, em arenito silicificado, nas coordenadas em UTM, 7.247.366 H, 460.214 V e altitude de 570 m.

Segue abaixo a descrição desses sítios e de seus respectivos conteúdos materiais:

Sítio Arqueológico José Bonetti 1

Trata-se de um sítio multicomponencial, termo que refere-se a sítios arqueológicos que foram ocupados por dois ou mais grupos culturais através do tempo. Os vestígios deste sítio parecem estar relacionados a um acampamento temporário de grupos filiados à tradição Umbú, enquanto que a ocupação posterior foi por populações ceramistas e agricultoras da tradição Tupiguarani. Este sítio foi cadastrado em uma plantação de milho, no topo de um morro, no município de Turvo-PR, em lote do Incra de propriedade de José Bonetti (Figura 5.39). Este sítio possui dimensões de 200 x 150 m, sendo que os vestígios ocorrem associados a matriz de sedimento areno-argiloso, de coloração marrom avermelhada, com níveis de fogueiras e matéria orgânica. As coordenadas UTM do centro do sítio José Bonetti 1 são 7.240.586 H e 459.111V, com altitude média de 956 m. Em fotografias

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

aéreas, na área do sítio arqueológico, podem ser observadas estruturas circulares a ovaladas, com tonalidades mais escuras, que podem representar vestígios das paredes de habitações de aldeia Tupiguarani.

Figura 5.40: Vista do sítio arqueológico José Bonetti 1



Fonte: Claudia Parellada, 2005

Como a área foi intensamente perturbada por sucessivas plantações, inclusive com emprego do arado mecânico, o material lítico relativo as duas ocupações estava exposto na superfície. Assim, fez-se uma análise conjunta de todos os artefatos líticos coletados nesse sítio, de modo que na tabela 5.58 com os dados quantitativos essa amostra não está separada pelas respectivas tradições. Escavações arqueológicas nesse sítio deverão melhor identificar, por meio de estudo da estratigrafia e disposição espacial do material, o conteúdo material referente aos componentes Umbú e Tupiguarani.

As amostras foram agrupadas em tipos, identificando-se também a matéria-prima. As peças foram medidas em centímetros; por exemplo, 5,5 x 3,2 x 0,9 cm, sendo 5,5 cm o tamanho do eixo longitudinal, 3,2 cm o eixo transversal e 0,9 cm a espessura máxima.

Foram recuperadas 184 peças líticas (Tabela 5.58, Figura 5.40), categorizadas como: vinte e cinco microlascas, com dimensões variando de 1,74 x 1,40 x 0,59cm a 2,49 x 1,51 x 1,49 cm; três lascas simples com crosta, de 3,48 x 2,31 x 1,53 cm a 4,33 x 3,32 x 1,08 cm; quarenta e nove lascas utilizadas (LU) – facas – de 2,54 x

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

2,08 x 0,64 cm a 6,01 x 3,84 x 1,08 cm; cinquenta e duas LU – raspadores –, de 2,51 x 2,36 x 0,73 cm a 8,12 x 4,57 x 2,67 cm; nove LU – plainas –, de 2,58 x 2,16 x 1,26 cm a 8,05 x 5,01 x 2,31 cm; dez LU – furadores –, de 2,84 x 1,53 x 0,83 cm a 4,28 x 3,02 x 2,78 cm; duas LU – talhadores – com 2,67 x 2,11 x 1,02 cm e 4,04 x 2,57 x 1,99 cm; duas lascas retocadas (LR) – raspadores –, com 2,84 x 2,32 x 0,76 cm e 4,97 x 1,80 x 1,23 cm; duas LR – plainas –, com 4,28 x 3,72 x 2,30 cm e 4,75 x 1,93 x 2 cm; doze núcleos utilizados (NU) – plainas –, de 2,55 x 2 x 1,58 cm a 8,07 x 6,86 x 2,05 cm; cinco NU – furadores – de 3,11 x 2,34 x 1,13 cm a 6,29 x 3,94 x 2,89 cm; seis NU – talhadores – de 3,13 x 2,25 x 1,75 cm a 6,21 x 5,25 x 2,86 cm; uma lâmina de machado polida, gume lascado, com 8 x 9,4 x 4,2 cm; duas lâminas de machado polidas com 12,3 x 6,4 x 2,8 cm e 13,5 x 3 x 1,8 cm; uma cunha polida, com 13,5 x 3 x 1,8 cm; uma mão de mó, com 14,3 x 4,7 x 3,7 cm; uma bigorna, com 17,7 x 10,2 x 5,6 cm; e uma mó, com 14,6 x 13,5 x 9,7 cm. A matéria prima da dominante é o arenito silicificado (43,48%), seguido pelo silexito (36,41%), ocorrendo também peças em quartzo cristal (9,24%), silito silicificado (7,07%) e basalto (3,80%).

Tabela 5.58. Material lítico recuperado superficialmente no sítio arqueológico José Bonetti 1, Turvo – PR, classificado segundo a tipologia e a matéria-prima.

Tipo	Matéria Prima					Total	Total
	ArS	Silt Sil	Basalto	Silexito	Qz crist	Absolut	%
Microlasca	7			7	11	25	13,59
Lasca simples c/ crosta		2		1		3	1,63
Lasca utilizada Faca	32	4		13		49	26,63
Raspador	28	2	1	21		52	28,26
Plaina	2	1		6		9	4,89
Furador	2	2		5	1	10	5,44
Talhador	2					2	1,09
Lasca retocada	1			1		2	1,09
Plaina	2					2	1,09
Núcleo utilizado Plaina	2	2		7	1	12	6,52
Furador				2	3	5	2,72
Talhador	1			4	1	6	3,26
Lâmina machado polida			3			3	1,63
Cunha polida			1			1	0,54
Bigorna	1					1	0,54
Mão de mó			1			1	0,54
Mó			1			1	0,54
Total	80	13	7	67	17	184	-
%	43,48	7,07	3,80	36,41	9,24		100,00

Nota: ArS – arenito silicificado. Silt Sil – silito silicificado. e Qz crist – quartzo cristal.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Figura 5.41.: Exemplos de material lítico coletado no sítio arqueológico José Bonetti 1.



Fonte: Claudia Parellada, 2005

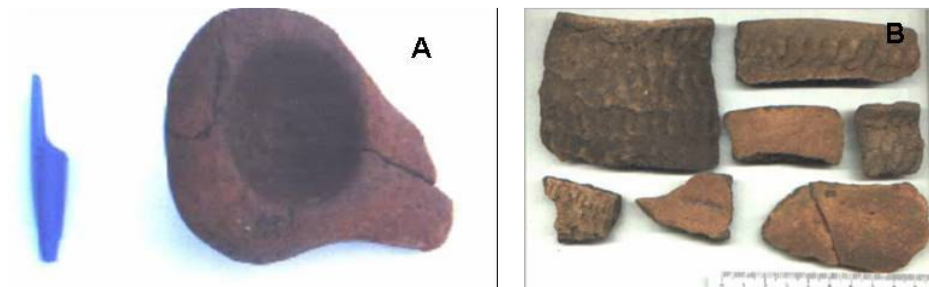
Com relação ao conteúdo cerâmico deste sítio, relacionado ao componente associado com a tradição Tupiguarani, foram coletados, na superfície, 197 fragmentos cerâmicos (Figura 5.41 e Tabela 5.59), que foram classificados em oito tipos decorativos, relacionados segundo a frequência que ocorrem: simples (14,21%), escovados (1,02%), com engobo vermelho (46,19%), com engobo branco (5,08%), corrugados ungulados (13,20%), corrugados espatulados (16,75%), incisos (2,03%) e modelados (1,52%) (ver glossário com a definição dos termos arqueológicos).

Muitos fragmentos apresentavam-se trincados e parcialmente erodidos pelo intemperismo ou pela ação antrópica. Os fragmentos engobados foram os mais danificados, de modo que não foi possível caracterizar os motivos decorativos da maioria dessas peças. Uma grande proporção dos fragmentos apresenta sinais dos objetos alisados, como seixos de quartzo, em sua superfície interna. A amostra cerâmica foi dividida em dois tipos simples, diferenciados pela granulometria dos antiplásticos em finos e grossos. O método de manufatura dos vasilhames é o acordelado, sendo que em poucos fragmentos podem ser observados os cordéis.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Figuras 5.42: A - Cachimbo cerâmico coletado nas proximidades do sítio José Bonetti 1; **B** -

Exemplos de material cerâmico coletado no sítio José Bonetti 1.



Fonte: Claudia Parellada, 2005

No material cerâmico simples com antiplástico fino, os antiplásticos predominantes são areia fina e grossa, predominando a primeira. A maior parte também apresenta cerâmica moída, cristais de quartzo e pedaços de geodo, com as dimensões variando entre 0,5 a 1,5 mm. Há raros fragmentos com carvão e com grânulos de hematita, com dimensões de até 1,5 mm. A textura, na maioria dos fragmentos, apresenta-se homogênea, com poucos alvéolos de ar distribuídos na massa. A fratura é geralmente irregular e pouco friável. A maioria da amostra possui pasta com tons cinza e queima com oxidação incompleta.

Tabela 5.59. Classificação do material cerâmico coletado no sítio arqueológico José Bonetti 1.

Tipos	Fin	Gr	Descrição da decoração	Bases	Esp. Corpo (mm)	Técnicas associadas
Simples	6	22			7 a 15	
Escovados		2	Nas faces externas		8 a 9	Face interna com Eng. Vermelho
Engobo vermelho	39	52	63 em ambas as faces, 15 só na externa, lábios arredondados e planos	Convexas, cônicas, planas	6 a 12,5	Eng. Negro (interno)
Engobo branco	2	8	Engobo branco Intemperizado	Convexas, cônicas	6,6 a 12	

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Corrugados ungulados	7	19	Nas faces	Convexas	7,5 a 10	
Corrugados – espatulados	7	19	Nas faces externas	Convexas, cônicas	9 a 16	Engobo vermelho (interno)
Incisos	1	3	Nas faces externas, Linhas transversais E losangos, borda Expandida, lábio Arredondado	Convexas	7 a 11	Engobo vermelho (interno)
Modelados	0	3	3 cachimbos, sendo 2 fragmentados		5 a 18	Engobo vermelho (interno)
Total	63	134	Total geral	197		

A coloração marrom escura predomina na amostra, ocorrendo ainda grande proporção de marrom claro e bege. Os fragmentos geralmente apresentam superfícies bem alisadas, porém com sinais dos alisadores; são comuns as manchas de queima. Em geral os fragmentos são ásperos ao toque e poucos apresentam-se erodidos, trincados, ou com antiplásticos aflorando à superfície.

No material cerâmico simples com antiplástico grosso, os antiplásticos predominantes são a areia fina (<0,5 mm) e grossa (até 1 mm), predominando a grossa. Ocorrem, também, cerâmica moída com dimensões entre 0,5 mm a 6 mm, bolas de argila cinza clara, com as dimensões variando entre 0,5 mm a 4 mm, cristais de quartzo e/ou pedaços de geodo com dimensões de até 7,5 mm e grânulos de hematita com diâmetro máximo de 5 mm. A maior parte desses tipos apresenta textura heterogênea, com muitos alvéolos de ar alongados, distribuídos irregularmente na massa. Geralmente a fratura é irregular e pouco friável. A maioria apresenta tons cinza, variando do claro ao escuro e queima com oxidação incompleta.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

A influência européia é evidente nessa amostra cerâmica, devido à presença de bases planas, decoração incisa e predominância do engobo vermelho, em ambas as faces. Assim, a ocupação desse local por grupos ceramistas relacionados à Tradição Tupiguarani deve ter ocorrido durante ou após o século XVI.

Sítio arqueológico José Bonetti 2

Este sítio foi cadastrado junto a uma plantação de milho, em terreno de assentamento do Incra, localizado nas proximidades da PCH Confluência (Figura 5.42 A). Este sítio, implantado na meia encosta de um morro, possui dimensões de 100 x 100 m, sendo que os vestígios ocorrem associados a matriz de sedimento areno-argiloso, de coloração marrom escuro, com muitas raízes e radículas. As coordenadas em UTM do centro do sítio José Bonetti 2 são 7.240.532 H e 459.443 V, com altitude de 914 m. Os vestígios parecem estar relacionados a aldeia semi-permanente de populações ceramistas e horticultoras filiadas a tradição Itararé.

Na propriedade de José Bonetti foram documentados dois virotes - pontas de projéteis rombudas que tem a finalidade de derrubar pinhas e abater pássaros, as quais são artefatos característicos da tradição Itararé - em basalto, um com dimensões de 8,62 x 3,52 x 3,40 cm e o outro, fragmentado, com comprimento de 4,95 cm e diâmetro de 4,20 cm (Figura 5.42 B).

O proprietário da área também coletou algumas cerâmicas relacionadas à tradição Itararé nesta área, quando preparava a terra para plantar. Durante as atividades de campo para este diagnóstico a vegetação estava alta, o que impossibilitou a visualização do solo e coleta de material de superfície.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Figuras 5.43: **A** - Vista do sítio arqueológico José Bonetti 2; **B** - Virotos em basalto coletados nas proximidades do sítio arqueológico José Bonetti 2



Fonte: Claudia Parellada, 2005

Sítio arqueológico PCH Confluência 1

Este sítio foi cadastrado em uma área de pastagem cortada por estrada secundária, em meia encosta, no município de Turvo – PR (Figura 5.43). Este sítio possui dimensões de 150 x 150 m, com os vestígios associados à matriz de sedimento areno-argiloso, de coloração marrom avermelhada, com muitas raízes e radículas, apresentando ainda blocos de basalto e arenito silicificado. As coordenadas em UTM do centro deste sítio são 7.246.093 H e 460.333 V, com altitude média de 678 m. Os vestígios parecem estar relacionados à antiga aldeia semi-permanente de populações ceramistas e agricultoras da tradição Itararé.

Figura 5.44.: Prospecção no sítio arqueológico PCH Confluência 1



Fonte: Claudia Parellada, 2005

Foram coletados 37 artefatos líticos (Tabela 5.60, Figura 5.44 A), categorizados como: nove microlascas, com dimensões variando de 1,41 x 0,98 x 0,60 cm a 2,27 x

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

2,20 x 0,61 cm; três lascas utilizadas (LU) – facas –, de 2,94 x 2,18 x 1,04 cm a 3,12 x 2,49 x 0,4 cm; oito LU – raspadores –, de 2,66 x 2,55 x 1,12 cm a 8,87 x 6,26 x 2,35 cm; duas LU – buris –, com 3,03 x 1,49 x 1,06 cm e 5,81 x 3,07 x 2,71 cm; duas lascas retocadas (LR) – facas –, com 4,38 x 3,30 x 0,97 cm e 6,14 x 4,94 x 0,76 cm; uma LR – raspador –, com 6,24 x 4,48 x 2,12 cm; uma LR – plaina –, com 4,43 x 2,29 x 1,36 cm; um núcleo utilizado (NU) – raspador –, com 10,29 x 9,10 x 3,39 cm; cinco NU – plainas –, de 2,62 x 2,05 x 1,48 cm a 5,55 x 4,37 x 3,68 cm; um NU – batedor –, com 6,19 x 5,24 x 3,65 cm; um núcleo retocado (NR) – raspador – com 6,56 x 4,99 x 2,42 cm; três NR – plainas –, de 7,36 x 6,82 x 4,32 cm a 15,4 x 9,49 x 7,47 cm. A matéria prima predominante nessa amostra é o arenito silicificado (70,27%), seguido por basalto (16,22%), quartzo cristal (8,11%), sílexito (2,70%) e geodo de quartzo (2,70%).

Tabela 5.60. Material lítico coletado no sítio arqueológico PCH Congluência 1, Turvo, PR, classificado segundo a tipologia e matéria-prima.

Tipo	Matéria Prima					Total	Total
	ArS	Basalto	Geod	Sílexito	Qz crist	Absoluto	%
Microlasca	6	1			2	9	24,33
Lasca utilizada Faca	1	2				3	8,11
Raspador	7	1				8	21,62
Talhador	1				1	2	5,41
Lasca retocada Faca	1	1				2	5,41
Raspador	1					1	2,70
Plaina	1					1	2,70
Núcleo utilizado raspador	1					1	2,70
Plaina	3	1		1		5	13,51
Batedor			1			1	2,70
Núcleo retocado Raspador	1					1	2,70
Plaina	3					3	8,11
Total	26	6	1	1	3	37	-
%	70,27	16,22	2,70	8,11	-	100,00	

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Nota: ArS – arenito silicificado, Geod – geodo de quartzo, e Qz crist – quartzo cristal.

Foram ainda coletados 15 fragmentos cerâmicos filiados à tradição Itararé. A cor da superfície varia do bege ao marrom escuro, ocorrendo com menor frequência o preto. Os tratamentos de superfície identificados foram o engobo vermelho e o enegrecimento através da técnica do esfumamento (Figura 5.44 B). Alguns fragmentos apresentam, aderidas na face interna, crostas de restos alimentares. A descrição desses tipos decorativos está no glossário arqueológico, no final desse item. O método utilizado na confecção dos vasilhames foi o acordelado e a queima resultou na oxidação incompleta, com a pasta apresentando tons escuros, raramente ocre. A espessura dos fragmentos cerâmicos variou entre 0,32 a 0,61 cm, predominando aqueles na faixa entre 0,38 a 0,45 cm. Os antiplásticos mais populares foram os grãos de quartzo hialino e leitoso e o feldspato, sub-angulares, com dimensões de até 0,30 cm, ocorrendo em menor frequência, hematita, cerâmica moída, e carvão. Há fragmentos de bases convexas e com bordas diretas, extrovertidas, lábios arredondados e/ou apontados. As formas reconstituídas dos vasilhames são globulares e esféricas.

Figuras 5.45: A - Exemplos de material lítico coletado no sítio arqueológico PCH Confluência 1; **B** - : Exemplos de cerâmica Itararé coletados no sítio arqueológico PCH Confluência 1.



Fonte: Claudia Parellada, 2005

Sítio arqueológico PCH Confluência 2

Este sítio foi localizado em uma área de pastagem cortada por estrada secundária, em terraço situado na meia encosta de um morro, no município de Turvo – PR (Figura 5.45). Possui dimensões de 100 x 100 m, com os vestígios ocorrendo

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

associados a matriz de sedimento areno-argiloso, de coloração marrom avermelhada, com muitas raízes e radículas e blocos de arenito silicificado. As coordenadas em UTM do centro deste sítio são 7.246.556 H e 460.030 V, com altitude média de 640 m. Os vestígios parecem estar relacionados à antiga aldeia semi-permanente de populações ceramistas e agricultoras Itararé, devido às estruturas arqueológicas mapeadas em fotografias aéreas e imagens de satélite.

Figura 5.46.: Prospecção no sítio arqueológico PCH Confluência 2



Fonte: Claudia Parellada, 2005

Foram coletados 18 artefatos líticos, todos em arenito silicificado, caracterizados como: três microlascas, com dimensões variando de 1,78 x 1,43 x 0,40 cm a 2,39 x 1,98 x 0,34 cm; uma lasca utilizada (LU) – faca –, com 2,74 x 2,36 x 0,38 cm; duas LU – raspadores –, com 3,85 x 2,03 x 0,76 cm e 5,62 x 4,33 x 1,72 cm; três LU – plainas –, de 3,69 x 3,14 x 0,89 cm a 4,49 x 2,54 x 1,21 cm; duas LU – talhadores –, com 3,66 x 2,97 x 1 cm e 7,63 x 3,15 x 3,12 cm; uma lasca retocada (LR) – raspador –, com 7,50 x 3,97 x 1,51 cm; uma LR – plaina –, com 6,20 x 4,41 x 2,16 cm; um núcleo utilizado (NU) – talhador –, com 9,15 x 6,15 x 3,79 cm; um núcleo retocado (NR) – raspador –, com 12,65 x 10,83 x 3,94 cm; um NR – plaina –, com 14,2 x 11,5 x 7,33 cm; um NR – talhador –, com 23,2 x 10,4 x 6,28 cm.

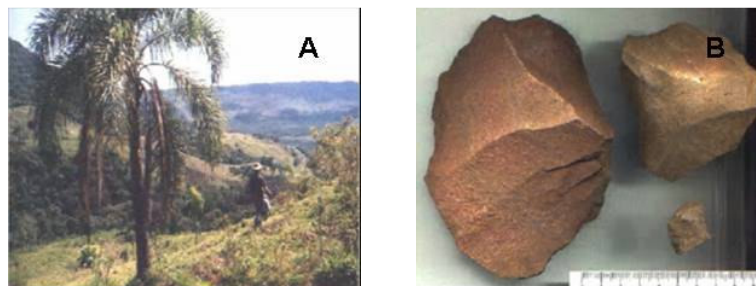
Sítio arqueológico PCH Confluência 3

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Este sítio foi localizado em uma área de pastagem cortada por estrada secundária, implantado na meia encosta de um morro, em área de baixa visibilidade, no município de Turvo – PR (Figura 5.46 A). Possui dimensões de 100 x 80 m, com os vestígios ocorrendo associados a matriz de sedimento areno-argiloso, de coloração marrom avermelhada, com muitas raízes e radículas e blocos de arenito silicificado. As coordenadas em UTM do centro do sítio são 7.246.981 H e 460.487 V, com altitude média de 641 m. Os vestígios parecem estar relacionados à antiga aldeia semi-permanente de populações ceramistas e agricultoras Itararé, devido às estruturas arqueológicas mapeadas por sensoriamento remoto e às características da tecnologia lítica.

Foram coletados 3 artefatos líticos, todos em arenito silicificado, caracterizados como: uma lasca utilizada (LU) – raspador –, com 3 x 2,34 x 0,73cm; um núcleo utilizado (NU) – raspador – com 13,8 x 9,80 x 4,53 cm,; e um NU – plaina –, com 8,11 x 7,61 x 2,77 cm (Figura 5.46 B).

Figuras 5.47: A - Prospeção no sítio arqueológico PCH Confluência 3; **B** - Exemplos de material lítico coletado no sítio arqueológico PCH Confluência 3.



Fonte: Claudia Parellada, 2005

Sítio arqueológico PCH Confluência 4

Este sítio foi cadastrado na área de uma construção de madeira margeada por estrada secundária, em meia encosta, no município de Turvo – PR (Figura 5.47 A). Possui dimensões de 100 x 80 m, com os vestígios ocorrendo associados a matriz de sedimento areno-argiloso, de coloração marrom avermelhada, com raízes e radículas e muitos blocos de basalto e arenito silicificado. As coordenadas em UTM

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

do centro do sítio são 7.245.644 H e 460.191 V, com altitude média de 645 m. Os vestígios parecem estar relacionados a antiga aldeia semi- permanente de populações ceramistas e agricultoras Itararé, devido às estruturas arqueológicas mapeadas por sensoriamento remoto e às características da tecnologia lítica.

Devido ao baixo grau de visibilidade do solo foi possível coletar apenas dois artefatos líticos, caracterizados como: uma lasca simples com crosta, em basalto, com 4,48 x 3,95 x 1,08 cm; e um núcleo retocado (NR) – plaina –, em arenito silicificado, com 10,06 x 5,71 x 3,30 cm (Figura 5.47 B).

Figuras 5.48: A - Prospeção no sítio arqueológico PCH Confluência 4; **B** - Exemplos de material lítico coletados no sítio PCH Confluência 4



Fonte: Claudia Parellada, 2005

Sítio arqueológico PCH Confluência 5

Este sítio foi localizado em uma área de pastagem na qual destaca-se uma mangueira. Está implantado na meia encosta de um morro, no município de Turvo – PR (Figura 5.48 A). Possui dimensões de 100 x 100 m, sendo que os vestígios ocorrem associados a matriz de sedimento areno-argiloso, de coloração marrom avermelhada, com raízes e radículas e poucos blocos de basalto. As coordenadas em UTM do centro do sítio são 7.246.353 H e 459.981 V, com altitude média de 644m. Os vestígios parecem estar relacionados a antiga aldeia semi-permanente de populações ceramistas e agricultoras Itararé, devido às estruturas arqueológicas mapeadas por sensoriamento remoto e às características da tecnologia lítica.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

O baixo grau de visibilidade do solo permitiu a coleta de apenas quatro artefatos líticos, caracterizados como: uma lasca utilizada – raspador –, em basalto, com 2,88 x 1,89 x 0,46 cm; um núcleo utilizado (NU) – plaina –, com 3,53 x 3,28 x 1,27 cm; um NU – quebra-cocos –, com 5,38 x 4,77 x 4,22 cm; e um núcleo retocado (NR) – plaina –, com 5,66 x 3,68 x 2,58 cm (Figura 5.48 B). A matéria-prima dos três núcleos coletados é o arenito silicificado.

Figuras 5.49: A - Prospeção no sítio arqueológico PCH Confluência 5; **B** - Material lítico coletado no sítio PCH Confluência 5



Fonte: Claudia Parellada, 2005

Sítio arqueológico PCH Confluência 6

Este sítio foi cadastrado em uma plantação de milho, de propriedade de Adenir Terezinha Carneiro da Silva, em terreno de assentamento do Incra, no município de Turvo – PR (Figura 5.48 A). Este sítio, implantado na meia encosta, possui dimensões de 150x 150 m, com os vestígios associados à matriz de sedimento areno-argiloso, de coloração marrom avermelhada, com muitas raízes e radículas, além de blocos de basalto. As coordenadas em UTM do centro do sítio são H-7.242.853 e V-458.936, com altitude média de 785 m. Os vestígios estão relacionados a antiga aldeia semi-permanente de populações ceramistas e agricultoras Itararé.

Foram coletados 12 artefatos líticos (Figura 5.48 B), caracterizados como: duas microlascas em quartzo cristal, com dimensões de 1,84 x 1,41 x 0,79 cm e 2,33 x 1,24 x 1,12 cm; duas lascas utilizadas (LU) – raspadores –, com 3,47 x 2,43 x 1,61 cm e 3,47 x 2,81 x 2,08 cm; um LU – plaina –, com 3,06 x 1,65 x 1,19 cm; dois

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

núcleos utilizados (NU) – raspadores –, com 4,23 x 3,98 x 3,72 cm e 14,90 x 9,33 x 4,50 cm; quatro NU – plainas –, de 3,64 x 3,19 x 2,40 cm a 15,30 x 9,08 x 5,04 cm; e um núcleo retocado (NR) – plaina –, com 13,10 x 9,36 x 7,20 cm. Com exceção das duas microlascas, a matéria-prima do restante dos artefatos foi o arenito silicificado.

Foram ainda coletados 40 fragmentos cerâmicos, filiados a tradição Itararé (Figura 5.50). A coloração de superfície desses fragmentos variou entre o marrom claro e o preto, ocorrendo com maior frequência o tom marrom avermelhado. Os tipos de tratamento de superfície identificados foram o engobo vermelho e o enegrecimento através da técnica do esfumamento. Alguns fragmentos apresentaram crostas de restos alimentares aderidas na face interna. A descrição desses tipos decorativos está no glossário arqueológico, no final desse item.

O método utilizado na confecção dos vasilhames foi o acordelado. A queima resultou de oxidação incompleta, deixando a pasta com tons escuros, raramente ocre. As espessuras dos fragmentos variaram entre 0,32 e 0,59cm, predominando aqueles na faixa entre 0,38 e 0,43cm. Os antiplásticos mais populares foram os grãos de quartzo hialino e leitoso e o feldspato, sub-angulares, com dimensões de até 0,32cm, ocorrendo em menor frequência, hematita, cerâmica moída, e carvão. O diâmetro das bocas variou entre 6 e 8cm. Há bases convexas e cônicas, bordas diretas e extrovertidas, lábios arredondados e/ou apontados. As formas reconstituídas dos vasilhames são globulares e esféricas.

Figuras 3.50: A - Prospecção no sítio arqueológico PCH Confluência 6; **B** - Exemplos de material lítico coletado no sítio arqueológico PCH Confluência 6



Fonte: Claudia Parellada, 2005

Figura 5.51.: Exemplos da cerâmica da tradição Itararé coletados no sítio arqueológico PCH Confluência 6.



Fonte: Claudia Parellada, 2005

5.3.10.6. Glossário de Termos Arqueológicos

Existe uma série de métodos diferentes para caracterizar o material lítico, então se optou pela nomenclatura preconizada por Laming-Emperaire (1967), adaptando-se também o método de Chmyz (1977). Cabe destacar que muitos destes artefatos apresentam multi-funções, o que muitas vezes torna difícil e confusa uma classificação que tenha como base a funcionalidade de cada vestígio lítico.

Muitos termos da nomenclatura de classificação tecno-tipológica das indústrias líticas no Brasil, provém de palavras traduzidas do francês, o que por vários momentos acabou provocando uma série de equívocos na interpretação de alguns termos, e por conseqüência na classificação desses materiais. Esses problemas, somados ao pouco diálogo entre os pesquisadores, fez com que houvesse dificuldades na correlação entre os materiais líticos de sítios arqueológicos pesquisados em diferentes pontos do país.

Entretanto, como a análise pelo critério tecno-tipológico é ainda a que fornece maiores possibilidades de comparação com dados de outros sítios arqueológicos já estudados, preferiu-se adotar este método, apesar de se acreditar que a análise por

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

cadeias operatórias, no futuro e em sítios escavados, será a mais indicada para análises comparativas, quando houver um banco mínimo de dados.

A análise da cadeia operatória é um método que procura reconstruir a organização de um sistema tecnológico de um determinado sítio arqueológico. Assim, a cadeia operatória ajuda a descrever e entender as transformações culturais que uma matéria-prima específica tem que passar. Há uma segmentação cronológica de ações e processos mentais necessários na produção de um artefato e na manutenção dentro de um sistema técnico de um grupo pré-histórico. O estágio inicial de uma cadeia é a aquisição da matéria-prima e o último é o descarte do artefato.

Neste trabalho as amostras foram agrupadas em:

- Lascas: representam os fragmentos de rocha debitados por percussão;
- Microlascas: lascas com dimensões inferiores a 25 mm;
- Lascas utilizadas: as que mostravam, em qualquer parte de sua superfície, sinais de uso como instrumentos específicos;
- Lascas retocadas: lascas que receberam retoques por percussão direta mais leve e por pressão; sendo que estes retoques definiram as peças para determinadas funções;
- Núcleos esgotados: os seixos ou blocos que sofreram um ou mais lascamentos, mas que não mostravam sinais de utilização posterior;
- Núcleos utilizados: os seixos ou blocos que apresentavam sinais de utilização, embora sem adaptação para os determinados fins específicos;
- Núcleos retocados: os seixos ou blocos que foram parcial ou totalmente modificados para o desempenho de funções específicas;
- Raspadores: utensílios de lasca ou de bloco com formas plano-convexas, podem ser laterais, de extremidade, de ponta, plano-convexos, elípticos e de bico;
- Facas: são as lascas, utilizadas ou retocadas, que tem bordo ativo menor que 350;

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

- Furador: é uma ferramenta de lasca com uma extremidade pontiaguda;
- Pontas de projéteis: são lascadas bifacialmente, apresentando lascamentos de retoque por pressão nos bordos;
- Talhadores: são seixos rolados com lascamento por percussão direta na extremidade, em uma ou duas faces, com ângulos de 70° a 90°;
- Percutores: são seixos ásperos, sem quaisquer lascamentos, com sinais de esmagamento na extremidade; são os instrumentos utilizados para lascar por percussão;
- Plainas: ferramentas de bloco ou lasca, plano-convexa; sendo que o bordo ativo tem ângulos maiores que 500, obtido por lascamentos abruptos, executados a partir da face plana. A função seria, possivelmente, a de desbastar a madeira;
- Quebra-cocos: seixos, com depressão circular a elíptica no córtex, em uma ou duas faces; sendo as depressões feitas por picoteamen
- Bigornas: blocos com uma face plana, onde é apoiado o material destinado a ser lascado, batido ou quebrado por meio de um percutor. Nas bigornas geralmente são observados sinais de marcas de golpe impressos na face plana;
- Lâminas de machado polidas: artefatos confeccionados através do polimento de seixos podem apresentar garganta onde se fixa o cabo. Serviam para cortar e fender;
- Cunhas: artefatos semelhantes à lâmina de machado, com gume em bisei duplo, porém de menor largura e com pequenas dimensões. Podem ou não ter encabamento;
- Mãos de mó: objetos polidos cilíndricos e alongados, estes serviam para moer grãos;
- Fragmentos atípicos: são os estilhaços ou pedaços de matéria- prima sem evidências diretas de trabalho humano.

A terminologia cerâmica usada foi a do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - Pronapa (1976), fazendo-se algumas adaptações.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Para obter os diâmetros das vasilhas foi utilizado um ábaco de círculos concêntricos, divididos em intervalos de 2 em 2 cm, no qual foram comparadas as medidas do arco da boca na altura do lábio. De acordo com as características da pasta e do tratamento de superfície, o material cerâmico estudado foi classificado em tipos. Ainda se tentou a definição de traços europeus e a cerâmica tipicamente indígena.

A cerâmica decorada foi classificada em:

- Escovados: estrias finas e parcialmente obliteradas produzidas, provavelmente, por sabugo de milho na superfície ainda úmida do vasilhame. As estrias limitam-se na face externa dos recipientes, cobrindo geralmente toda a superfície. Em alguns tem-se a decoração preferencialmente no bojo;
- Engobo vermelho: delgada camada de tinta vermelha aplicada diretamente à face previamente alisada dos recipientes, geralmente recobre toda a superfície dos recipientes;
- Corrugados - ungulados: depressões regulares resultantes pela pressão dos dedos na superfície ainda úmida do vasilhame; estão associadas a incisões produzidas pelas extremidades das unhas. Limitam-se à face externa das vasilhas, desde o lábio ou logo abaixo dele até a base;
- Corrugados - espatulados: depressões regulares, estreitas e alongadas, resultantes pela pressão rítmica de objeto em forma de espátula na superfície ainda úmida do vasilhame. Limitam-se à face externa das vasilhas;
- Incisos: sulcos contínuos produzidos por objeto de ponta aguçada na superfície ainda úmida e previamente alisada dos recipientes. As incisões ocorrem na face externa dos recipientes, formando linhas retilíneas, que se cruzam entre si.

5.3.11. Aspectos Antropológicos**5.3.11.1. Introdução**

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

O presente Laudo Antropológico visa descrever a comunidade indígena que vive na Terra Indígena Marrecas, situada aproximadamente a 20 km a montante do local onde estão sendo desenvolvidos estudos para implantação de uma Pequena Central Hidrelétrica denominada Confluência, na junção dos rios Marrecas e Cachoeira, nos municípios de Prudentópolis e Turvo, no Estado do Paraná.

5.3.11.2. Objetivos e Conceituação

O objetivo geral do presente Laudo Antropológico é descrever as comunidades indígenas Kaingang e Guarani que vivem na Terra Indígena Marrecas em seus aspectos sócios-culturais; apresentar de forma sintetizada suas relações com o ambiente nas quais estão inseridas, e suas expectativas. A situação de dependência e o processo de readequação de seus modos de vida tradicionais às novas situações - o wãxi (tempo antigo) que se transforma no uri (tempo atual) – é resultante, da perda de seus territórios tradicionais. Como já ressaltamos os indígenas da bacia do rio Ivaí viviam em territórios muito maiores antes de 1949. Sua economia era baseada nas atividades combinadas de caça, pesca, coleta e agricultura. Podemos dizer que eles tinham auto-sustentabilidade manejando seus territórios e os ecossistemas da bacia do rio Ivaí. Registros de viajantes, exploradores e a própria memória dos velhos da comunidade fornecem indicações sobre a rica biodiversidade dos seus habitats no Ivaí, sua rica fauna e flora, seus rios abundantes de peixes, a qualidade do solo. Os relatos colhidos entre as populações indígenas mais idosas reafirmam a qualidade de vida de seus antepassados, graças à diversidade dos recursos naturais proporcionados pelos ecossistemas da bacia do Ivaí que forneciam alimentos e matérias primas para atender todas as suas necessidades vitais e simbólicas. Hoje vivem confinados em pequenas áreas, numa relação de dependência institucionalizada, dependência esta resultante de suas relações com os poderes locais, regional e federal e com as populações brancas do entorno.

Existe hoje na bacia do rio Ivaí, três Terras Indígenas onde vivem em torno de 2.500 índios Kaingang e algumas famílias Guarani (Tabela 5.61). Essas populações –

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Kaingang e Guarani - ocupam a região desde 2.500 anos aproximadamente antes do presente (AP) conforme estudos arqueológicos.

Tabela 5.61. Terras Indígenas no Paraná em 2007 por sub-bacias hidrográficas da bacia do rio Ivaí

Bacia do Rio Ivaí						
Terras Indígenas		Etnias	Município(s)	Situação Fundiária	Área (Ha)	População
01	Faxinal	Kaingang	Cândido de Abreu	Registrada no CRI (1992)	2.043	463
02	Ivaí	Kaingang	Manoel Ribas e Pitanga	Registrada no CRI (1992) e SPU (1994)	7.306	1.400
03	Marrecas	Kaingang e Guarani	Turvo e Guarapuava	Registrada no CRI em 1985.	16.838	505

Espoliados da maior parte de seus territórios, os grupos indígenas da bacia do rio Ivaí dependem dos recursos e serviços oferecidos pelas instituições públicas, institucionalizando dessa forma a sua dependência. Eles hoje se relacionam com as seguintes instituições, sem as quais teriam dificuldades de sobrevivência:

- **FUNAI/Ministério da Justiça**

Presente desde os anos de 1970 é responsável pela questão fundiária e pelos projetos de desenvolvimento comunitário; no entanto nos últimos anos, os recursos da FUNAI destinados a projetos coletivos foram reduzidos.

- **FUNASA/Ministério da Saúde**

A assistência à saúde (atendimento médico-odontológico, remédios, internações, tratamento de água e outros serviços) é de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde-FUNASA.

- **Governo do Estado do Paraná**

Através do Projeto Paraná 12 meses, que está construindo casas novas e reformando outra, além das casas, o Governo do Paraná, através da Secretária de

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Agricultura, fornece corretivos para o solo das roças comunitárias das três comunidades.

• Prefeituras Municipais

A comunidade da Terra Indígena Marrecas relaciona-se se dão com as prefeituras Turvo e Guarapuava. Até 2008 a prefeitura municipal de Turvo mantinha a escola municipal Dr. José Maria de Paula, com 07 professores: 4 kaingang e 3 não índios, além de uma pedagoga que visitava a escola uma vez por semana. Mas partir de 2009 a educação escolar indígena passou para a Secretaria de Educação do Estado Paraná.

As ações dos governos estaduais do Paraná – desde a província – e do governo federal republicano requisitando os territórios Kaingang do Ivaí para projetos de colonização e estabelecimentos de cidades e vilas levaram os Kaingang a negociar sua sobrevivência, institucionalizando a dependência. Esse processo, se por um lado garantiu a existência dos Kaingang no vale do Ivaí, por outro, fez com que eles tivessem que se readequar seus modos de vida tradicionais às novas situações. O wãxi (tempo antigo) se transformou no uri (tempo atual).

Perda da Autonomia Econômica

As comunidades indígenas há muito tempo perderam sua autonomia econômica e conseqüentemente passaram a depender cada vez mais das políticas públicas. As atividades em que existe autonomia relativa, pelo menos em termos de produção, são artesanato mercantil, a coleta e as roças familiares. As roças familiares dependem de sementes e insumos que são obtidos junto aos órgãos públicos. E o artesanato depende do mercado consumidor das cidades do entorno, onde vendem seus balaios, no entanto, as taquaras, matéria-prima para o fabrico do artesanato, está cada vez mais difícil de encontrar e eles precisam de buscá-las em locais cada vez mais distantes.

Concentração da População nas Sedes das Aldeias

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

As famílias kaingang do vale do Ivaí vivem atualmente concentradas nas sedes das T.I. (Terra Indígena). A concentração das famílias teve como razões institucionais dar “mais conforto” no que se refere à escola para todas as crianças, ao acesso ao posto de saúde, a energia elétrica, a água encanada e a proximidade do comércio. No entanto, se, de um lado, a população indígena ficou perto dos recursos sociais, por outro, houve uma intensa e crescente degradação ambiental pela grande concentração das famílias numa só aldeia.

Problemas de Saúde Relacionados com a Habitabilidade das Moradias

Uma questão relacionada com o modo tradicional de morar, que não pôde ser reproduzida por razões óbvias, é que quando as casas ficavam infestadas de insetos ou tornavam-se inóspitas, a família ateava fogo e construía uma nova. Era a forma tradicional de garantir a habitabilidade, o que era feito sempre que necessário. Para isso era convocado o trabalho da família extensa que, através do sistema de mutirão, rapidamente construía a nova *in* (casa) uma construção necessariamente rústica e fácil de ser construída. Hoje não podem destruir as casas de alvenarias fornecidas pelo governo, mesmo que estejam em más condições de habitabilidade.

As Roças Familiares

Apesar da concentração das famílias nas aldeias-sede, muitas delas continuaram a manter suas roças familiares no sistema de coivara, nos seus locais de origem. Dessa maneira, pode-se perceber que algumas famílias ainda mantêm suas roças de coivara e hoje têm de percorrer até 10 quilômetros de distância para cuidar delas. Para isso constroem *wäre* (abrigo rústico) ou *in ty ré* (ranchos rústicos para abrigo temporário) onde permanecem por dias ou semanas dependendo da época. Portanto, se a concentração das famílias na aldeia-sede facilita a frequência das crianças na escola e permite acesso fácil ao posto de saúde, por outro, os homens e mulheres adultos precisam percorrer grandes distâncias para poderem cuidar de suas roças.

Socialização Cultural dos Filhos, a Escola dos Brancos e a Desvalorização e a Desqualificação da Cultura Kaingang

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Essa reorganização espacial imposta pelo indigenismo trouxe outra consequência social de ordem geracional relacionada com a socialização dos filhos. Todos os velhos kaingang afirmam que, com a obrigatoriedade de freqüentarem a escola, as crianças e os jovens deixaram de acompanhar os pais nas atividades de subsistência, tais como, fazer roças, caçar e coletar. A obrigatoriedade da escolarização foi imposta nos anos de 1970 quando as famílias ainda viviam espalhadas na área e nessa época teve início a ruptura entre os adultos e as crianças, que deixaram de acompanhar os pais nas atividades do cotidiano. Isso trouxe várias consequências como, por exemplo, a quebra da estrutura que fundamentava o processo de socialização para o trabalho, o aprendizado dos etno-conhecimentos, dos mitos e todo o patrimônio cultural da tradição indígena. E a qualidade do ensino formal, por outro lado, por todas as deficiências acumuladas, não tem preparado os escolares para a vida moderna e segundo padrões que possibilitem novas formas de produção da subsistência capaz de garantir a qualidade de vida que tinham no passado. Muito ao contrário, a população jovem da comunidade vem perdendo gradativamente os etno-conhecimentos sem, contudo, um ganho significativo nos conhecimentos da sociedade dominante para uma efetiva inserção na economia regional, o que caracteriza um empobrecimento cultural em ambos os lados.

A situação de dependência e o processo de readequação de seus modos de vida tradicionais às novas situações - o wãxi (tempo antigo) que se transforma no uri (tempo atual) – é resultante, da perda de seus territórios tradicionais. Como já foi ressaltado os indígenas da bacia do rio Ivaí viviam em territórios muito maiores antes de 1949 e sua economia era baseada nas atividades combinadas de caça, pesca, coleta e agricultura. Pode-se dizer que eles tinham auto-sustentabilidade manejando seus territórios e os ecossistemas da bacia do rio Ivaí. Registros de viajantes, exploradores e a própria memória dos velhos da comunidade fornecem indicações sobre a rica biodiversidade dos seus habitats no Ivaí, sua rica fauna e flora, seus rios abundantes de peixes e a qualidade do solo. Os relatos colhidos entre as

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

populações indígenas mais idosas reafirmam a qualidade de vida de seus antepassados, graças à diversidade dos recursos naturais proporcionados pelos ecossistemas da bacia do Ivaí, que forneciam alimentos e matérias primas para atender todas as suas necessidades vitais e simbólicas. E hoje, vivem confinados em pequenas áreas, numa relação de dependência institucionalizada, dependência esta resultante de suas relações com os poderes locais, regional e federal e com as populações brancas do entorno.

5.3.11.3. Metodologia e Pesquisa de Campo

Realizado o levantamento bibliográfico sobre as populações indígenas na região do médio rio Ivaí, fez-se uma visita à Administração Executiva Regional de Guarapuava/PR da FUNAI, onde foi explicitado ao Administrador Substituto, o Sr Giancarlo Burigo Guimarães, os objetivos da visita na T. I. Marrecas e foram levantados os dados institucionais e documentais da referida Terra Indígena. Em seguida, junto com o Sr. Giancarlo B. Guimarães prosseguiu-se o deslocamento para a aldeia sede da T.I Marrecas.

Ali foi desenvolvida a metodologia de campo e foi ancorada na pesquisa participante. Explicou-se aos membros da comunidade, às lideranças indígenas e ao representante da FUNAI de Guarapuava os objetivos da visita e do trabalho que iria ser desenvolvido. Estavam presentes o cacique Sr. Dorival Jeka, o presidente da Associação Indígena de Marrecas o Sr. Joao Pirãmy Tavares, o Sr. Giancarlo Burigo Guimarães e outras pessoas da comunidade.

Exposto os objetivos do trabalho foi organizado em conjunto com as lideranças indígenas um roteiro descritivo da T.I. Marrecas. Em seguida, os presentes fizeram uma série de questionamentos relacionados aos possíveis impactos do empreendimento que foram incorporados neste relatório.

Após, iniciaram-se os trabalhos de coleta de informação e descrição detalhada dos aspectos gerais, ambientais e sócio culturais da comunidade de Marrecas, com o

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

acompanhamento das lideranças indígenas na visita dos locais nas aldeias, no registro fotográfico e na complementação das informações.

5.3.11.4. História dos Índios na Bacia do Rio Ivaí e o Surgimento da Terra Indígena Marrecas

Em fevereiro de 1862, o presidente da província do Paraná informou que os índios de Guarapuava estiveram em Curitiba queixando-se da usurpação de suas terras naquela villa.¹ As informações que Nogueira tinha sobre as terras indígenas de Guarapuava foram passadas a ele pelo brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures, em um relatório de 23 de novembro de 1861, o qual fazia um balanço e um histórico da ocupação da região. Rocha Loures, que presenciou os fatos ocorridos na recém-fundada Nossa Senhora de Belém de Guarapuava, pois tinha nascido e crescido nessa vila, relatou os conflitos de 1825 com a morte do cacique Luís Tigre Gacom, pai de Francisco Tigre Gacom, e terminou seu relato dizendo que os índios tinham abandonado as terras do antigo aldeamento de Atalaia em 1828, indo para o sul onde cometeram “correrias” e depois se fixaram em Palmas. Vejamos a conclusão de Rocha Loures:

“Tendo sido concedido em 1818/1819 a este aldeamento os campos de criar que lhe ficavam adjacentes, foram juntamente com elle abandonados desde 1828, em consequencia do que, annos depois, algumas pessoas em numero de dez se apossaram dos mesmos campos, e vivem habitualmente criando e cultivando-os, e parte já em poder o 4º possuidor.”²

O que os Kaingang foram se queixar ao presidente Nogueira foi a usurpação de suas imemoráveis terras nos Koran-bang-rê, local sagrado para eles. Eles foram reivindicar as terras, a sesmaria, que lhes tinham sido doada pelo rei D. João em 1819.

Índios de Guarapuava

¹ PARANÁ. Governador (1861 - 1863 Nogueira), 15 fev. 1862, p. 84.

² PARANÁ. Governador (1861 - 1863 Nogueira), 15 fev. 1862, p. 85.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Entre os rios Coutinho e Lageado Grande, cuja testada correrá de Leste a Oeste em paralelo a serra denominada dos Agudos entre os ditos dois rios e os fundos descerão por entre os mesmos rios abaixo até onde elles se encontram e abrangerá esta sesmaria os matos que dentro dellas se acharem, as quaes terras são apropriadas aos ditos índios para seu patrimônio. (L. 40, Fls 92 v).³

Passados onze anos, em 1873, os Kaingang ameaçaram invadir os campos de Guarapuava para retomar seus territórios, conforme relatou o presidente Frederico Abranches:

(...) os índios dos aldeamentos do Jatahy e S. Jeronimo pretendiam accometter os moradores dos campos de Atalaia e Sepultura, de que julgam proprietários. Não realizaram porem o seu designio, talvez a vista das medidas preventivas que tomaram o Dr. Juiz de direito da comarca e delegado de policia, a cuja disposição mandei prestar um destacamento de guardas nacionais.⁴

Os campos de Atalaia e Sepultura eram parte dos Koran-bang-rê, onde já no século XVII os padres jesuítas registram a presença de populações indígenas não Guarani. Elas foram registradas como sendo os Gualachos, ocupantes dos vastos campos das cabeceiras dos rios Ivaí, Piquiri, Jordão e outros menores. Também foi onde o tenente-coronel Afonso Botelho, em 1771, instalou seu acampamento militar com a intenção de conquista-los mas teve que retirar-se apressadamente pressionado pela resistência dos índios que em combate mataram seis dos seus soldados.⁵

No mesmo local, quarenta anos depois de Botelho, em 1809, o coronel Diogo Pinto e José Ferreira da Rocha Loures construíram um novo forte militar - o forte de Atalaia - para abrigar novas forças invasoras que reiniciavam a ocupação dos Koran-

³ Cf. São Paulo (Estado) Secretaria da Cultura. Departamento de Museus e Arquivos do Estado. Divisão de Arquivo do Estado. **Repertório das Sesmarias** – Edição fac-similar / Divisão de Arquivo do Estado. – São Paulo: Divisão, 1994.

⁴ PARANÁ. Governador (1873 - 1875 Abranches), 15 fev. 1874, p. 4.

⁵ Ver Lúcio Tadeu MOTA. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá, Eduem, 1994. BIBLIOTECA NACIONAL. Notícia da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 76, 1956.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

bang-rê. As tropas do coronel Diogo Pinto foram atacadas logo após sua chegada, num combate que durou toda a noite e metade do dia seguinte. Após a mudança do povoado de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava para um local distante duas léguas (atual Guarapuava), esse local se transformou no aldeamento dos Kaingang do cacique Luís Tigre Gacom. Esse aldeamento foi atacado e destruído em 1825 pelos Kaingang contrários a Gacom. O lugar denominado Sepultura provavelmente era um cemitério Kaingang, ou um local onde ocorrera alguma grande batalha, com muitos mortos, por isso essa denominação. No relatório de 1875, Abranches informou que:

“Felizmente não se tem realizado a invasão de índios que desde de 1873 se receava na comarca de Guarapuava, e ficaram sem confirmação os boatos aterradores que circulavam fundados no pressuposto de que os índios aldeados de S. Jeronimo e Jatahy, viessem por meio de manifestações hostis disputar o seu pretenso direito aos campos de Atalaia e Sepultura”.⁶

Se os Kaingang estavam pressionando as autoridades provinciais pela retomada de sua Sesmaria em Guarapuava nessa primeira metade da década de 1870, também nela começa-se a perceber uma mudança na sua forma de agir. Por toda a província apareceram indícios dessa nova forma de luta. Não era mais, somente, o ataque contra as fazendas e viajantes e também não eram, apenas, as suas exigências por mais recursos nos aldeamentos oficiais; agora percebe-se a luta pela demarcação de suas terras.

Vindos dos Koran-bang-rê, os Kaingang visitavam os presidentes da província na capital, solicitando-lhes a demarcação e a garantia de suas terras diante do avanço dos brancos em seus territórios. Eles agiam de todas as formas, inclusive com ameaças de invadir Guarapuava para garantir os campos de Atalaia e Sepultura. Em 1875 mais um grupo de Kaingang esteve em Curitiba reivindicando a demarcação de suas terras: “Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exca que se achão n’esta capital 19 índios (nação coroada) moradores no municipio de Guarapuava que

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

reclamam, se lhes de terras para trabalharem assim como as ferramentas proprias a esse mister e algum vestuario de que precisão.⁷” Assim escreveu Adolfo Ribas de Oliveira Franco ao presidente Lins. Passados alguns dias, Adolfo R. de O. Franco mandou para o presidente a conta das despesas feitas com os índios que tinham estado na capital. Ele tinha gasto com vestuário, ferragens e alimentação dos índios.⁸

Ainda em 1877, constatamos a movimentação dos índios Kaingang nos antigos Koran-bang-rê - Guarapuava. Num ofício do delegado de Polícia de Guarapuava, de 25 de julho de 1877, foi registrado os índios novamente ameaçavam a cidade. O delegado solicitou o envio de 12 praças comandados por um oficial para guardar a cidade.⁹

O juiz de Guarapuava, Antônio Marcelino de Carvalho, comunicou ao vice-presidente da província, que os índios em suas correrias tem causado sobressalto a população daquela comarca,¹⁰ O vice-presidente censurou o juiz por ele não ter solicitado as providências necessárias para manutenção da ordem e ordenou ao chefe de polícia que providenciasse com presteza as medidas necessárias para normalizar a situação. Em 10 de setembro o juiz de direito de Guarapuava respondeu ao presidente da província, agora não mais Manuel Antônio Guimarães, mas Joaquim Bento de Oliveira Júnior. Após reafirmar que os índios estavam colocando em sobressalto a população da comarca e que não esqueciam suas pretensões sobre um campo que dizem lhes pertencer. Assim ele justificou a não tomada de providências no sentido de garantir a segurança pública. Disse que elas tinham sido tomadas pelo juiz municipal e que na época de maior perigo ele tinha apenas obtido, do presidente anterior, ordens para requisitar forças da Guarda Nacional. No entanto, a Guarda Nacional, para esse tipo de caso, era imprestável, pois o seu comandante morava muito longe e apenas com muita demora se conseguia reunir

⁶ PARANÁ. Governador (1873 - 1875 Abranches), 15 fev. 1875, p. 30.

⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício.** 8 jun. 1875, p 64, (doc. manuscrito).

⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício.** 14 jun. 1875, p 68, (doc. manuscrito).

⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício.** 25 jul. 1877, p 60, (doc. manuscrito).

¹⁰ PARANÁ. Governador (1873 Guimarães), 17 ago. 1877, p. 3.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

um pequeno número de praças. Somente mais tarde, passado o perigo, é que ele tinha conseguido um destacamento policial de seis praças, e apesar de seus reiterados pedidos esse destacamento nunca havia sido aumentado. No mesmo ofício, rabiscado a lápis, temos o despacho do presidente da província mandando responder que iriam ser tomadas as providências para ser reforçado o destacamento policial com as forças disponíveis no momento.¹¹

A mobilização dos Kaingang continuou em outubro; nesse mês 150 deles concentraram-se nas imediações de Guarapuava.

(...) com disposições hostis no campo denominado Atalaia, de que se dizem senhores e cuja posse tencionam disputar. (...) Consta também que perto daquelle campo, que não é mui distante desta cidade - existem misturados indios mansos e bravos a espera de maior numero para virem reunir-se aos que já estão no dito campo.¹²

O juiz Ernesto Dias Laranjeira voltou a solicitar o aumento do número de policiais para garantir a segurança pública. A situação nesses dias em Guarapuava era de grande tensão. No dia 14 de outubro, foi a vez da Câmara Municipal se pronunciar acerca da concentração dos Kaingang nos Koran-bang-rê. A Câmara reuniu-se e resolveu comunicar ao presidente da província que:

(...) diversos caboclos casados com indias mansas e alguns indios (...) acha-se fazendo ranchos e roças nos campos de propriedade de Manoel Xavier Pedroso, residente no rio Grande do Sul, e esperão os 200 indios do Campo-Morão e Jatahy que há pouco estiverão nesta cidade e mais alguns que vieram de Palmas e outras pontos p^a ahy morarem, dizendo eles q. esses campos lhes pertencem e que dahy so sahirão a força. Calculo que estes indios e caboclos poderão reunir-se para mais de 300 pessoas, entre grandes e pequenos.¹³

Os vereadores fazendeiros de Guarapuava foram claros; para eles as terras que os índios estavam invadindo eram do fazendeiro Manuel Xavier Pedroso. Eles também

¹¹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 5 set. 1877, p 33, (doc. manuscrito).

¹² ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 12 out. 1877, p 58, (doc. manuscrito).

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

procuraram descaracterizar a luta dos índios, dizendo que havia caboclos (isto é, homens brancos) junto com os índios. Outra informação importante é a amplitude dessa mobilização: havia os índios “mansos” e os “bravos”. Estavam mobilizados os Kaingang de vários grupos, desde os pertencentes ao grupo do cacique Viri, de Palmas, os que viviam nos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo, no norte da província, até os dos campos do Mourão, no centro da província. Foi uma mobilização da etnia Kaingang em todo o Paraná. Enquanto isso, os vereadores de Guarapuava esperavam uma atitude enérgica do governo.

Logo que seja preciso obrigar a desocupação dos campos necessita a autoridade de força e para isso faz-se preciso que V. Exa. remetta com a maior brevidade 20 a 30 praças a fim de manter a segurança publica do municipio.¹⁴

Os vereadores esperavam o aumento do efetivo policial para iniciar a retirada dos Kaingang dos campos que tinham invadido e reivindicavam a sua demarcação.

Em 21 de agosto de 1876, o presidente da província havia solicitado informações sobre as terras reivindicadas pelos índios Kaingang em Guarapuava, mas somente em 29 de março de 1877 o juiz de direito Ernesto Dias Laranjeira lhe respondeu:

“Pedi ao fazendeiro Pedro Carneiro que permitisse a continuação dos índios nas terras em que se achão estabelecidos até que ou elle procedesse a legitimação das mesmas terras ou pelos meios regulares fosse verificada a questão da posse. Quanto ao final do dito officio, dirigi-me aos Capitães Pedro Ribeiro do Nascimento e João Pinto de Azevedo Portugal Sobrinho pedindo informações acerca das mencionadas terras”.¹⁵

Nesse mesmo ano de 1877, os índios estiveram em Curitiba fazendo suas reivindicações. O diretor geral dos índios, José Correa de Bittencourt, passou ao presidente Lamenha Lins a conta das despesas feitas com eles.¹⁶

¹³ . ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 12 out. 1877, p 58 (doc. manuscrito).

¹⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 14 out. 1877, p. 85, (doc. manuscrito).

¹⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 29 mar. 1877, p. 66, (doc. manuscrito).

¹⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 14 jun. 1877, p. 10, (doc. manuscrito).

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

No relatório de 7 de fevereiro de 1878, do presidente Oliveira Júnior, tem-se o desfecho parcial dos acontecimentos de Guarapuava. Assim ele descreveu o ocorrido:

“No municipio de Guarapuava continuavam os indios em suas correrias. O delegado de Policia dando conta das ultimas occurrencias que alli tiveram logar, declara que os indios que habitam no districto de Guarapuava e outros que dos aldeamentos do Jatahy e S. Jeronimo appareceram em numero mais ou menos de 60 aos quaes se reuniu uma porção de caboclos vadios e impertinentes, teem posto em pratica diversos crimes nas propriedades de campo e mattos de algumas fazendas, desobedecendo e insultando as autoridades.

Ameaçavam elles não so assaltar a cidade, com especialidade as fazendas, como tambem assenhorearem-se absolutamente dos campos de Trindade, Canôas e outros contiguos, existentes entre os rios Coutinho, Maracujá e Lageado, pertencente a diversas pessoas.

Convencido o delegado de policia de que era indispensavel uma providencia energica, tratou de reunir algumas pessoas; e, em numero de 92 que de bom grado se prestaram, dirigiram se no dia 11 do dito mez ao logar onde se achava o grupo de indios. Esta diligencia fez com que parte desse grupo se amedrontasse e se mettesse pelos mattos; deixando de assim proceder um indio de nome Francisco Luiz Tigre Gacom que com sua familia e alguns outros indios se oppuzeram as ordens do delegado, ameaçando-o com as armas de que dispunha; sendo por isso de prompto presos e conduzidos ao quartel da cidade d’onde sahiram no dia seguinte.

A requerimento dos prejudicados, procedeu aquella autoridade a corpo de delicto e inquerito policial sobre os estragos feitos em suas propriedades pelos indios e mais individuos a elles reunidos, remetendo o auto ao Dr. promotor publico por intermedio do Dr. Juiz Municipal.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Feito tudo isso ficou em paz o povo do município de Guarapuava, porem reclama o delegado de policia um destacamento commandado por um oficial e em numero sufficiente para, de momento, poder repellir as aggressões que ainda possam fazer os índios”.¹⁷

Em 9 de fevereiro de 1878, o juiz de direito de Guarapuava, Ernesto Dias Laranjeira, voltou a escrever ao presidente da província, agora Joaquim B. de Oliveira Jr., sobre o desenrolar dos acontecimentos envolvendo os índios e os fazendeiros da cidade. Pela carta do juiz fica-se sabendo que ele tinha recebido os índios para ouvir suas reivindicações e comunicar-lhes que o presidente da província havia autorizado a concessão de terras a eles. No entanto, nessa audiência, os índios declararam-lhe: “que decididamente não aceitavão essas terras em qualquer lugar que fossem situadas e que só lhes convinhão campos onde pudessem ter suas criações e proximo desta cidade afim de civilizarem-se, sendo que deixão perceber que inicialmente-lhes convem os campos que estão denominados de Atalaia e Sepultura”.¹⁸

Em seguida o juiz de Guarapuava aconselhou que, devido à resposta dos índios, não era conveniente fazer despesas com a medição de terras que os índios não aceitassem, e propôs a compra das terras de campos nas condições definidas por eles. As negociações com os índios continuaram a ser mediadas pelo juiz Ernesto D. Laranjeira. Em 18 de março ele enviou novas informações ao presidente da província. Antes, em 4 de março, o presidente lhe enviara ofício dizendo não ser possível efetuar a compra dos campos de Atalaia e Sepultura, desejados pelos índios, e que era para ele empregar todos os meios a fim de convencer os Kaingang a aceitarem outras terras. Mas os esforços do juiz foram em vão. Os índios recusaram novamente a proposta do governo provincial e disseram que estavam dispostos a ir a Curitiba falar com o presidente. Caso ele não resolvesse a contento,

¹⁷ PARANÁ. Governador (1877 - 1878 Oliveira Júnior), 7 fev. 1878, p. 10.

¹⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 9 fev. 1878, p. 187, (doc. manuscrito).

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

eles iriam até o Rio de Janeiro falar com o imperador. Na perspectiva do juiz de Guarapuava, eles estavam irredutíveis e ele não via como convencê-los.¹⁹

Assim terminou 1878, e no ano seguinte entrou em cena nas negociações com os Kaingang o juiz Luís Daniel Cleve, também de Guarapuava. Dando cumprimento às ordens do presidente da província, exaradas em outubro de 1879, Daniel Cleve escreveu em 24 de dezembro que escolheu para:

(...) cacique dos índios aldeados de Guarapuava o índio Francisco Luiz Tigre, attendendo que é filho legitimo de Luiz Tigre Gacom, cacique que foi no tempo da Atalaia e ali morreu em defeza da aldêa - por saber ler e escrever, e peço a V. Exa. que se digne confirmar esta escolha.²⁰

Os principais líderes indígenas que atuavam na época eram, de acordo com o juiz Cleve, os caciques Bandeira, Paulino e Francisco Luís Tigre. Este último era filho do conhecido cacique Luís Tigre Gacon, morto em combate em 1825, na defesa do aldeamento de Atalaia, quando este foi atacado pelos Kaingang que resistiam à conquista nos Koran-bang-rê. Passados 55 anos, Luís Tigre queria retomar os territórios ancestrais de seu povo no antigo aldeamento de Atalaia. Tanto que ele vivia,

(...) com sua tribo no campo da Atalaia, que outr'ora era dos índios e hoje pertencem a particulares. Não tem sido possivel, por enquanto retiral-os d'ali, mas espero que isso conseguir-se-ha logo que esteja definitivamente creada a aldea, de cuja fundação se esta tratando. Estes índios, que são em numero de 40 individuos de ambos os sexos, vivem das roças em que cultivam cereais, em diminuta escala.²¹

Comentando a situação dos índios em Guarapuava, em março de 1879, o presidente Rodrigo O. de O. Meneses, viu na falta de direção em que ficaram os Kaingang, com a morte de Viri e Konda, um dos motivos da revolta e desobediência desses índios. Eles estavam ameaçando as populações da localidade, pretendendo

¹⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 18 mar. 1878, p. 154, (doc. manuscrito).

²⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 24 dez. 1879, p 2, (doc. manuscrito).

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

justificar esse procedimento com o facto de terem sido esbulhados de terrenos nos lugares denominados - Atalaya e Sepultura - terrenos que são do domínio particular.²² Menezes procurou resolver o impasse pedindo autorização do governo imperial para medir uma área de terreno devoluto para colocar os índios e uma gratificação de 20\$000 mensais a cada um dos caciques dos locais em conflito, dando-lhes o carácter de diretores do aldeamento. A autorização do governo imperial tinha sido concedida em 22 de agosto de 1878, e imediatamente ele expediu ordens para o juiz de Guarapuava escolher as terras a serem postas a disposição dos índios.

Ainda em 10 de março de 1879, os índios de Guarapuava estiveram em Curitiba solicitando objetos. O encarregado do serviço de colonização disse ter gasto 42\$600 em objetos doados aos caciques Francisco Gacon, Paulino Dotahy e Joaquim Lehereu.²³ Tudo indica que Paulino e Joaquim eram caciques subalternos a Francisco Luís Tigre Gacon, pois no relatório de Dantas Filho, de 1880, aparece um Paulino como cacique subordinado a Francisco que vivia em Atalaia.

Ao mesmo tempo em que reivindicavam seus territórios ancestrais em Atalaia e Sepultura, outros grupos Kaingang estavam estabelecendo seus emá (moradias) ao longo do vale do rio Ivaí. Por essa época o delegado de polícia de Guarapuava informou que vários grupos de índios Kaingang, vindos de São Jerônimo da Serra, São Pedro de Alcântara e dos campos do Paiquere, estavam se concentrando, havia mais de dois anos, nas proximidades do rio Marrecas, na estrada que ligava Guarapuava à colônia Teresa Cristina. Esses grupos que estavam se reunindo no rio Marrecas, mais os da colônia Teresa Cristina, iam sempre a Guarapuava solicitar das autoridades vestuário, ferramentas, pólvora, chumbo e alimentos. Também solicitavam engenhos e alambiques para o fabrico de açúcar e aguardente.

Ao mesmo tempo em que havia uma mobilização de vários grupos Kaingang para reaver seus territórios de Atalaia e Sepultura nas proximidades de Guarapuava,

²¹ PARANÁ. Governador (1879 - 1880 Dantas Filho), 16 fev. 1880, p. 42.

²² PARANÁ. Governador (1878 - 1879 Menezes), 31 mar. 1879, p. 77.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

percebem-se outros grupos ocupando terras no vale do alto Ivaí e nas proximidades do rio Marrecas.

Em 10 de janeiro, Daniel Cleve escreveu ao presidente da província comunicando o local definitivo para instalação do aldeamento indígena na comarca de Guarapuava: “Havendo-me o antecessor de V. Exa, o exmo. Snr. Dr. Rodrigo Ocatavio de Oliveira Menezes, autorizado, em ofício de 24 de Dezembro de 1878, a proceder a medição de terrenos devolutos, destinados para o aldeamento dos índios que necessitam da fundação de um nucleo e de terras de cultura afim de render-se á vida civilizada, escolhi, como localidade mais apropriada, e tendo em vista o recomendado no já citado ofício, as terras á beira da estrada da Therezina, no lugar denominado Marrecas, escolha que pelo antecessor de V. Exa foi aprovada”.²⁴

As turmas de medição já estavam trabalhando no traçado da área e Cleve solicitou a quantia de 500\$000 para as despesas relativas a essa tarefa. No dia 18 de março o juiz de direito de Guarapuava, Ernesto D. Laranjeira, escreveu ao presidente da província informando-o de que já havia índios estabelecidos no rio Marrecas:

“Aproveito o ensejo para declarar a V. Exa. que os outros índios que se achão estabelecidos no lugar denominado - Marrecas - desejão que sejam medidas as terras por elles aproveitadas afim de ficarem legitimadas suas posses”.²⁵

Dois meses depois, Luís Daniel Cleve escreveu ao presidente Dantas Filho informando-o de que iria iniciar a medição das terras destinadas aos índios:

“Tenho a honra de acuzar a recepção da Circular de 23 de Dezembro de 1878 e do offício datado de 24 do mesmo mez em que V.Exa houve por bem autorizar-me as proceder a medição de terrenos devolutos destinados para o aldeamento dos índios que vivem sem residencia fixa, já em terras nacionais, já em terras de particulares”.²⁶

²³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício.** 10 mar. 1880, p. 112, (doc. manuscrito).

²⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício.** 10 jan. 1879, p 143, (doc. manuscrito).

²⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício.** 18 mar. 1878, p. 154, (doc. manuscrito).

²⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício.** 15 maio. 1879, p 142, (doc. manuscrito).

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

No entanto, o juiz Cleve tinha dúvidas se conviria dividi-las em lotes ou deixá-las serem cultivadas em comum, demarcando apenas a área da aldeia com suas dependências. Outra dificuldade que ele adiantou ao presidente era quanto à boa escolha de um local apropriado para a aldeia, como queriam os índios; as terras próximas de Guarapuava já estavam ocupadas. Daniel Cleve também solicitou recursos para medição das terras e estabelecimento do aldeamento, mas a Tesouraria da Fazenda negou tais recursos. No dia 12 de agosto, a Tesouraria informou ao presidente da província que, do crédito consignado para o exercício de 1878-79, da verba da catequese e civilização dos índios, nenhuma importância tinha sido destinada,

(...) a despesa que se tem de fazer com o estabelecimento do aldeamento de que trata o Juiz Comissario do municipio de Guarapuava no incluso officio de 15 de Maio ultimo, e que foi remetido para informar com despacho de V. Exa de 7 do mez seguinte; penso, portanto, que sem autorisação do Ministério d'Agricultura Commercio e Obras Publicas não pode ter lugar a entrega da importancia requisitada pelo dito Juiz Comissario.²⁷

Foram várias as correspondências entre o juiz Luís Daniel Cleve e o presidente da província durante o ano de 1879. Em 11 de julho, ele escreveu relatando as dificuldades encontradas na escolha do local para o futuro aldeamento dos índios:

“Foram sérios os embaraços que encontrei na escolha da localidade mais apropriada, pois são os indios em extremo exigentes e as diversas hordas não concordam entre si, vivendo cada uma com seu cacique em lugar distincto, e frequentes vezes em hostilidade aberta com a tribo vizinha”.²⁸

Ele disse ter procurado conciliar as opiniões diferenciadas dos vários grupos, tendo em vista a opinião dos grupos mais numerosos. No entanto, parece que prevaleceu a opinião dos fazendeiros de Guarapuava quanto ao local do futuro aldeamento dos Kaingang (...) de acordo com o Exmo Snr. Barão de Guarapuava e a Camara

²⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 12 ago. 1879, p 221, (doc. manuscrito).

²⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 11 jul. 1879, p. 145-147, (doc. manuscrito).

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Municipal, nas imediações desta cidade, onde haviam terras devolutas apropriadas, a beira do caminho que vae terminar em Therezina, nas ferteis margens do Ivahy.²⁹

Pelos relatos de Cleve, havia forte discordância entre os índios sobre o local do aldeamento:

“Não há muitos dias deu-se uma rixa entre duas parcialidades a vista da turma empregada no serviço da medição, e bastante custou apaziguar-os. Talves não seja estranho a V. Exa. o facto de viverem essa gente (principalmente os descendentes das hordas dos Cames e Votorões) ameaçando os proprietarios dos campos da Atalaia, que em 1818 foram rezervado para o aldeamento”.³⁰

Parecia estar configurado que uma parte dos índios, no caso os descendentes dos moradores dos Koran-bang-rê, estavam dispostos a recuperar seus antigos territórios, doados a eles em forma de sesmaria, e em seguida ocupados pelos fazendeiros, nos arredores da antiga fortaleza de Atalaia, nas proximidades de Guarapuava e outro grupo havia aceitado a proposta do governo e dos fazendeiros, de se fixarem nas margens do rio Marrecas, na estrada para Teresa Cristina. Os índios que queriam recuperar as terras dos seus ancestrais nos Koran-bang-rê pressionavam de todas as maneiras. Ameaçavam os invasores brancos, invadiam e edificavam cabanas nesses terrenos, queixavam-se junto às autoridades locais e até ao presidente da província, emfim, incomodando por todos os meios a sue alcance, promettendo o emprego de força armada. O juiz Cleve e outras pessoas importantes da cidade faziam tentativas no sentido de dissuadir os índios do seu intento de se fixarem nos campos de Atalaia e Sepultura, com promessas e presentes. Mas os índios estavam irredutíveis:

(...) mas estes indios, Exmo. Snr. (...) não obedecem a outra voz que do mando, não conhecem outra autoridade que o dos seus despoticos caciques, e estes só respeitam a authoridade superior expressamente nomeada para dirigil-os.³¹

²⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 11 jul. 1879, p. 145-147, (doc. manuscrito).

³⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 11 jul. 1879, p. 145-147, (doc. manuscrito).

³¹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 11 jul. 1879, p. 145-147, (doc. manuscrito).

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Com certeza os Kaingang conheciam as estruturas dos poderes oficiais, no caso a Câmara Municipal, juizes, delegados de polícia e sabiam que estavam subordinados a uma esfera superior, no caso a Diretoria Geral dos Índios da província, por isso não obedeciam às ordens desses outros poderes. Tanto que o juiz Daniel Cleve queixou-se da ausência da diretoria dos índios no local e pediu a nomeação e a presença de um diretor para a comarca de Guarapuava. Deve-se também considerar aqui o interesse de Cleve em ser nomeado para esse cargo.

Em 29 de julho, temos um outro ofício de Daniel Cleve comunicando a ocorrência de desavenças entre os índios:

(...) hontem vieram alguns índios fazer queixas por ter-se dado novo conflito donde, segundo informa o agrimenssor ahi empregado resultou sahir uma pessoa com o braço fracturado e espancaram o conductor de viveres da turma, tambem indio.³²

Mais uma vez Cleve solicitou a nomeação de um diretor dos índios para a localidade a fim de colocar ordem nas desavenças, que poderiam desembocar num conflito de maiores proporções, atingindo as populações brancas desses territórios. A resposta à sua reivindicação foi dada em 15 de setembro por Hipólito Alves de Araújo, diretor geral dos índios da província, que também respondeu ao presidente Dantas Filho sobre a proposta do juiz de Guarapuava, Daniel Cleve, de se criar o aldeamento de Marrecas.

(...) julgo de grande vantagem para a cathequese dos indios, tranquilidade e segurança dos habitantes de Guarapuava o aldeamento das duas tribus de que trata o citado officio creando-se no sitio Marrecas d'aquelle municipio que para esse fim esta sendo medido, uma aldea para cujo Diretor proponho á V. Exa na forma do art 2º do Dec. n. 426 de 24 de julho de 1845 o cidadão Luiz Daniel Cleve, o qual possui habilitações para o bem desempenhar essa comissão e se tem mostrado zeloso pelo melhoramento social dos aborigines, devendo a sua jurisdição comprhender os indios de todo o municipio de Guarapuava.³³

³² ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 29 jul. 1879, p. 10-11, (doc. manuscrito).

³³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 15 set. 1879, p. 141, (doc. manuscrito).

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

A sugestão do diretor dos índios foi aceita pelo presidente Dantas Filho, que:

(...) resolveu por acto de 25 de Outubro ultimo, nomear para o lugar de director dos indios da comarca de Guarapuava o cidadão Luiz Daniel Cleve, não só por se achar investido no cargo de juiz commissario do municipio, e a quem fora incumbido, pelo meu antecessor, discriminar terras para o estabelecimento de indios, que errão n'aquellas paragens, como porque possui grande copia de conhecimentos á cerca dos costumes da raça aborigine.³⁴

Em fins de novembro, estava pronta a medição das terras do futuro aldeamento para os Kaingang no vale do rio Marrecas.³⁵ Num outro ofício, do dia 28 de novembro, ele fez um relatório detalhado sobre as terras de Marrecas:

“Exa. pelos mesmos autos e da respectiva planta, verá que a area medida importa em 35.164,979. 3/10 braças quadradas, com a circunferência de 26.510 1/5 braças lineares. Não tendo ordens precisas sobre a total extensão de terrenos a dar para os indios, tive escrupulos em medir uma area maior, e consultei nesse sentido V. Exa. o snr. Barão de Guarapuava que, como eu, estava convencido que medir uma area menor seria terreno insuficiente para o numero de indios que existem e corriamos o risco de perder todo o trabalho e despesas.”³⁶

Cleve lamentava não ter estendido a demarcação até as margens do rio Ivaí, o que implicaria uma área quatro vezes maior que a medida. No entanto, ele disse estar seguindo as determinações do presidente Rodrigo Otávio, de colocar o aldeamento o mais próximo possível de Guarapuava; por isso as medições iniciaram-se a partir do rio Marrecas e não do rio Ivaí, apesar da enorme quantidade de terras existentes ao longo da estrada para Teresina, e também por já existir um pequeno núcleo de famílias morando junto ao rio Marrecas. Outro fator de escolha desse local foi que: (...) as terras marginais do pequeno rio Marrecas consistem em grande parte em mattas de pinhais, que se elevam sobre consideraveis extensões de plantas de

³⁴ PARANÁ. Governador (1879 - 1880 Dantas Filho), 16 fev. 1880, p. 42.

³⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 24 nov. 1879, p. 2, (doc. manuscrito).

³⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 28 nov. 1879, p. 74-77, (doc. manuscrito).

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

variadas ordens de gramineas, terras apropriadas para fornecer pasto ao gado vaccum, cavallar e suino que os indios muito desejam criar. Escolhi por todas estas razões, o terreno representado na planta, tendo o cuidado que abrangesse bastantes mattas proprias para a agricultura, faxinaes e terras de pastagens, regadas no centro pelas aguas do Marrecas e seus pequenos tributarios deixando ficar a direita a estrada velha da Therezina”.³⁷

Definida a escolha do local, mais uma vez foi visto índios preferindo os campos com as matas de pinheiros (araucárias). Tendo sido nomeado diretor dos índios em Guarapuava, Daniel Cleve indicou medidas para formar com sucesso o aldeamento em Marrecas. O primeiro ponto seria dar um ordenado aos caciques para que eles mantivessem suas respectivas tribos em ordem e obedientes. Essa seria uma medida fácil, porque alguns desses caciques já haviam recebido, em 1878, soldos do Ministério da Agricultura. A segunda medida seria uma verba para comprar ferramentas, tecidos e utensílios. Assim que os índios souberam que Cleve era seu diretor, passaram a lhe pedir uma quantidade enorme de objetos e ele tinha claro que sem presenteá-los seria impossível chamá-los ao trabalho. O terceiro ponto seria que houvesse no aldeamento ao menos um mestre-escola caso não fosse possível contratar um padre. Por último, ele sugeriu a criação de uma colônia de nacionais entre Teresa Cristina e o aldeamento indígena de Marrecas, à beira da estrada que ligava a primeira a Guarapuava.

Dando cumprimento às ordens do presidente da província, exaradas em outubro de 1879, Daniel Cleve escreveu em 24 de dezembro que tinha escolhido para cacique dos índios em Guarapuava o índio Francisco Luís Tigre. Na seqüência, temos algumas informações referentes aos caciques Kaingang que se instalaram nas terras do rio Marrecas. De acordo com o relatório de Luís Daniel Cleve, reproduzido pelo presidente Dantas Filho no seu relatório de fevereiro de 1880, o cacique Felizardo, subordinado a Luís Tigre, residia em Marrecas, á beira da estrada que vae para Therezina. Tem consigo poucos indios,³⁸ Outro cacique subordinado a Luís Tigre

³⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 28 nov. 1879, p. 74-77, (doc. manuscrito).

³⁸ PARANÁ. Governador (1879 - 1880 Dantas Filho), 16 fev. 1880, p. 42.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

que vivia nas terras do rio Marrecas era José Cafang. De acordo com o presidente Dantas Filho, José Cafang morava com sua gente na margem do rio Marrecas, no lugar indicado na planta da medida das terras destinadas á fundação da aldeia, e contava com 50 a 60 pessoas em seu emá.³⁹ Para esse cacique, Daniel Cleve distribuiu, em 30 de maio, a quantia de 24\$100 (mil réis) em tecidos para confecção de roupas. No dia 6 de junho, distribuiu mais 8\$810 aos índios de Marrecas.⁴⁰

Em 14 de junho de 1880, Daniel Cleve informou em carta às autoridades imperiais que no dia 4 desse mês, tinha formado o primeiro aldeamento nas margens do rio das Marrecas. Queixou-se de que tinha de formar mais aldeamentos, mas que, com a verba de apenas um conto de réis por ano, conforme autorização da Assembléia provincial, muito pouco poderia ser feito. E os Kaingang pressionavam por mais recursos. Eles querem aldear-se e me tem atormentado continuamente. (...) O que hei de fazer com tão escassos recursos? Vou dando o que posso, consolo-os para o futuro, prometto alcançar auxilio do Governo.⁴¹

Por fim, em 9 de novembro de 1880, Cleve acusou o recebimento do título de posse das terras destinadas aos índios, remetido pela secretaria da presidência da província.⁴² Com isso foi dado um passo definitivo a desterritorialização dos grupos Kaingang dos Koran-bang-rê. Com o tempo os grupos que reivindicavam os territórios de Atalaia e Sepultura foram se transferindo para a área demarcada de Marrecas, que também se tornou o local de fixação das populações Kaingang que estavam com seus emá no vale do rio Ivaí e nos territórios entre os rios Iguaçu, Piquiri e Ivaí.

A partir do final dos anos 1870, também vamos ter a presença dos Kaingang, que habitavam os campos entre os rios Ivaí e Iguaçu, em Curitiba reivindicando recursos e terras. Em 2 de junho o dono de uma hospedaria, Gabriel de A. Torres, enviou

³⁹ PARANÁ. Governador (1879 - 1880 Dantas Filho), 16 fev. 1880, p. 42.

⁴⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 26 out. 1880, p. 40-42, (doc. manuscrito).

⁴¹ CLEVE, Luiz Daniel. Carta a Bernardo Pinto. In: **Memória sobre os campos de Palmas e Guarapuava por Luiz D. Cleve dirigido ao Ministério da Agricultura em 15/04/1878**. Biblioteca Nacional, microfilme, 67-69.

⁴² ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 9 nov. 1880, p. 148, (doc. manuscrito).

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

uma cobrança ao presidente da província no valor de 43\$200, relativa à hospedagem de 24 índios que ali tinham estado no mês de maio.⁴³ Em julho também tivemos índios em Curitiba, na hospedaria de Gabriel A. Torres; este solicitou o pagamento de 20\$000 importância de tres dias de alimentação a deis índios que por ordem de V. Exa forão recolhidos na hospedaria no meis passado.⁴⁴ Pela documentação do diretor geral dos índios, os Kaingang que estiveram em Curitiba no mês de julho foram os do grupo do cacique Luís Cleve. Eles tinham seus emá (aldeias) na localidade denominada Campos do Moron (Campo Mourão).

“Envio a presença de V. Exa, com as cartas inclusa do Vigário de Guarapuava o cacique que se denomina Luiz Cleve, residente no Campo de Moron, o qual é acompanhado por algumas pessoas de sua tribu e vae pedir a V. Exa ferramentas, roupas e armas. Esta pobre gente vem de enormes distancias em procura destes recursos”.⁴⁵

Assim, o diretor dos índios do Paraná, Hipólito Alves de Araújo, recomendou da sua residência em Palmeira os Kaingang do grupo do cacique Luís Cleve ao presidente da província. A recomendação de Hipólito A. de Araújo e as cartas do vigário de Guarapuava chegaram às mãos do presidente Dantas Filho no dia 4 de julho, e no mesmo documento temos um despacho dele autorizando o fornecimento de algumas baetas e gastos até a quantia de 3\$000. Conforme a carta do cônego A. Braga de Araújo, datada de 29 de maio de 1879, os índios tinham chegado a Guarapuava no dia 25 de maio. Eles eram:

(...) trezentos índios, mais ou menos, inclusive crianças, vindos todos do campo denominado = Moron = e mto poucos do Paequerê. Os seus chefes (caciques) são 4, e estes apenas chegarão, estavam a perguntar = pelo Snr Brigadeiro, seu Diretor,

⁴³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 2 jun. 1879, p 197, (doc. manuscrito).

⁴⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 16 ago. 1879, p. 172, (doc. manuscrito).

⁴⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 30 jun. 1879, p. 99-91, (doc. manuscrito). A denominação desses campos aparece de diversas formas na documentação da época: Moron, Moiron, Moiram, Mourão. A designação desses campos, entre os rios Ivaí e Piquiri, hoje município de Campo Mourão e adjacentes se deve ao governador da capitânia de São Paulo Dom Luiz Antonio de Souza Mourão, Morgado de Mateus, que a governou de 1765 a 1775 e nesse período enviou várias expedições exploradoras à região. Para maiores detalhes de seu governo, ver Heloísa Liberalli BELLOTTO. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**, São Paulo, 1979.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

e lhes respondi q. o Snr. Brigadeiro não residia aqui e sim na villa da Palmeira, parecendo-nos q. ficarão elles com isto bem descontentes e contrariados.⁴⁶

Os Kaingang vindos dos campos a oeste e noroeste de Guarapuava chegaram à cidade com a intenção de negociar com as autoridades competentes, no caso o diretor geral dos índios, que eles pensavam residir em Guarapuava. Talvez ainda achassem que o diretor dos índios fosse o fazendeiro Rocha Loures, que vivia em Guarapuava, por isso seu descontentamento, mas apresentaram ao cônego Braga a intenção de fixarem seus emá nos ditos Campo Moron (Campo Mourão), distantes quatorze léguas de Guarapuava. Pareciam conhecer a sistemática de funcionamento dos aldeamentos oficiais, pois muitos deles já tinham vivido ou tido contato com índios dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo, tanto que colocaram para o cônego que o aldeamento deveria ser sustentado e conservado pelo governo, e deveria ter um subdiretor e um regulamento. Disseram que já tinham feito uma estrada para o Campo Mourão, que podia ser transitada a cavalo, estrada essa já conhecida por algumas léguas pelas populações de Guarapuava. Essa estrada, que os índios disseram ter construído, podia ser a picada da expedição Rebouças, de 1868, que saiu de Guarapuava e foi até abaixo da corredeira do Ferro, no rio Ivaí, passando a leste e a norte dos ditos campos.

“A mor parte destes indios já está voltando pa suas residencias. Entretanto, alguns delles resolverão ir apresentar-se à V. sa., e são portadores desta, com o fim de pedir-lhe alguns recursos e se for conveniente, irão à Capital, incaminhados por V. Sa., a fim de se apresentarem à Presidencia da Província”.⁴⁷

Dos trezentos índios que estiveram em Guarapuava em fins de maio, dez resolveram levar suas reivindicações ao diretor dos índios em Palmeira; lá chegaram um mês depois, em 30 de junho, e em seguida foram encaminhados para Curitiba, onde estiveram em princípio de julho.

⁴⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 30 jun. 1879, p. 99-91, (doc. manuscrito).

⁴⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 30 jun. 1879, p. 99-91, (doc. manuscrito).

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

O item da catequese e civilização dos índios, no relatório do presidente Dantas Filho de janeiro de 1880, traz como a grande questão a ser resolvida o aldeamento dos 2.500 índios Kaingang que estavam espalhados nos territórios a oeste e noroeste de Guarapuava, nos famosos campos de Pahy-ke-rê, tanto nos vales dos rios Ivaí e Piquiri como nos campos dos divisores das águas desses rios. Dantas Filho utilizou como referencial o relatório que Daniel Cleve lhe enviou em fins de 1879 sobre a situação desses índios. Uma das providências tomadas no ano anterior, para o encaminhamento dessa questão, foi a nomeação de Luís Daniel Cleve como diretor dos índios de toda a comarca de Guarapuava. Cleve tinha caído nas graças do presidente por haver encaminhado com razoável sucesso a transferência dos índios dos campos de Atalaia, nas proximidades de Guarapuava, para o novo aldeamento de Marrecas. Nessa época Cleve lhe fez um quadro da situação dos índios na comarca de Guarapuava:

CHEFES	Francisco	Tigre Gacon	Bandeira	Paulino	Desconhecido
Residencias	Atalaia	Marrecas	Campo Moiron	Therezina	Pai Querê
Caciques Subalternos	Paulino Tigre	Felizardo, e José Cafang	Mayor, Gregorio, Henrique		
Numero de indios	40	62	200	200	2000
TOTAL					2502

Pondera ainda o director, ser da maior urgencia reunir todos estes indios em uma só aldêa, ou, quando não, deixal-os divididos em dous aldeamentos, um principal em Marrecas e outro no campo Moiram e que um estabelecimento d'esta ordem, sendo bem administrado, tendo um padre e um mestre escola, em breve tempo contará em seu seio 2.500 individuos trabalhando pela prosperidade desta esperançosa provincia.⁴⁸

⁴⁸ PARANÁ. Governador (1879 - 1880 Dantas Filho), 16 fev. 1880, p. 43.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

A estratégia da conquista continuava sendo a mesma desde 1845 quando foram implantados as primeiras Colônias Indígenas: o governo imperial e as elites locais pensavam que poderiam reunir em aldeamentos os vários grupos que estavam dispersos, catequizá-los com ajuda da Igreja, civilizá-los através do trabalho e apropriar-se de seus territórios. Assim, pretendiam transferir os Kaingang dos territórios do oeste de Guarapuava para os aldeamentos do rio Marrecas no alto Ivaí. Essa era a estratégia dos conquistadores brancos; os Kaingang dos Pahy-ke-rê tinham outra. Eles, que no primeiro momento reagiram à conquista atacando as fazendas que se implantavam em seus territórios, no segundo momento aproximaram-se dos aldeamentos religiosos e procuraram tirar o máximo de proveito desses estabelecimentos. Agora, no final da década 1870, estavam abrindo uma nova fase em contraposição à guerra de conquista que os brancos lhes moviam; iniciaram as demandas pelas demarcações de territórios já ocupados por seus grupos. Nesse sentido eles forçavam o poder provincial a demarcar novas áreas que iam muito além das definidas nos aldeamentos religiosos.

Para a instalação do novo aldeamento de Marrecas, e atração dos índios que viviam nos vastos territórios do oeste e noroeste da província, não havia verbas, e para qualquer gasto nesse sentido deveria ser solicitada a autorização do Ministério da Agricultura, conforme aviso de 19 de julho de 1880. Esse aviso reiterava as ordens expedidas pelo Ministério: de não se fazer despesa alguma, na verba da catequese e civilização dos índios, além daquelas já estabelecidas no orçamento. No entanto, por ordens do presidente da província anterior, Daniel Cleve tinha feito despesas com a distribuição de brindes aos Kaingang. Conforme documento enviado à presidência da província, ele tinha distribuído, em 30 de maio, ao cacique José Kafang, do novo aldeamento de Marrecas, a quantia de 24\$100 mil réis em panos para confecção de roupas. No dia 31 distribuiu 42\$520, também em tecidos, aos índios dos campos de Moiram (Campos do Mourão). No dia 6 de junho distribuiu mais 8\$810 aos índios de Marrecas. E em 14 desse mesmo mês distribuiu tecidos ao cacique Paulino de Teresina no valor de 49\$440. Essas despesas totalizaram 124\$870. Enviada a conta à Tesouraria para o pagamento, ela informou que não

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

constava nos arquivos daquela repartição nenhuma autorização para semelhante despesa.⁴⁹

A distribuição dessas mercadorias era uma das formas que Cleve tinha para estabelecer contato amistoso com os índios, principalmente com os que ainda estavam arredios, morando nos campos divisores de águas dos rios Ivaí e Piquiri. Os brindes ao cacique Bandeira tinham-lhe aberto às portas de seus territórios. Tanto que Cleve informou:

Seguem dentro em poucos dias algumas pessoas, acompanhadas pelo cacique Bandeira, o interprete (...) Cavalheiro, para o campo Moiram, afim de reconhecer as localidades e observar os toldos e tribus ali existentes, visto que os caciques ali instam pela fundação de um aldeamento.⁵⁰

Assim escreveu novamente Cleve ao presidente em 29 de novembro de 1880:

Ilmo e Exmo Sr. - Tendo diversas hordas de índios selvagens, capitaneadas pelos caciques Bandeira, Gregorio, Jangjô e outros, residentes nas margens do rio Piquiry e afluentes do Corumbatay, vindo em repetidas vezes implorar o auxilio do governo para abandonar a vida de selvagem e entrar no gozo das vantagens da civilização, tem-se procurado affagal-os por todos os modos, já dando-lhes ferramentas e roupa, já prometendo aldeal-os, proteger os aldeamentos e o andamento da catechese, o que muito contente se mostraram e pediram se fosse visital-os nos seus toldos.⁵¹

O Diretor Geral dos Índios em Guarapuava repetiu o discurso dos Kaingang que foram procurar as autoridades nessa cidade para o estabelecimento de negociações sobre seu aldeamento. Que os Kaingang queriam o auxílio do governo era evidente, muitos deles já tinham tido contato com os aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo e sabiam que, se reivindicassem, o governo poderia reservar-lhes parte de seus territórios, fornecer-lhes ferramentas e equipamentos para o fabrico de açúcar e aguardente, e muitas outras coisas. Agora, quanto a abandonar o modo de

⁴⁹ Sobre as despesas de Cleve ver ainda ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 1 dez. 1880, p. 98, (doc. manuscrito).

⁵⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 26 out. 1880, p. 40-42, (doc. manuscrito).

⁵¹ PARANÁ. Governador (1880 - 1881 Pedrosa), 16 fev. 1881, p. 78.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

vida indígena, isso eram apenas discursos que os Pahy bang (caciques) faziam aos negociadores brancos para convencê-los a apoiar suas demandas junto às autoridades provinciais e imperiais. Mas a questão mais importante que estava em pauta era a defesa de seus territórios. Cada vez mais os índios percebiam que os conquistadores brancos estavam ocupando vastas áreas de suas terras, e que em pouco tempo eles chegariam aos pontos mais próximos de seus aldeamentos; então era necessária a defesa de partes de seus territórios para seu povo. Tanto que tinham reocupado as terras dos campos de Atalaia em Guarapuava, forçaram a demarcação das terras no rio Marrecas e arrancaram a promessa de que o governo protegeria seus aldeamentos, conforme escreveu Daniel Cleve.

“O fazendeiro Norberto Mendes Cordeiro tinha visitado os emá do cacique Bandeira em outubro de 1880; lá foi bem recebido como representante do governo. Os índios solicitaram-lhe auxílio para estabelecimento de um aldeamento, e também um padre, um professor, ferramentas, e prometeram abrir a estrada das suas aldeias até Guarapuava, numa distância de vinte e três léguas. Norberto M. Cordeiro esteve em Curitiba em audiência com o presidente Pedrosa e lhe relatou suas conversas com os índios, deixando o presidente otimista quanto às relações com esses índios.

Tão anciosos estão os selvagens do Piquiry de fazer causa commum comnosco, que se propoem eles a abrir uma picada que dê aos seus toldos e ao Salto das Sete Quedas comunicação facil com Guarapuava. Pedem apenas ferramenta e uma pessoa pratica no serviço para dirigil-os”.⁵²

Em seguida o presidente Pedrosa encarregou o fazendeiro Norberto M. Cordeiro de dirigir os índios na abertura dessa estrada, prometendo-lhe todo o auxílio possível. Sem verbas na rubrica da catequese e civilização dos índios, provida pelo governo imperial, ele se utilizou da verba decretada no orçamento, pela Assembléia Província, para aldeamento dos índios em Guarapuava.

⁵² PARANÁ. Governador (1880 - 1881 Pedrosa), 16 fev. 1881, p. 78.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

“E assim autorizei o director desses indios a despendar a quantia de 300\$000 para coadjuvar a expedição do cacique Bandeira, afim de abrir-se a mencionada picada, despendendo essa importancia com ferramenta e brindes aos selvagens que fossem empregados ao serviço. Tambem autorizei-o a contratar o interprete Felizardo com vencimentos mensaes não excedentes a 30\$000 , para acompanhar a expedição”.⁵³

O esforço do governo provincial para estabelecer relações amistosas com o grupo do cacique Bandeira tinha, alem do propósito de abrir os territórios entre os rios Piquiri e Ivaí para a ocupação, outros objetivos: a abertura da conquista dos territórios entre os rios Piquiri e Iguazu até o rio Paraná, os quais estavam ocupados por grupos resistentes.

“Em Guarapuava alguns cidadãos abastados querem auxiliar a expedição porque comphendem que attrahindo e agradando os indios do Piquiry, terão nelles guardas vigilantes para preservarem-se das correrias de outras tribus ainda bravias. Segundo declarou-me o referido fazendeiro Norberto Mendes, esses novos aliados estão dispostos a ajudar em qualquer expedição para o lado do Iguassu gratuitamente. Convêm aproveitarmos essa boa disposição delles emprhendendo com sua coadjuvação a exploração da zona entre o Piquiry e o Iguassu, até hoje quasi completamente desconhecida e onde asseguram que existem os famosos campos do Pai-querê”.⁵⁴

Após a exposição, o presidente pediu apoio dos deputados provinciais para levar adiante tão importante empresa.

Dentre os caciques que habitavam os campos divisores das águas dos rios Ivaí e Piquiri destaca-se o cacique Gregório. Desde a década de 1860 temos informações sobre ele. Em agosto de 1864 estava aldeado em São Jerônimo com 105 pessoas do seu grupo, conforme informações do presidente da província José Joaquim do Carmo.⁵⁵ Em 1867, Franz Keller escrevia que Gregório se encontrava aldeado no

⁵³ PARANÁ. Governador (1880 - 1881 Pedrosa), 16 fev. 1881, p. 80.

⁵⁴ PARANÁ. Governador (1880 - 1881 Pedrosa), 16 fev. 1881, p. 78.

⁵⁵ PARANÁ. Governador (1864 Carmo), 18 nov. 1864, Anexo 4.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

norte da província, talvez pelo medo que lhes causavam as perseguições que lhes fizeram os caciques Viri e Vitorino Kondá, em anos anteriores, no sul da província. Assim, ainda em 1867, Gregório estava em São Jerônimo, mas alguns anos depois ele e outros caciques já se encontravam nos campos do Mourão. Em fins de dezembro de 1879, Daniel L. Cleve, então diretor dos índios aldeados na comarca de Guarapuava, comunicou ao presidente da província que:

“Em breve poderei dispor de alguns dias, no intervalo da medições, para visitar os diversos toldos disseminados nestas mattas, sendo os mais consideraveis os toldos capitaneados pelos indios Bandeira, Henrique, **Gregório**, e outro cacique não batizado e ainda não rendido a civilização. Assentaram elles seus toldos no Campo Moirão, entre os rios Corumbatahy e Ivahy, vivem da caça e pesca e consta que fazem boas lavouras. Conheço pessoalmente os caciques Henrique e Bandeira, os quaes se tem dado ferramenta e fazenda, e reputo-os de boa idole. Com o fim de receberem visita do diretor geral, abriram o anno passado uma picada atravez do certão em que morão, e se esta for viavel, irei ate seus toldos para verificar o numero de indios existentes ali, e tentarei persuadil-os para virem á vida commum no novo aldeamento das Marrecas”.⁵⁶

Também no relatório do presidente Dantas Filho, de fevereiro de 1880, Gregório aparece como um cacique subordinado ao cacique Bandeira e vivendo com seu grupo nos territórios denominados campo Moiram.

“Bandeira, chefe dos indios que habitam o campo Moiram, tem sob suas ordens 200 pessoas, comprehendendo os caciques Henrique **Gregório** e Mayor. Estes indios, fazem suas roças no valle do Ivahy e plantam a canna de assucar, mas sem tirar della o minimo proveito, por falta de recursos e estradas. Diz esse chefe que mandou abrir um caminho até sahir nos campos de Guarapuava o que se propõe o citado director Cleve a verificar logo que tenha tempo para lhes fazer uma visita”.⁵⁷

⁵⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Ofício**. 24 dez. 1879, p. 2, (doc. manuscrito).

⁵⁷ PARANÁ. Governador (1879 - 1880 Dantas Filho), 16 fev. 1880, p. 42.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Em 1885, os caciques Henrique e Gregório continuavam com sua gente nos campos do Mourão e no vale do rio Corumbataí, nas proximidades da antiga cidade espanhola de Vila Rica, conforme informa José F. T. do Nascimento:

“Disseram-me mais que do Pary com dois dias de viagem para o lado norte chegasse ao campo do Mourão, onde moram os caciques Gregório e Henrique com seus toldos, sendo Gregório um chefe bem respeitado pelos seus; com elle tive boas relações quando cheguei a Guarapuava, onde elle estava nessa ocasião; dei-lhe alguns presentes e pedi-me que fosse a seus toldos, dizendo-me que morava perto da abandonada Villa Rica do Espirito Santo, á margem esquerda do rio Ivahy, onde estive a há seis anos passados. Gregório também não quer sahir dalli para outro lugar”.⁵⁸

Dez anos depois, em 1896, o velho cacique Gregório ainda vivia, e era temido pelas populações brancas que estavam ocupando o vale do médio Ivaí. Na percepção dos caboclos, da vila de Teresa Cristina, que acompanhavam a expedição do general José Cândido da Silva Muricy até as ruínas de Vila Rica, o cacique Gregório era o capitão mais infier e mais gente da nossa matô. Muricy encontrou-se com Gregório nas proximidades do salto Ubá, no rio Ivaí.

“Voltamos-nos imediatamente e demos de cara com um bugre alto de possante corporatura, fisionomia enérgica, de caracteres tigrinos e olhar penetrante. O cenho carregado, profundo vinco entre os olhos, com forte comissura dos lábios grossos e retesados, indicavam pouco ou nenhum habito de sorrir. Qual seria sua idade? Impossível dizer”.⁵⁹

O local do encontro do General Muricy com o cacique Gregório, em 1896, nos leva a supor que ele ou tinha-se mudado para as proximidades do salto Ubá, no rio Ivaí, uns setenta quilômetros a sudeste de seus emá das proximidades de Vila Rica, aceitando as propostas dos brancos para ali se fixar, ou seus territórios abrangiam

⁵⁸ NASCIMENTO, José F. T. do. Viagem feita por José F. T. do Nascimento pelos sertões de Guarapuava, Província do Paraná e relações que teve com os índios coroados mais bravios daquelles lugares. **RIHGB**. Rio de Janeiro, n. 49, v. 73, pt 2, p. 276, 1886.

⁵⁹ MURICY, José Cândido da Silva. **Viagem ao país dos jesuítas**. Curitiba, [1896]1975, p.167.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

toda a região entre os rios Ivaí e Corumbataí, e naquele momento, inverno de 1896, ele estava com sua gente - em torno de duzentos e cinqüenta a duzentos e setenta pessoas - nas corredeiras da Bufadeira, próximas ao salto Ubá, aproveitando a abundância de peixes que existia no local. Essa corredeira, nos dizeres de Muricy, tinha oitocentos metros de largura e mais de um quilômetro de comprimento, (...) terminando, na parte inferior, por um grande Parí construído pelos Caingangues que habitam o toldo da Bufadeira. Havia poucos dias, êsse Parí lhes dera uma grande carga de peixes cuja moqueada estavam terminando naquela ocasião, sendo o pescado manteado e exposto ao sol em grandes varais sôbre altas forquilhas. Estavam sofrendo essa operação, assim desdobrados em mantas, quase duzentos grandes peixes, suruí, pintados, magurujú, pacus e outros, apanhados antes que um cardume maior, de milheiros de peixes grandes, descendo o rio após a desova, tivesse arreventado o Parí e escapado.⁶⁰

O certo era que Gregório esteve presente por toda a segunda metade do século XIX nos territórios do norte e oeste do Paraná, e comandou as relações de seu povo com as populações brancas que iniciavam a ocupação do vale do Ivaí. Quando foi preciso aldear, ele levou sua gente para o aldeamento de São Jerônimo. Quando foi preciso abandonar o aldeamento oficial do Império, ocupou com seu povo os campos do Mourão, e no final de sua vida liderava um grande grupo de quase trezentos indivíduos e ainda impressionava com sua postura o experimentado general curitibano.

Assim como os grupos comandados pelos caciques Bandeira é possível que os liderados pelo cacique Gregório também tenham se fixados nas terras demarcadas do aldeamento de Marrecas.

A Terra Indígena Marrecas, foi a primeira área reservada a um grupo indígena no Paraná, ainda no período provincial, que certamente serviu como exemplo para outros grupos efetuarem a mesma reivindicação anos seguintes. Apesar da redução ocorrida em 1949, ela é prova que mesmo após tantas políticas contrárias aos

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

interesses dos índios, desenvolvidas pelo estado e pelas elites locais eles não foram capaz de extinguir os Kaingang dos Koran-bang-rê que mantiveram parte dos seus antigos territórios na atual Terra Indígena de Marrecas.

5.3.11.5. A Terra Indígena Marrecas: Modo de Vida Atual e Relações Interculturais**Dados Gerais e aspectos físicos**

A Terra Indígena Marrecas está localizada no município de Guarapuava e Turvo, na região Central do Paraná. Ocupa uma área de 16.838,5994 ha., no rios Marrecas e seus interflúvios com os rios São Francisco a direita e Cachoeira a esquerda.

A T.I. Marrecas é o primeiro território titulado das populações indígenas no Paraná. Foi concedido aos índios Kaingang em 30/09/1880 pelo presidente da Província do Paraná, o título de legitimação de posse das terras no rio Marrecas com 17.019 há. Em 1949, esse título foi transcrito no CRI da Regional do Serviço de Proteção ao Índio – SPI de Guarapuava. Mais tarde no ano de 1982, um convênio entre a FUNAI e o Instituto de Terras e Cartografia do Paraná demarcou a área e após correções concluiu que ela tem 16.838 há. Finalmente em 1984 a Portaria n° 1620/E/84 da FUNAI declara a área de domínio da comunidade Kaingang e é homologada pelo Decreto n° 89.495, de 29/03/84. (<http://www.funai.gov.br/mapas/fundiario/pr/pr-marrecas.htm>)

Localizada no terceiro planalto paranaense na Serra da Esperança, a T.I. Marrecas apresenta relevo recortado com altitudes variando de 800 a 1.100 m.

A vegetação em sua vasta extensão é composta de Floresta Ombrófila Mista com extensos pinheirais (araucária) e com algumas manchas de campos formadas em antigas áreas de agricultura e pastagens.

⁶⁰ MURICY, José Candido da Silva. **Viagem ao país dos jesuítas**. Curitiba, [1896]1975, p.165.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

A rede hidrográfica da T. I. Marrecas é constituída pelo rio Marrecas, que a corta de Sul a Norte, e seus afluentes menores como os rios Banhado e Pessegueiro na margem direita e Arroio Fundo e outros da margem esquerda. Ainda na porção oeste da T.I Marrecas encontramos o rio Lageado que deságua no rio Cachoeira.

População

A população da T.I. Marrecas é constituída de 608 pessoas, sendo 570 da etnia Kaingang, e 38 da etnia Guarani, conforme as informações do Cacique Dorival Jeka:

Aldeia	Etnia	N. de Pessoas
Marrecas Sede	Kaingang	570
Koeju	Guarani	38
Duas aldeias	Duas Etnias	608

A população Kaingang atual faz parte das antigas populações Kaingang que viviam nos extensos campos de Guarapuava, vale do rio Piquiri e Ivaí e foram descritas desde o século XVII pelos padres da Companhia de Jesus, viajantes, militares e estudiosos que percorreram a região.

Os Guarani atuais que vivem na Aldeia Koeju estão ali a cerca de 12 anos quando os Kaingang lhes cederam parte da T.I. Marrecas para eles fazerem suas casas e roças.

Tanto na aldeia Sede de Marrecas (Figura 5.51) como na aldeia Koeju todos os habitantes falam a língua nativa. Na primeira o Kaingang e na segunda o Guarani, e algumas pessoas são trilingues: isto é, são falantes do kaingang, do guarani e do português.

Figura 5.52: Vista panorâmica da Aldeia Sede de Marrecas.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Fonte: Simone Jacomini, 2009

Organização Social – Lideranças

As comunidades indígenas de Marrecas estão organizadas em duas aldeias distantes uma da outra e constituídas de etnias diferentes: Kaingang e Guarani.

Na aldeia sede Marrecas a direção da comunidade esta a cargo do cacique o Sr. Dorival Jeka e do vice cacique o Sr. Sebastião Paulino. Eles contam com a ajuda de dois conselhos na gestão da comunidade: o Conselho da Comunidade, onde participam principalmente as pessoas mais velhas num total de cinco (05) integrantes, o Conselho de Educação com quatro (04) participantes, e com o Conselho de Saúde também com cinco (05) pessoas que é uma exigência da FUNASA. A liderança ainda pode contar com mais vinte (20) lideranças (chefes de famílias), que eles chamam de “polícias”, que os auxiliam na resolução de pequenos problemas do cotidiano da comunidade.

Estes integrantes podem fazer parte de mais de um conselho bem como ser membro da chamada “polícia”.

Na aldeia Koeju, dos Guarani existe apenas o cacique Guarani.

Economia

A economia dos moradores da T. I. Marrecas, tanto Guarani como Kaingang, ainda preservam muitos dos aspectos da economia tradicional dessas populações

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

sustentadas na agricultura familiar, caça, pesca e coleta. Mas também encontramos em Marrecas elementos da economia da sociedade envolvente.

A Caça

Apesar de escassa ainda existe em Marrecas, devido às extensas áreas de mata e vastos pinheirais, uma boa quantidade de pequenos animais como tatu, paca, quati, capivaras e uma diversidade de pássaros que eventualmente são fontes de proteínas para a população. No entanto, hoje essa forma de obtenção de recursos alimentares está muito distante da abundância que havia até meados do século vinte quando era possível capturar grandes mamíferos, tais como antas e capivaras e pássaros de grande porte, como nos foi relato pelos anciões antigos moradores de Marrecas.

A Pesca

O rio Marrecas que passa dentro da TI, segundo os moradores, é um rio limpo, e nele ainda existem boas quantidades de peixes, tais como cascudo, bagre, traíra, lambari e outros. Além da pesca realizada com anzóis muitas famílias ainda armam seus paris – armadilhas de capturas de peixes – em diversos pontos dos rios Marrecas, Lageado, Banhado e seus pequenos afluentes. Ainda pescam carpas e traíras que são criadas numa lagoa da comunidade. Não cabe aqui, mas é bom lembrar que tanto os Kaingang como os Guarani tem nomes para todas as espécie de peixes como de animais.

A Coleta

Como foi frisado acima, a comunidade indígena de Marrecas, seja Kaingang ou Guarani, ainda preserva diversos aspectos de suas formas de vida tradicionais, e a coleta é uma delas. A área de quase 17 mil hectares, quase toda de matas nativas e sem atividades de agricultura ou pecuária comercial proporcionam aos moradores de Marrecas a possibilidade de coleta de diversos produtos que são consumidos na

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

comunidade ou comercializados na região proporcionando de forma sustentável renda a comunidade.

Coleta de Pinhão

Entre final de março e julho a comunidade de Marrecas se dedica a coleta de pinhão para consumo próprio e para comercializar. Conforme seus relatos cada família realiza a coleta em uma determinada região da área. Depois de um certo tempo de coleta a família consegue estocar uma quantidade que é vendida para comerciantes que vem até a sede da aldeia buscar o produto. Chegam a comercializar toneladas de pinhão por ano tornando esse produto um dos geradores de renda da comunidade nos meses de seu amadurecimento.

Coleta de Nó de Pinheiro (Araucária)

As araucárias de Marrecas não fornecem apenas seu fruto – o pinhão. Seus galhos são utilizados como lenha e material para cercas, como também uma de suas partes, os nós, são utilizados como combustível em lareiras das cidades da região. Quando ocorre de uma araucária cair por vento, raio ou outra razão, depois de muito tempo sobra de seu tronco apenas os chamados nós. Eles estão espalhados em por todas as extensões da área bastando apenas localizá-los e coletá-los. Antigamente não tinham valor comercial e eram utilizados pelos Kaingang em suas fogueiras no interior de suas “in” casas, mas hoje passou a ter valor comercial e fazem parte da renda gerada pela comunidade.

Coleta de Erva Mate

Em meio às matas de Marrecas encontram-se inúmeros capões de ervais Erva-mate (*Ilex paraguariensis*, *Ilex curitibensis*, *Ilex domestica*), que são explorados num sistema parecido com a coleta de pinhão. Cada família explora um setor da T. I. Marrecas coletando a erva-mate para consumo e para o comércio. A venda da erva responde por boa parcela da renda da comunidade.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A**Coleta de Lenha – Material Desvitalizado**

Em conjunto com o pinhão e a erva mate, a lenha é o terceiro mais importante produto coletado pela população que gera renda para a comunidade. Identificadas nas matas as árvores secas – desvitalizadas -, são cortadas e transportadas até os carreiros onde entram veículos ou tratores e daí comercializadas por metro cúbico.

Coleta de Mel

Como faziam seus antepassados a população indígena de Marrecas ainda coleta mel silvestre de várias espécies de abelhas em diversos ambientes da Terra Indígena.

Coleta de Insetos Comestíveis – Koro

Costume antigo mantido pelos mais velhos da comunidade. O consumo dessas larvas é descrito por diversos viajantes e pesquisadores que tiveram contato com os Kaingang no Paraná. Todos relatam o apreço que os Kaingangs tinham por essa iguaria encontrada em troncos apodrecidos e no interior de taquarais maduros.

Coleta de Ervas Medicinal

Mesmo utilizando o sistema de saúde mantido pela FUNASA, em Marrecas ainda existem os Kuiã e os Pajes. São velhos Kaingang e Guarani que mantem os conhecimentos de seus antepassados praticando curas com a utilização de plantas medicinais encontradas e mesmo cultivadas no interior das áreas de matas fechadas de Marrecas.

As Roças Familiares

As comunidades Kaingang e Guarani de Marrecas têm nas roças familiares o principal fator de manutenção econômica. A literatura descreve tanto os Kaingang, como os Guaranis como povos agricultores e ceramistas, tecnologias estas que os diferenciavam das populações anteriores denominadas de caçadores coletores pré-

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

cerâmistas. É copiosa a literatura sobre o conhecimento das práticas agrícolas dessas populações. Os Kaingang, desde muito tempo, cultivavam feijão, milho e variedades de aboboras e os Guarani além do milho cultivam o mandioca, variedades de batata, amendoim, algodão e outros cultivares.

Das 163 famílias existentes em Marrecas quase todas cultivam pequenas roças familiares de 2 a 3 quartos de alqueire por família. Cada uma dessas famílias tem um setor na Terra Indígena reservado para suas roças. Os Kaingang continuam cultivando para o consumo variedades tradicionais de milho, feijão e abóboras mas também cultivam em suas pequenas roças não mecanizadas outras variedades de milho e feijão, com sementes recebidas do governo do estado, para o comércio, sobretudo o feijão preto e sementes de milho não tradicionais.

Os Guarani da mesma forma cultivam pequenas roças com sementes recebidas do governo e comercializam parte do feijão e do milho produzidos nessas roças. Mas, continuam com seus cultivares tradicionais de milho, batata doce e mandioca.

Os locais onde são cultivadas essas pequenas roças familiares de coivara tornam-se um local de atração de pequenos animais e aves que em parte são capturados e passam a fazer parte do cardápio da população indígena.

Criação de Animais Domésticos

As roças familiares também cultivadas para produção de alimentos que serão consumidos pelos animais domésticos criados pelos moradores, como galinhas e porcos. Esses animais são consumidos na própria família ou comercializados, sendo mais uma fonte de renda da comunidade.

A Produção Artesanal

Os Kaingang são conhecidos pela sua arte de cestaria. Seu artesanato produzido com taquara coletada nas matas da área, quando não há seca e não falta a matéria-

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

prima, é vendido em diversas cidades do entorno, no caso de Marrecas ele é comercializado principalmente em Guarapuava.

Utilizam também o Buriti, encontrado em grandes quantidade na T. I. Marrecas, para confecção de chapéu utilizado diariamente pelas pessoas da comunidade e também comercializado.

Renda Advinda de Programas Sociais do Governo

As famílias indígenas de Marrecas, tanto Kaingang como Guarani, são beneficiárias dos Programas Sociais dos Governos Federal e Estadual. Do Governo Federal as famílias recebem Bolsa Família e Auxílio Maternidade, e pelo Governo do Estado do Paraná estão inseridas no PROVOPAR, que troca cesta básica por artesanato e no Programa Luz Fraterna.

Possuidores de extensas áreas de matas em sua Terra, a comunidade de Marrecas está reivindicando das prefeituras de Turvo e Guarapuava o repasse dos valores equivalentes as suas reservas nativas do ICMS – Ecológico.

Renda de aposentadorias

Parte da renda das famílias advém de aposentadorias dos idosos de Marrecas. Essa é uma renda importante na manutenção das famílias porque ela não está sujeita a variações climáticas, boas colheitas ou preço dos produtos comercializados. Ela é uma renda fixa recebida todo mês que dá uma margem de segurança para as famílias dos aposentados. Em Marrecas hoje existem dezessete (17) idosos recebendo esse benefício.

Renda de trabalho diário

As lideranças informaram que os homens adultos e os jovens tem o costume de trabalharem como diaristas nas propriedades do entorno de Marrecas. Calculam que mais ou menos 10% dos homens em condições de trabalho exercem essa atividade recebendo em torno de R\$ 15,00 a R\$ 20,00 por dia de serviço. Mas essa renda é

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

incerta porque ocorre principalmente na coleta de feijão e não se recebe em dias de chuva.

Renda proporcionada por salários fixos

Conforme as informações da FUNAI e das lideranças indígenas existem vinte e nove (29) trabalhadores entre homens e mulheres que exercem atividades remuneradas fixas com salários mensais. E estão empregados em atividades de saúde e educação prestando serviços as agências do governo

Agencia governamental empregadora	Número de empregos
FUNAI	01
FUNASA	10
SEED - Paraná	18
Total	29

A Saúde na Terra Indígena Marrecas

A saúde indígena em todo o Brasil passou a ser administrada pela FUNASA. Ela implementou o fornecimento de água tratada para as duas aldeias construindo dois poços artesianos e um reservatório de água de 30.000 litros, construiu Postos de Saúde com banheiros, sala de dentista, sala de atendimento médico, sala para a enfermagem, sala para auxiliares de saúde, sala de medicação e uma sala de curativo. E passou a compor as equipes de profissionais responsáveis pela saúde da população indígena de Marrecas.

Na aldeia sede Marrecas os profissionais de saúde são:

- Um médico que atende duas vezes por semana as duas aldeias
- Um dentista que também atende as duas aldeias uma vez por semana
- Uma enfermeira que faz atendimento de segunda a sexta feira com uma carga horária de trabalho de 40 horas.
- Três AIS (Auxiliar Indígena de Saúde) Kaingang

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

- Um AISAN (Agente Indígena de Saneamento)
- Dois auxiliar de enfermagem

Na aldeia sede Koeju dos Guarani os profissionais de saúde são:

- Um AIS (Auxiliar Indígena de Saúde) Guarani
- Um AISAN (Agente Indígena de Saneamento) Guarani

Nas instalações do Posto de Saúde existem equipamentos e aparelhos destinados ao uso dos profissionais que ali exercem suas atividades, tais como: Aparelho de pressão, termômetros, mesa ginecológica. A sala do dentista é equipada com o necessário para realização de tratamentos como restauração, canal, extração. Na escola, as crianças aprendem como escovar os dentes e fazem aplicação de flúor. Este atendimento é programado, os demais moradores procuram atendimento quando precisam.

Segundo o auxiliar de enfermagem as doenças mais comuns são as gripes e os velhos sofrem dor nos ossos e hipertensão, neste último caso os doentes fazem uso de medicamentos controlados. As vacinas estão regularizadas, as doses vêm da prefeitura e são aplicadas pelos auxiliares de enfermagem. O acompanhamento de pré-natal é feito pela enfermeira, porém os partos são feitos na cidade.

Os medicamentos mais usados são dipirona, paracetamol, ambroxal. A aplicação de injeção e alguns medicamentos só são ministrados com receita médica.

Todas as crianças entre 0 e 5 anos recebem diariamente uma sopa, que é feita por uma merendeira da escola. Os alimentos são comprados pela FUNASA, que uma vez por semana deixa os alimentos na aldeia e o cardápio é elaborado por uma nutricionista não índia, funcionária da prefeitura. Segundo o auxiliar de enfermagem o cardápio é o mesmo servido para os não índios. Não existem casos de crianças desnutridas na área. A pastoral da criança faz a pesagem das crianças, mas não distribuem a multi-mistura, por não haver crianças subnutridas. As crianças de 0 a 6

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

anos recebem do programa do governo estadual leite das crianças, 02 litros de leite três vezes por semana.

Um problema verificado é o alcoolismo. Os agentes de saúde não fazem acompanhamento dessa doença. Esta questão segundo as pessoas com as quais conversamos é discutida em reuniões, mas os índios são teimosos, sobretudo os acima de 30 anos, vão para a cidade a pé, de bicicleta para conseguir comprar aguardente. O alcoolismo é responsável por separações e brigas.

Na aldeia Koeju o AIS guarani faz a visita em todas as casas. O posto tem 1 sala, neste não há remédios, os necessários são buscados na aldeia sede. O acompanhamento médico, odontológico e de enfermagem é feito também na aldeia sede.

A Educação na Terra Indígena Marrecas

A escola (Figura 5.52) atende crianças de 1ª a 4ª série, a 1ª e 2ª série funcionam no período da tarde e a 3ª e 4ª série no período da manhã, a escola municipal Drª José Maria de Paula atende 140 alunos.

Série	Nº de alunos
Pré-escola	30
1ª	30
2ª	32
3ª	26
4ª	22
Total de alunos da Pré-escola até a 4ª Série	140

O quadro de pessoal é formado por três (03) professores não índios e seis (06) professores indígenas.

Segundo os professores a secretaria de educação oferece poucos cursos. A escola não tem diretora e uma das professoras é responsável também pelo serviço de secretaria. As freqüências dos alunos são regulares, o calendário escolar foi

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

alterado, devido a colheita do pinhão, assim as aulas começam em janeiro, em 2007 começou no dia 15 de janeiro. Assim os alunos ficam de férias durante todo o mês de maio para acompanhar suas famílias na coleta de pinhão. E ficam mais uma semana de férias, em julho devido à capacitação dos professores. Os índices de reprovação são altos devido, sobretudo a dificuldade com a língua, pois durante o pré as aulas são em português e Kaingang, nas demais séries apenas em português.

A escola conta também com uma pedagoga, que vem à escola uma vez por semana e segundo relato dos professores não está acostumada com alunos indígenas e muitas vezes tenta passar conteúdos que não faz sentido para eles.

A merenda é feita na escola, os alimentos e o cardápio vem da prefeitura. Mas a partir de 2009 todas as escolas indígenas do Paraná passarão para administração do Estado e estarão ligadas a Secretaria de Educação.

O material didático é o mesmo utilizado pela rede municipal regular de ensino, não há material bilíngüe para os alunos, apenas para os professores. O único material bilíngüe é o dicionário de português/kaingang. Uma vez por semana os alunos têm aulas de Kaingang, durante um período inteiro.

O espaço físico é de 4 salas, 2 banheiros, 1 cozinha e 2 salas que são utilizadas como salas de professores e para a parte administrativa.

Figura 5.53: Escola da aldeia sede Marrecas.



Fonte: Simone Jacomini, 2009

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

A escola da aldeia Koeju (Figura 5.53) conta com dois professores Guarani, que atende dez alunos.

Série	Nº de alunos
Pré-escola	3
1ª	2
2ª	3
3ª	1
4ª	1
Total de alunos da Pré-escola até a 4ª Série	

A merendeira que atendia a escola no ano passado era voluntária, mas a partir de 2009 será contratada. Ela faz a merenda para os alunos da escola e faz a sopa para as crianças de 0 a 5 anos.

A escola tem quatro salas, cozinha e biblioteca, mas ainda não tem energia elétrica.

Figura 5.54: Escola da aldeia Koeju dos Guarani.



Fonte: Simone Jacomini, 2009

As moradias na Terra Indígena Marrecas

Apesar de já existir trinta e sete (37) casas construídas pelo governo do estado do Paraná na T.I. Marrecas (Figura 5.54), ainda tem muitas famílias que vivem em casas tradicionais feitas de madeira. Mesmo junto as casas construídas pelo

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

governo observa-se que os índios constroem anexos e fazem adaptações ao seu modo de vida.

Aldeia Sede Marrecas

Na aldeia sede existem 29 casas construídas pela COAHPAR do governo do Estado. Todas as casas têm água tratada fornecida pela FUNASA e energia elétrica instalada pela COPEL.

Também existe outros tipos de moradias associadas as casas construídas pelo governo. Algumas são construções existentes antes do plano de habitação implementado pela COAHPAR, outras são anexos construídos após a edificação das casas do governo.

E por fim encontramos moradias construídas distantes do núcleo central da Aldeia Sede. Elas são denominadas de paióis e servem como abrigos temporários para as famílias que trabalham nas roças tradicionais, ou para as pessoas que se deslocam para locais mais distantes da sede para fazerem coletas, ou mesmo quando algumas famílias ou pessoas mais velhas querem ficar isoladas. São construções de madeira que misturam formas e materiais herdados do contato com populações regionais não indígenas.

Figura 5.55:. Modelo de casa construída para os Kaingang da Aldeia Sede Marrecas.



Fonte: Simone Jacomini, 2009

Aldeia Koeju

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Na aldeia dos Guarani existem oito (08) casas também construídas pela COAHPAR do governo do estado do Paraná (Figura 5.55). Elas também tem água tratada fornecida pela FUNASA, e energia elétrica instalada pela COPEL.

Aspectos Religiosos

Na Aldeia Sede de Marrecas a maioria das pessoas professam fé católica. Cerca de 70% dos moradores freqüentam a Igreja Católica e os outros freqüentam a Igreja Evangélica do Cristianismo Decidido. Mas, observa-se que ainda existe a manutenção de antigas formas tradicionais de entendimento do mundo, apesar delas não estarem aparentes os Kuiã Kaingang (rezadores) continuam existindo e exercendo suas práticas entre os moradores de Marrecas.

Na aldeia Koeju, apesar de alguns moradores professarem fé católica, não existe igreja. Os Guarani da aldeia Koeju construíram uma casa de reza onde o Pajé (rezador) realiza os ritos sagrados dos Guarani (Figura 5.56).

Figura 5.56: Modelo de casa construída para os Guarani na Aldeia Koeju.



Fonte: Simone Jacomini, 2009

Figura 5.57: Casa de reza da aldeia Koeju na TI Marrecas.

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

Fonte: Simone Jacomini, 2009

Equipamentos

Existem diversos equipamentos, já com alguns anos de uso, que servem a comunidade indígena de Marrecas. Eles pertencem a própria comunidade ou foram adquiridos pela FUN ou foram cedidos pela FUNASA:

- Um Ônibus – comunidade
- Um Trator – comunidade
- Um veículo de carga F-4000 – comunidade
- Uma camioneta Toyota – FUNAI
- Trator Valmete com carreta – FUNAI
- Uma camioneta S-10 exclusiva para transporte de doentes – FUNASA
- Um veículo Fiat Uno - FUNASA

Instalações

Além das instalações relacionadas a saúde e a educação existe na T. I. Marrecas outras instalações destinadas a administração e lazer da comunidade.

- Escritório da FUNAI
- Cadeia Comunitária
- Churrasqueira comunitária
- Campo de futebol e quadra de esportes
- Salão de festas

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A**Organizações Comunitárias em Marrecas**

A comunidade indígena de Marrecas está organizada em associações. A partir do momento que eles passaram a se relacionar de forma mais orgânica com a sociedade do entorno, como ONGs, Instituições Governamentais etc, eles tiveram que se organizar em associações que cuidasse dos interesses da comunidade. Existem hoje duas associações:

- Associação Comunitária Indígena de Marrecas – Kaingang
- Associação Comunitária Indígena de Marrecas – Guarani

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A**5.3.11.6. Expectativas, Apreensões e Questionamentos Quanto aos Impactos Sociais e Ambientais que Poderão Causar o Empreendimento**

Foi explicado aos entrevistados os objetivos do Laudo Antropológico e de alguns dados do empreendimento – construção de uma PCH aproximadamente 15Km a jusante do rio a partir da Terra Indígena – os índios colocaram suas expectativas e apreensões quanto aos impactos sociais e ambientais que a construção da hidrelétrica poderá causar ao meio ambiente e nas suas vidas.

Foi também informado que essas questões deverão ser colocadas por ocasião da efetivação, do empreendimento, onde eles receberão esclarecimentos sobre os temas específicos, que poderão esclarecer os detalhes do empreendimento e seus impactos.

Algumas questões foram indicadas para incorporação ao Laudo Antropológico:

- Se haverá impacto nos insetos que polinizam as plantas que servem como alimentos e nas plantas que servem como medicamentos?
- Se haverá impacto, principalmente, nos enxames de abelhas nativas?
- Qual será o tamanho do lago?
- Se ocorrerá sedimentação no rio Marrecas, isto é, se prejudicará as cachoeiras?
- Se o represamento do rio não causará acúmulo de venenos da agricultura no rio Marrecas e seus afluentes?
- Se o represamento do rio vai prejudicar as atividades de pesca da comunidade nos rios Marrecas, Lageado, Banhado e seus afluentes.
- Quais serão os impactos da PCH na vida dos animais silvestres da região?
- Por onde serão abertas as estradas que chegarão até o local da construção da Usina? Elas impactarão a Terra Indígena Marrecas?
- Onde será construída a linha de transmissão? Ela cortará a T.I. Marrecas?
- Qual será o número de trabalhadores que estarão concentrados na região por ocasião da construção?

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A

- Serão realizados estudos etno-ecológicos da bacia do rio Marrecas relacionados com as populações indígenas que estão a montante da PCH.
- E por fim se as comunidades indígenas de Marrecas serão consultadas por ocasião da elaboração dos Estudos de Impactos Ambientais?